

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**AQUIRI, O “RIO DOS JACARÉS”: NOVAS LEITURAS ENTRE A HISTÓRIA DO
ACRE E O PARTIDO DOS TRABALHADORES.**

Jean Felipe Dourado Pirola

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

AQUIRI, O “O RIO DOS JACARÉS”: NOVAS LEITURAS ENTRE A HISTÓRIA DO
ACRE E O PARTIDO DOS TRABALHADORES.

JEAN FELIPE DOURADO PIROLA

Sob a Orientação da Professora

Débora Franco Lerrer

Dissertação submetida como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro - RJ

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP671a
a Pirola, Jean Felipe Dourado, 2001-
AQUIRI, O "RIO DOS JACARÉS": NOVAS LEITURAS ENTRE A
HISTÓRIA DO ACRE E O PARTIDO DOS TRABALHADORES. / Jean
Felipe Dourado Pirola. - Rio de Janeiro, 2026.
125 f.: il.

Orientadora: Débora Franco Lerrer.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2026.

1. Movimentos Sociais. 2. Partido dos
Trabalhadores. 3. Acre. 4. Amazônia. 5. Conflitos. I.
Lerrer, Débora Franco, 1968-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)


JEAN FELIPE DOURADO PIROLA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.


Dissertação aprovada em 02/02/2026.

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA FRANCO LERRER**
Data: 17/04/2026 21:26:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a DÉBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS**
Data: 17/04/2026 11:02:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILA DELGADO DE CARVALHO**
Data: 17/04/2026 12:08:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a PRISCILA DELGADO DE CARVALHO (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO**
Data: 16/04/2026 20:26:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (UERJ)

*“...em tudo aquilo que se move,
que existe, se quiserem, porque
tudo o que existe está em
movimento, há sempre uma luta.”
Amílcar Cabral*

*“Afagar a terra, conhecer os desejos da
terra. Cio da terra, propícia estação e
fecundar o chão. Debulhar o trigo,
recolher cada bago do trigo. Forjar no
trigo o milagre do pão”
Chico Buarque*

*“Fui assassinado. Morri cem
vezes e cem vezes renasci sob os
golpes do açoite (...)Meu ofício
sobre a terra é ressuscitar os
mortos e apontar a cara dos
assassinos.”
Pedro Tierra*

*“A Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro
que será redimido pelos seus recursos imensos reais e
imaginários. Assim a Amazônia nunca é; é sempre o
vir-a-ser. E esse vir-a-ser nunca é o vir-a-ser das
populações que, na região, constroem no seu dia-a-dia
suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas.
Ao contrário, é o vir-a-ser daqueles que veem a região
pelo seu potencial de exploração futura.”
Carlos Walter Porto-Gonçalves*

RESUMO

PIROLA, Jean Felipe Dourado. **Aquiri, O “O Rio Dos Jacarés”**: **Novas Leituras Entre A História Do Acre e O Partido Dos Trabalhadores**. 2026. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2026.

Esta pesquisa investiga a complexa relação entre as mobilizações dos povos da floresta e a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre entre as décadas de 1980 e 2010. A partir de uma abordagem qualitativa que articula a análise de dados eleitorais, revisão bibliográfica e a triangulação das narrativas de atores-chave com diferentes percursos no partido, o estudo analisa como a ascensão petista foi fundamentada na luta socioambiental dos seringueiros, materializada nos Empates e na proposta das Reservas Extrativistas (RESEX). A dissertação examina os 16 anos de hegemonia do PT no estado para, em seguida, investigar os fatores intra e inter-regionais que levaram ao seu declínio, como o possível distanciamento das bases, as tensões entre governabilidade e as pautas dos movimentos sociais, e a ascensão de forças conservadoras que culminou no golpe de 2016. Ao tensionar memórias, projetos e contradições, o trabalho busca desvendar as dinâmicas da luta de classes na Amazônia e os desafios para a sustentação de um projeto político popular em um contexto de reconfiguração do poder.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Partido dos Trabalhadores; Acre; Amazônia; Conflitos.

ABSTRACT

This research investigates the complex relationship between the mobilizations of the forest peoples and the trajectory of the Partido dos Trabalhadores(PT) in Acre between the 1980s and 2010s. Through a qualitative approach that combines the analysis of electoral data, a literature review, and the triangulation of narratives from key actors with different paths within the party - the study analyzes how the PT's rise was grounded in the socio-environmental struggle of rubber tappers, materialized in the Empates (standoffs) and the proposal of Extractive Reserves (RESEX). The dissertation examines the 16 years of PT hegemony in the state and then investigates the intra- and inter-regional factors that led to its decline, such as a potential distancing from its base, tensions between governability and the agendas of social movements, and the rise of conservative forces, culminating in the 2016 coup. By exploring the tensions between memories, projects, and contradictions, this work aims to unravel the dynamics of class struggle in the Amazon and the challenges of sustaining a popular political project in a context of power reconfiguration.

Keywords: Social Movements; Partido dos Trabalhadores; Acre; Amazon; Conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acervo Pessoal (2025). Irmã Mavy das Servas de Maria (minha tia avó) em frente a Casa de Chico Mendes (colocar o número da página dessa figura)

Figura 2 - Acervo Pessoal (2025). Eu (à direita da foto) abraçado com o ex-deputado Nilson Mourão. Foto em sua casa

Figura 3 - Acervo Pessoal (2025). Eu ao meio, Carioca do lado direito e ao lado esquerdo Marcão.

Figura 4 - Acervo Pessoal (2025) Marcão.

Figura 5 - Acervo pessoal (2025). Casa das Irmãs Servas de Maria, que me sediaram durante minha estadia em Xapuri.

Figura 6 - Acervo Pessoal (2025). Salão Paroquial para distribuição de recursos do ICRA

Figura 7 - Acervo pessoal (2025). Stencil eleitoral de Julia Feitoza e Tácio de Brito.

Figura 8 - Acervo pessoal (2025). Cartaz de uma das vitórias pelo DCE da UFAC.

Figura 9 - Barco regatão no Museu Sacacá, Macapá, 27 de setembro de 2025. Foto do autor (2025)

Figura 10 - Mapa extraído da Plataforma INDE com dados da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico. Mapa representativo, o qual ilustra em amarelo os principais rios do Acre. Percebesse uma forte infiltração dos seus afluentes, o que permitiu uma colonização distribuída latitudinalmente por toda região.

Figura 11 - Pintura representativa demonstra, a partir dos galhos das árvores, as rotas do látex, conhecida entre os seringueiros como "estradas da seringa". Fonte: Hélio Holanda Melo, Estrada da floresta. 1983. Imagem da Coleção Mansour, mostra uma representação de um seringueiro e de seus caminhos na busca do látex

Figura 12 - Na primeira página, o jornal "O Acre" traz o programa político de José Augusto de Araújo, candidato a governador pelo PTB Crédito: "Ultima Hora", 19 de junho de 1962 (reprodução) *apud* Memorial da UFAC.

Figura 13 - Fonte: Acervo e legenda de Marcos Fernandes (2025)

Figura 14 - Fonte: Acervo e legenda de Marcos Fernandes (2025)

Figura 15 - Elaboração pessoal (2025). Shapefile do IBGE com assessoria das irmãs servitanas e mapeamento dos STR regionais.

Figura 16 - Acervo pessoal (2025). Cartaz para as eleições do STR - Xapuri.

Figura 17 - Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE.

Gráfico 2 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

Gráfico 3 - Elaborado pelo autor com dados eleitorais do TSE.

Gráfico 4 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do IBGE.

Gráfico 5 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

Gráfico 6 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

Gráfico 7 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

Gráfico 8 - Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eleições para governador, dados do TSE.

Tabela 2 - Prefeituras do PT eleitas, dados do TSE.

Tabela 3 - DADOS DO IBGE (2025), elaborada pelo autor.

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
 - 1.1. Agentes de memória e luta (ou “o porquê de fazer entrevistas”)**
 - 1.1.1. As entrevistas, os sujeitos e onde se realizaram
 - 1.2. Diegese (ou “minha localização”)**
- 2. ALÉM DO RIO, A FLORESTA**
 - 2.1. Raízes da Espoliação: Aquiri à deriva**
 - 2.2. O mais-que-breve ano democrático e longevos 20 anos de golpe**
 - 2.2.1. O interstício democrático**
 - 2.2.2. Ditadura Empresarial-Militar e a Guinada Pecuária**
- 3. PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FLORESTA**
 - 3.1. Povos da floresta, o PT e as eleições**
- 4. CONCLUSÕES (OU “PARA NÃO CONCLUIR...”)**

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa adota-se uma abordagem qualitativa e articula três métodos complementares para a investigação. Em primeiro lugar, realizar-se-á uma Pesquisa Bibliográfica e Documental, que compreenderá uma revisão crítica da literatura pertinente à história do Acre, aos movimentos sociais, às políticas públicas e à trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT). Paralelamente, será conduzida uma análise minuciosa de documentos oficiais, relatórios de movimentos sociais, programas partidários e legislações relevantes ao objeto de estudo.

Em segundo lugar, proceder-se-á à coleta de dados primários por meio de Entrevistas Semiestruturadas com importantes atores (ou agentes) políticos acreanos: Osmarino Amancio, Nilson Mourão, Francisco Nepomuceno, Marcos Fernandes, Raimundo Mendes e Julia Feitoza. A seleção destes entrevistados justifica-se por sua destacada atuação, sua vinculação a correntes distintas no interior do PT e, sobretudo, por sua convivência política direta com e entre os “quadros”¹ da política acreana, o que lhes confere uma perspectiva privilegiada sobre o período e os processos em análise.

Complementarmente, uma Análise de Dados Eleitorais será elaborada, focada no exame dos resultados eleitorais do PT no Acre ao longo do período estudado. Este componente quantitativo visará identificar tendências, padrões e deslocamentos no desempenho eleitoral do partido, oferece então um panorama objetivo sobre sua inserção política no estado.

Para o desenvolvimento de tal escopo, a pesquisa emerge de uma perspectiva geográfica e narrativa que será utilizada para desvendar as complexidades da relação entre a trajetória do PT no Acre e os movimentos sociais. Trata-se de uma abordagem qualitativa que articula três dimensões indissociáveis da realidade: o espaço (cenário de conflitos temporais, rugosidades), o tempo (com seus ritmos desiguais e sobreposições) e a narrativa (como processo da configuração da memória política).

A arquitetura metodológica desta pesquisa transcende a mera justaposição de autores, buscando uma síntese operativa que denominamos "geografia narrativa". Esta abordagem fundamenta-se na premissa de que o território acreano não é um palco inerte onde a história se desenrola, mas uma reconfiguração ativa, um acúmulo de tempos desiguais que condiciona

¹ Quadro é a terminologia militante para os membros dirigentes de movimentos sociais, partidos ou sindicatos. Os Quadros estes que podem ser organizativos, políticos, da estrutura financeira, de articulação “bilateral” (diálogo entre movimentos, partidos etc) e diversos pormenores muito vinculados à atuação prioritária de cada organização.

a ação política presente. Para operacionalizar essa leitura, articulamos a hermenêutica de Paul Ricoeur com a geografia crítica de Milton Santos e a geografia política de Carlos Walter Porto-Gonçalves. De Ricoeur (2010; In Matheus, 2021), apropriamo-nos da "tríplice mimese" não como um ciclo literário, mas como uma grade de leitura da realidade social: a pré-configuração refere-se à compreensão prévia do mundo da ação, onde a floresta e o seringal já são símbolos carregados de semânticas de opressão e resistência; a configuração é o momento da tessitura da divergência, onde as narrativas dos entrevistados - agentes como Osmarino Amâncio e Nilson Mourão - organizam o caos dos eventos (empates, eleições, traições) em uma totalidade inteligível e às vezes conflitante; e a refiguração é o ato de devolver essa narrativa ao leitor, permitindo uma nova compreensão das visões políticas abortadas ou realizadas.

No entanto, para que a narrativa não flutue em um vazio espacial, ela deve ser ancorada na materialidade do território. É aqui que incorporamos as categorias de Milton Santos (2003;2005), especificamente a tensão dialética entre "verticalidades" e "horizontalidades". Entendemos as verticalidades como os vetores de uma racionalidade técnica e política exógena - os projetos da ditadura militar, o avanço da fronteira pecuária, as ordens do mercado global de commodities - que buscam integrar o Acre a um tempo hegemônico e acelerado. Em contraposição, as horizontalidades são as solidariedades orgânicas tecidas no "espaço banal", no cotidiano dos varadouros e das colocações², onde a vida segue o "tempo lento" da natureza e da reprodução social comunitária. A "rugosidade", conceito central em Santos, é o que permite ler a persistência do passado na paisagem: os barracões abandonados, as estradas de seringa e as cicatrizes do desmatamento não são resquícios mortos, mas formas espaciais que impõem limites e oferecem possibilidades à nova política.

A ponte entre a fenomenologia de Ricoeur e a materialidade de Santos é construída através de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005) e seu conceito de "geograficidade", que nos lembra que qualquer existência social implica, necessariamente, um marcar a terra, um "geo-grafar". Porto-Gonçalves nos alerta para a "contemporaneidade dos não-coetâneos", uma chave analítica vital para o estudo: a coexistência tensa, no mesmo espaço-tempo, de

² A Colocação, por definição seringueira, é a unidade habitacional e laboral do trabalhador da floresta. É, portanto, lar do seringueiro, embrenhado a floresta e por sua vez de onde retira subsistência ou produzida mais-valia ao seringalista.

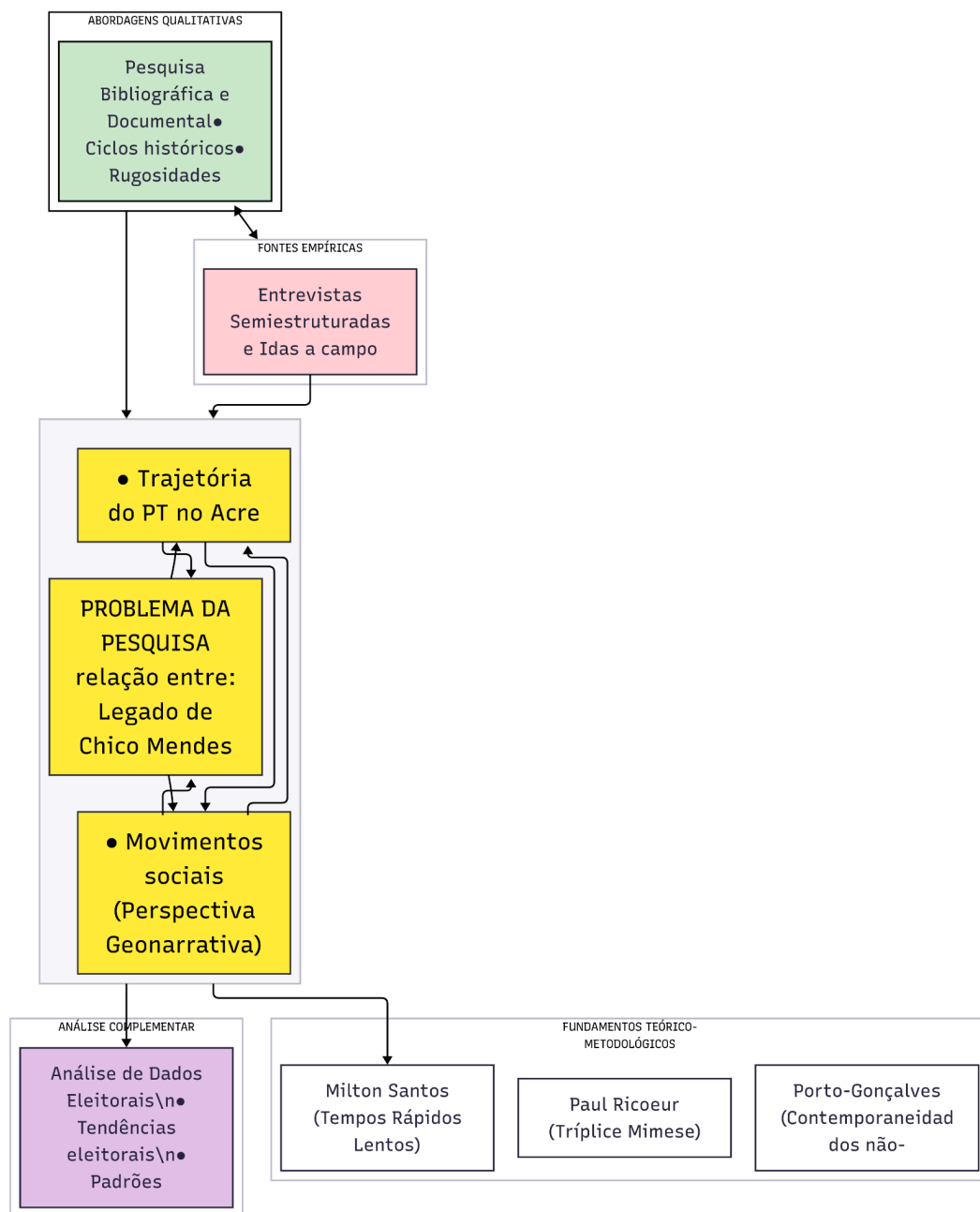
O Varadouro, por sua vez, é um pequeno caminho aberto na mata. Simbolicamente desperta o sentimento de que por ser manualmente construído, aberto pelos facões, designa também os encontros do mundo.

formas de vida que a visão evolucionista classificaria como "atrasadas" (o extrativismo) e "modernas" (o agronegócio). Essa simultaneidade não é pacífica; é o motor do conflito. Quando o povo acreano, em sua rebeldia, adota a estratégia dos "Empates", ele está mobilizando os acúmulos dessa não-coetaneidade, transformando esse repertório político-cultural aparente da floresta em vanguarda de um novo modelo organizacional.

A geografia narrativa busca entender o tensionar dessas dimensões. Busca desenvolver como esse complexo mosaico gestacionou a luta dos Empates e engendrou na luta popular em movimentos sociais e partidos, a partir disso se necessita a voz ativa dos agentes/atores.

A trajetória política subsequente revela um crescente dessincronismo temporal. Nas necessidades pela governabilidade, o Partido dos Trabalhadores acelerou seu ritmo, aceitou também a lógica dos "tempos rápidos" do capital agropecuário, ao mesmo tempo em que progressivamente perdia sua matriz organizativa original, deixou de dirigir o movimento estudantil e os sindicatos. Este debate horizontal, a assembleia comunitária e o incendiar pelas bases - pilares que fundiram a luta dos seringueiros e das CEBs à gênese do partido - foram cedidos espaços a uma racionalidade técnica e verticalizante. Essa assincronia, longe de ser um mero ajuste tático, operou um refluxo da energia social insurgente, o que, paradoxalmente, revitalizou e fortaleceu as mesmas forças oligárquicas regionais que o projeto petista outrora se propôs a superar.

Diante desse revés, que encerrou um ciclo de 16 anos de hegemonia petista no estado, torna-se imperativo decifrar os fatores intra e inter-regionais que catalisaram a guinada conservadora no Acre. Esta investigação exige uma análise crítica dos altos e baixos do governo do PT, tanto no plano estadual quanto federal, com o objetivo de discernir as dinâmicas endógenas dos processos locais daquelas influenciadas pela reconfiguração mais ampla do cenário político nacional. Compreender essa interação é fundamental para desvendar as razões do esgotamento de um projeto político que, em sua origem, parecia tão enraizado nas demandas populares.



Para empreender essa análise, este trabalho adota uma abordagem a partir de uma geografia narrativa aplicada ao território acreano, cuja formação socioespacial - historicamente marcada pela colonização, pelo padrão dendrítico de ocupação e por conflitos de temporalidades entre modelos de desenvolvimento - constitui o substrato material sobre o qual se desenrolaram os processos políticos em exame. Como ferramenta analítica central para decifrar as sucessivas reconfigurações deste território, a pesquisa instrumentaliza-se do conceito de Circuitos Espaciais Produtivos (CEP), formulado por Ricardo Castillo (2010). Este arcabouço teórico se revela de altíssima resolução para a geografia crítica, pois permite captar a materialidade dos fluxos econômicos e as redes de poder que modelam o espaço,

logo fornece uma chave de leitura poderosa para a compreensão das rupturas e continuidades na história política do Acre.

Conforme Castillo e Frederico (2010), um CEP não se limita a descrever a logística de uma mercadoria, mas capta o sistema socioeconômico que organiza ativamente o território, articula de forma indissociável agentes, fluxos materiais e imateriais, normas e a forma espacial resultante. A potência do conceito reside em demonstrar que a circulação - compreendida como o movimento de capital, ordens, informações e mercadorias - constitui "uma prioridade e um campo de atuação estratégica de Estados e empresas", torna-se o locus onde se define a organização do espaço (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Sob esta lente teórica, a história econômica e social do Acre pode ser relida como a sucessão de Circuitos Espaciais Produtivos que reconfiguram, sem superar, uma matriz espoliativa fundiária permanente. O padrão dendrítico do circuito do látex-aviamento, lastreado pelos subsídios da "Batalha da Borracha", e a violência territorial do circuito da agropecuária-grilagem, incentivada pelos créditos da Ditadura, não representam episódios históricos antagônicos, mas sim reatualizações de um mesmo processo de acumulação por espoliação.

Cada circuito mobiliza diferentes aparatos de agentes, normas e infraestruturas para reformular radicalmente as relações de propriedade e os fluxos econômicos, mantém intacto seu núcleo espoliador e a dependência do subsídio estatal. Esta abordagem permite conectar, de forma estrutural, a análise da formação histórica com a trajetória política do PT, revela o desafio intransponível que o partido enfrentou: gerir um estado cuja base econômica estava fundada em circuitos espaciais produtivos cuja lógica era, em última instância, incompatível com o projeto de "florestania" que o originou. A geografia narrativa, articulada com a análise dos CEPs, possibilita desvendar esses nexos de dependência e constituições entre passado e presente, entre economia e política, entre espoliação e resistência.

É essa gênese complexa que exploraremos nos capítulos seguintes.

1.1. Agentes de memória e luta (ou “o porquê de fazer entrevistas”)

A entrevista, enquanto técnica de investigação nesta pesquisa, configura-se como dispositivo central para capturar a complexidade das trajetórias políticas acreanas. Sua adoção justifica-se pela capacidade de articular dimensões espaço-temporais e narrativas, conforme fundamentado nos estudos sobre narrativa e historiografia de Paul Ricoeur (1989; 2013). Como destacam Calandro e Pezzato (2023), a narrativa biográfica opera uma configuração que reorganiza experiências dispersas em tramas coerentes, revela como os

sujeitos habitam e ressignificam territórios. Nesse processo, a memória não é um arquivo estático, mas um ciclo dinâmico de lembranças e esquecimentos que moldam identidades: "Lembramos e esquecemos para sermos o que somos até aqui e até agora" (CALANDRO; PEZZATO, 2023).

Esse mecanismo é indissociável do espaço construído. Para Ricoeur (2021), o território condensa tempos históricos e subjetividades, transforma-se em "espaço público de manifestação" (*apud* CALANDRO; PEZZATO, 2023). A entrevista semiestruturada com atores-chave permite acessar essa intrincada relação entre memória, espaço (-tempo) e narrativa. Essa dialética entre lembrança e esquecimento molda não apenas as identidades individuais, mas também as representações do território acriano como espaço vivido - onde o rio Aquiri e os seringais não são meros cenários, mas "espaços públicos de manifestação". Nesse sentido, as narrativas dos entrevistados configuram-se como atos de refiguração do espaço habitado, sintetiza inquietações cotidianas com as rugosidades históricas do Acre. Tal como propõe Corá, Silva e Bonamigo (2023), o espaço deixa de ser um receptáculo geométrico para tornar-se "tempo condensado".

A fala dos entrevistados expõe conflitos entre temporalidades desencontradas, esmiúça as heterogeneidades dos habitats não-coetâneos. Essa assincronia remete ao conceito de intratemporalidade de Ricoeur (1997), dos tempos rápidos/lentos de Milton Santos (2000) e a contemporaneidade dos não-coetâneos de Porto-Gonçalves (2003), que enfatiza inquietações cotidianas na formação de visões de mundo. Ao narrar suas trajetórias, os sujeitos não apenas relatam fatos, mas reabitam simbolicamente a floresta, expõe tensões entre a insurgência e a institucionalização dos mesmos conflitos.

Desta forma, os entrevistados transcendem a condição de meros "atores" políticos para se afirmarem como agentes de luta e memória. Sob a lente de Haesbaert (2019), o espaço se desdobra em três dimensões entrelaçadas: o absoluto (objetos fixos como montanhas ou muros, aparentemente³ imutáveis em sua materialidade); o relativo (fenômenos em movimento, como fronteiras ou trajetos processionais, marcados por constâncias voláteis); e o relacional (fluxos de interação, onde forças como a dialética - ciência do diálogo -, a ocupação do território e as movimentações do capital se entrechocam). É

³ Aqui, observa-se: são parados em relação a si mesmos. O muro está em movimento em relação ao sol pelo movimento angular da terra, por exemplo (e a sombra, objeto relativo, é o fenômeno disso). Os objetos absolutos são aqueles que em torno de si não carregam movimento. Como o próprio Haesbaert argumenta com Harvey: "O espaço não é absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas podem transformar-se em um ou outro, dependendo da circunstância" (2019)

precisamente neste último âmbito - o espaço relacional - que os agentes entrevistados atuam de forma decisiva. Suas narrativas e práticas de luta ressignificam o espaço-tempo ao reconfigurar relações de poder as suas próprias histórias, reativar memórias silenciadas e tecer novas tramas de sentido sobre o território. Suas vozes não apenas descrevem o mundo vivido por eles, mas o reinventam no emaranhado dialógico entre passado insurgente e presente em disputa.

Essa reinvenção do espaço-tempo através da narrativa torna-se palpável quando confrontamos as diferentes gêneses da militância acreana, que não se deram em um vazio homogêneo, mas em territórios marcados por disputas específicas de classe e identidade. A partir das falas recolhidas, percebe-se que a memória política do Acre não é um monólito, mas um material heterocromático de experiências que refletem a própria geografia fragmentada e rugosa do estado. Por exemplo, Francisco Nepomuceno, o "Carioca", apresenta-se como filho de um "soldado da borracha". Sua memória é a memória da transição do seringal para a academia e, posteriormente, para a gestão estatal, operando fundamentalmente a institucionalidade. Em contrapartida, a narrativa trazida por Osmarino Amâncio permanece enraizada no conflito fundiário direto, e em contraposição à institucionalidade.

Escutar essas vozes dissonantes - o gestor público que reflete sobre a governabilidade e as metáforas do poder, e o opositor radical - é essencial para não cairmos na armadilha de contar uma história linear do PT, mas sim de compreender a complexa teia de alianças, rupturas e ressignificações que compõem o tecido político acreano

É crucial entender que toda produção acadêmica é atravessada por narrativas hegemônicas - como alerta Löwy (2010). As entrevistas com agentes da luta e da memória assumem aqui um papel revelador. Suas perspectivas, carregadas de incongruências políticas e pessoais entre si, não produzem confusão, mas sim camadas de inteligibilidade sobre o espaço-tempo. Ao expor contradições, elas rasgam o véu da história unilateral, desvelam enfim as rugosidades (SANTOS, 2000) onde projetos dominantes e resistências subterrâneas coexistem. Cada dissonância narrativa opera, assim, como uma decupagem⁴ de método e

⁴ Etimologicamente, deriva do francês *découper* ("cortar em partes"), com raízes no latim *dis-* (separação) e *colpus* (golpe). No cinema, designa a técnica de decomposição do roteiro em planos, cenas e sequências, definindo ângulos, durações e transições. Nas ciências sociais, assume sentido analógico como método de fragmentação da realidade social em unidades significativas (temas, conflitos, viradas históricas), permitindo a decomposição de narrativas complexas (entrevistas, discursos) em "células" interpretáveis para posterior recomposição crítica. Essa abordagem dialoga com o conceito de *diegese* - do grego *διήγησις* ("narrar"), via francês *diégèse* -, que refere-se ao universo interno da narrativa (personagens, espaços, tempo ficcional), distinto da expressão exterior do narrador. A decupagem opera justamente sobre a *diegese*, segmentando-a para análise.

epistemologia. Capta diversas cenas que serão recrutadas para organizar um pensamento coeso.

O anexo desta pesquisa contém o roteiro de entrevista semiestruturada adotado, modalidade que confere aos entrevistados a liberdade de elencar suas prioridades narrativas, transcende a mera sequência pergunta-resposta para estabelecer um enlace dialógico entre os objetivos do pesquisador e os interesses dos participantes. Embora todos os temas centrais do instrumento sejam abordados com cada entrevistado para garantir a equidade da investigação, seu desenvolvimento específico adapta-se aos fluxos conversacionais que emergem em cada contexto.

Esta opção metodológica alinha-se ao posicionamento assumido nesta pesquisa, que reconhece a importância de explicitar tanto o lugar de fala dos entrevistados quanto o lugar social do pesquisador. O perfil biográfico investigado inclui:

- Nome, cor, gênero, local de nascimento e formação escolar;
- Onde nasceram seus pais? Quantos membros da família, o que os pais faziam;
- Onde vive hoje? Como? Tem alguma relação com as Resex?;
- Qual sua formação política e onde atua (atuou);
- E com o PT? (Quanto tempo militou lá, exerceu cargos? o que motivou sua saída?);

Estes eixos temáticos constituem-se como fundamentais para analisar as narrativas que conformam o objeto de estudo, situa o material empírico na interface entre fabulação e realidade que caracteriza a construção da memória política. Neste sentido, tal como propõe o debate da geografia narrativa que orienta este trabalho, torna-se igualmente crucial construir e explicitar meu próprio perfil como pesquisador, e assim examina criticamente as condições de produção deste conhecimento e o lugar social desde o qual minha investigação se origina e se desenvolve.

1.1.1. As entrevistas, os sujeitos e onde se realizaram

O exercício de escuta e troca ativa que fundamenta esta pesquisa materializou-se em um percurso (geo)biográfico pelo estado do Acre, onde as entrevistas foram realizadas in loco, nos espaços de vida e atuação dos próprios agentes. Este método permitiu capturar não apenas os depoimentos, mas a materialidade dos contextos que moldaram suas trajetórias, registros através de imagens que captam os cenários que foram palco de suas lutas e memórias.

Uma exceção, o militante Osmarino teve de ser entrevistado online, pois se encontrava no Maranhão. Osmarino é ex-militante da Quarta Internacional, organizava-se pelo PT com os termos OSI - Organização Socialista Internacionalista, Liberdade e Luta [LIBELU] e, posteriori, de dividiu entre O Trabalho e Convergência Socialista [CS], a última foi expulsa do PT e formou o PSTU. Em determinado momento, integrou o PSOL e retornou ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. Nesta posição se encontrava quando foi entrevistado. Entrevistado de forma online 29/julho/2025.

Figura 1

Acervo Pessoal (2025). Irmã Mavy das Servas de Maria (minha tia avó) em frente a Casa de Chico Mendes.



A entrevista seguinte foi a do professor, teólogo e militante Nilson Mourão. A entrevista se realizou na sua casa. Recebido com muita gentileza por sua família, o Dr. estava em algum grau com a fala dificultada por condições pessoais de saúde. Nilson Mourão iniciou sua militância no Grupo Vocacional, entidade de jovens que desejam iniciar sua vida na igreja. Nasceu em Tarauacá em 1952. Após decidir não tornar-se padre, integrou as Comunidades Eclesiais de Base e construiu um grupo chamado de Articulação, que, da fundação do partido até hoje, é componente do grupo majoritário do Partido dos Trabalhadores. Presencial, Rio Branco/AC, 17/novembro/2025.

Figura 2

Acervo Pessoal (2025). Eu (à direita da foto) abraçado com o ex-deputado Nilson Mourão. Foto em sua casa



A próxima entrevista foi com o professor, historiador e militante Francisco Afonso Nepomuceno, o "Carioca". A entrevista foi concedida em seu local de trabalho, na Chefia do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC), espaço cedido na presença de José Dourado de Souza. Nascido em 1959 no seringal Nova Olinda, no Rio Iaco, Carioca é filho de um migrante pernambucano que veio durante o Segundo Surto da Borracha. Negro, graduado em História pela UFAC, mestre pela UFPE e doutorando pela UFSC, ele representa a geração de intelectuais orgânicos que emergiu da universidade nos anos 1980. Sua militância iniciou-se no Partido Revolucionário Comunista (PRC), pela tendência estudantil "Caminhando". Este partido filiou-se conjuntamente ao PT em 1983 - no regime de dupla-militância. Ao longo de décadas, ocupou funções centrais no partido, inclui-se também a Secretaria-Geral estadual, e atuou como assessor político dos governos petistas por 20 anos (1999-2018). Atualmente, compõe a corrente DR (Democracia Radical), dentro do campo majoritário do PT e uma das derivações do PRC que se reorganizou de forma particular em cada estado. Presencial, Rio Branco/AC, 18/novembro/2025.

Figura 3



Acervo Pessoal (2025). Eu ao meio, Carioca do lado direito e ao lado esquerdo Marcão.

Posteriormente, foi entrevistado o professor, sociólogo e militante histórico Marcos Inácio Fernandes, "Marcão". A entrevista foi realizada em sua residência, um espaço que testemunha décadas de dedicação à academia e à militância política. Nascido em Natal, no Rio Grande do Norte, Marcão chegou ao Acre em 1978, onde se radicou e construiu sua trajetória como professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), da qual hoje é aposentado. Negro, filho de pais da comunidade rural Carnaúba do Padre, sua formação política iniciou-se no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ainda no Rio Grande do Norte, sob influência de um amigo que posteriormente foi assassinado pela ditadura. No Acre, ajudou a organizar o PCB ("Partidão") antes de filiar-se ao PT em 1992, atraído pela coerência programática em contraposição ao que considerou um "oportunismo" do partido ao transformar-se em PPS. Ao longo de mais de três décadas no PT, Marcão exerceu a presidência do diretório municipal de Rio Branco (2017-2019) e foi secretário de estado nos governos Viana - é autor da dissertação "O PT no Acre: a construção de uma terceira via" - com uma militância que "nunca abdicou da bandeira e do panfleto". Presencial, Rio Branco/AC, 18/novembro/2025.

Figura 4. Acervo pessoal (2025)



Acervo Pessoal (2025) Marcão.

A entrevista que sucedeu foi com o líder sindical, ex-prefeito e militante histórico Júlio Barbosa de Aquino. O encontro ocorreu na Casa das Irmãs Servas de Maria, em Xapuri, espaço emblemático da Teologia da Libertação que serviu de base para a organização comunitária durante os anos mais duros da resistência seringueira. A entrevista transcorreu sob uma chuva intensa, típica do novembro acreano. Nascido em 1954 no Seringal Cachoeira,

Júlio Barbosa é um acreano "da gema" - como ele mesmo se define -, filho de pais xapurienses. Sua trajetória é indissociável da história do PT no Acre: portador da carteira de filiação número 194, datada de 21 de abril de 1980, foi um dos fundadores do partido no estado. Sua formação política iniciou-se nas Comunidades Eclesiais de Base e nos Empates, consolida-se na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 1977. Militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC) na juventude - o que considerava uma "contradição" fértil com sua profunda fé católica -, Júlio elegeu-se prefeito de Xapuri por dois mandatos (1997-2000 e 2001-2004), sendo a expressão viva do que chamou de "a extensão do movimento social para o governo". Presencial, Xapuri/AC, 20/novembro/2025.

Figura 5

Acervo pessoal (2025). Casa das Irmãs Servas de Maria, que me sediaram durante minha estadia em Xapuri.



A próxima entrevista deste percurso geobiográfico foi com o militante histórico e ex-vereador Raimundo Mendes de Barros, o "Raimundão". O encontro realizou-se no Salão Paroquial de Xapuri, em um dia simbolicamente marcado pela presença do INCRA que no mesmo local distribuía contratos de Crédito Instalação no valor de R\$12 mil para 93 famílias de assentamentos e da Reserva Extrativista Chico Mendes. O ambiente, carregado de emotividade e saudações ao Presidente Lula, foi precedido pela entrevista de Raimundão, cuja trajetória se confunde com a própria história da luta pela terra no Acre. Nascido em 1945 no Seringal Santa Fé, na Colocação Deserto, Raimundão é seringueiro "de nascimento e de

ofício", como gosta de frisar, e primo de Chico Mendes. Sua militância iniciou-se em 1977 com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, consolida-se nos Empates e na resistência contra a grilagem que culminou no assassinato de companheiros como Raimundo Calado. Figura fundamental na construção do PT em Xapuri - que descreve como uma "epopeia política"⁵ -, Raimundão elegeu-se vereador por quatro mandatos. Presencial, Xapuri/AC, 21/novembro/2025.

Figura 6



Acervo Pessoal (2025). Salão Paroquial para distribuição de recursos do ICRA.

A última entrevista foi com a historiadora, servidora pública e militante histórica Júlia Feitoza. O encontro realizou-se em sua residência, em Rio Branco, cujo escritório pessoal configurava-se como um verdadeiro arquivo vivo da trajetória petista acreana, repleto de pastas, cartazes, fotografias e documentos que testemunham décadas de engajamento. Nascida em 1954 no Seringal Bom Destino, então pertencente a Rio Branco e hoje ao município de Porto Acre, Júlia Feitoza é negra, acreana de origem seringueira, formada em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e servidora pública federal aposentada do Ministério da Saúde. Sua formação política iniciou-se ainda durante um período no Rio de Janeiro, onde teve contato com movimentos políticos e negros, consolidando-se ao retornar ao Acre no processo de abertura democrática, quando se integrou às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e ao movimento teatral. Presencial, Rio Branco/AC, 29/novembro/2025.

Importante frisar que entrevistas foram tentadas com mais figuras da política acreana, como Marina Silva, Jorge Viana e mais. Todavia, por conflitos de agenda, anos eleitorais, de encontros internacionais, muitos representantes de órgãos do governo não puderam se

⁵ Termo "epopeia" se torna presente por inúmeros entrevistados. Nilson, Raimundão e Marcão utilizam o termo e, por isso, também estará presente na dissertação

comprometer. Então, a pesquisa deixa uma lacuna. A entrevista buscou uma cobertura de área dentro dos dirigentes partidários e entrevistou os militantes possíveis.

Figura 7

Acervo pessoal (2025). Stencil eleitoral de Julia Feitosa e Tácio de Brito.

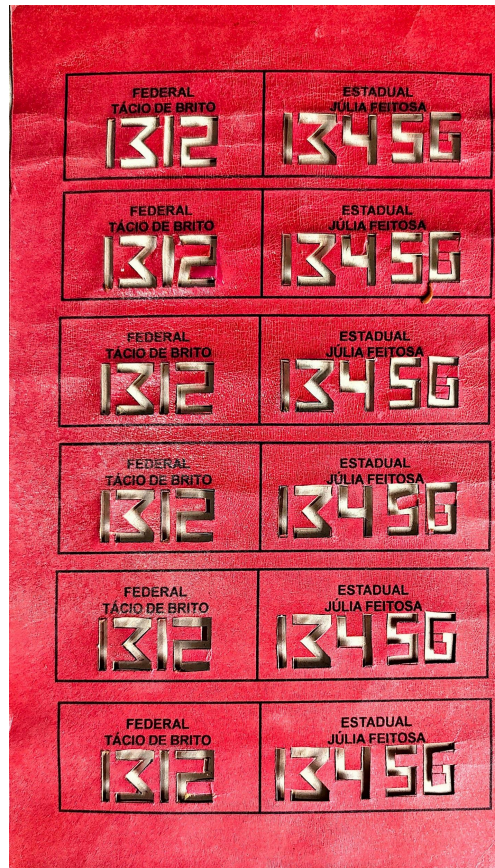
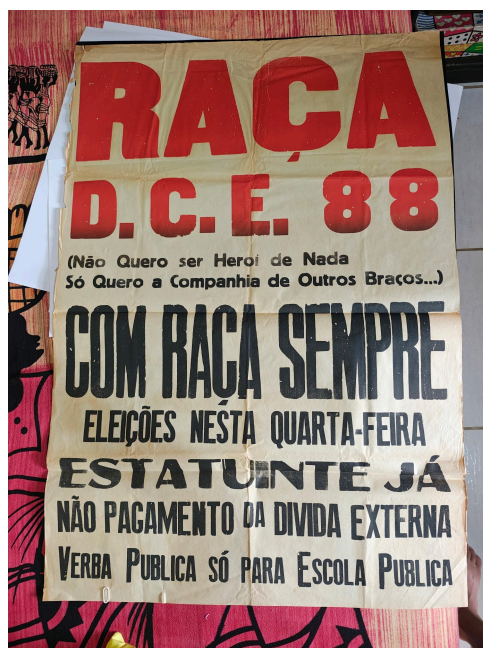


Figura 8

Acervo pessoal (2025). Cartaz de uma das vitórias pelo DCE da UFAC.



1.2. Diegese (ou “minha localização”)

Por tempos, neguei a construção subjetiva da pesquisa. Não gostaria de elaborar um parêntese que fosse que explicitasse a subjetividade das minhas intenções, ou que tivesse que mensurar quem sou ao escrever. Em um impulso as minhas próprias leituras e indagado na minha qualificação sobre a motivação da pesquisa, percebo que esse bloqueio de vazão nada mais é que uma negação às minhas convicções pessoais. Desta forma, aqui introduzo qualitativamente e subjetivamente minha pesquisa. Toda articulação fraseal caminha ao lado de uma identidade narrativa, que como elabora Ricoeur (2010), é uma constante tessitura entre o fabular e o viver.

Assumir essa costura íntima, porém, exige carregar o peso da fábula - não como fardo, mas como sua localização no mundo, o ponto de partida da narração. É, então, nesse lugar preciso, onde a anatomia do observador se confunde com o viver, que Vygotsky situa o *obschenie*, brilhantemente explorado por uma tutora de vida Zoia Prestes (2018). Como ela destaca, *obschenie* guarda relação com o "comum, o coletivo [...] significando [...] amizade" e está na raiz de *obschina* (comunidade), algo que remete à "relação entre as pessoas e suas responsabilidades de ajudar ao próximo". É essa noção de vínculo mútuo e responsabilidade coletiva que fundamenta a aqui presente abordagem de aprendizado e coletivização de mundo.

Se o viver é humano e o humano é social, compreende-se que conhecimento jamais será individual ou autodidata. Portanto, esse trabalho se afirma como fruto inescapável da cooperatividade/solidariedade. Como magistralmente elaborado por meu caríssimo ex-orientador, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003):

"Como todo trabalho científico, este aqui também é parte de uma biografia. Eis uma questão óbvia que, no entanto, se explicitada, parece exatamente retirar do trabalho científico a objetividade que deve perseguir. Todavia, desde que o "princípio de incerteza" foi formulado pelo físico Heisenberg, em 1905, e que a Teoria dos Quanta foi aceita, a idéia científica de objetividade já não pode ser pensada nas mesmas bases. A verdade científica é tão objetiva quanto a fotografia, que é sempre feita não só por uma lente, chamada objetiva, mas também por um dedo que clica, por um olho que enquadra."

Nesse processo, a diegese emerge como categoria central: o universo narrativo interno onde fatos, personagens e espaços coexistem organicamente. Diferente da mera descrição externa, a diegese é o mundo vivido que se constrói ao narrar - um espaço onde o "Aquiri" e o Partido não são ícones abstratos. São entidades que respiram nas tramas da história. Minha diegese, portanto, é o Acre como território sensível, uma geografia íntima. Assumir essa lente diegética é reconhecer que geo-grafar não é observar de fora, mas habitar e remobilizar o mundo que se descreve. Outra vez, Carlos Walter Porto-gonçalves (2003)

"Que geografia pode significar, também, o ato de marcar a terra, enfim, ser um verbo, uma ação. Entrevi, então, que havia uma possibilidade teórica de fazer Geografia a partir daqueles segmentos da sociedade que se organizam para lutar por direitos. Senti que era possível uma Geografia que não fosse necessariamente 'funcionária do rei'. E que movimento social é, rigorosamente, a recusa de um lugar socialmente posto e, assim, a busca de uma nova organização do espaço, de uma nova ordem material-simbólica, de um novo magma de significações"

Ao buscarem uma nova organização material-simbólica, os sujeitos inscrevem no território uma subversão à ordem hegemônica. Consequentemente, se a ação política reorganiza o espaço, a memória desses agentes constitui a própria anamnese do território. Seus relatos operam como lentes que iluminam as porosidades da paisagem, o que permite desvelar o rastro da história. Permite decifrar as minúcias da luta pela reorganização do espaço.

Esta reflexão ilumina outro elemento de nossa empreitada: toda ideia é submetida a uma série de recortes. Ela é moldada por quem a intenciona, com quem é elaborada, através de quais instrumentos é externalizada e por inúmeras outras nuances contextuais. Na comunhão das ideias trazidas, é impossível negar ou subestimar a importância inenarrável do aporte de minha família para esta pesquisa. Seu apoio foi formacional, garantiu as condições materiais essenciais - a vida, o sustento, o "suspiro" - e o acesso à educação, desde a

alfabetização até aspectos mais específicos, como o fato de ser um dos membros mais recentes da família a pesquisar o Acre e sua história (mesmo que todos por eixos temáticos distintos).

Da mesma forma, é fundamental reconhecer o papel dos amigos inúmeros, cujo apoio se manifestou nos planos emocional, técnico e, dentro destes, informacional. Impreterivelmente e em destaque, a ajuda da minha avó Maria Sevy, sua irmã gêmea Irmã (e Tia-avó) Mavy e seu irmão caçula José, suas filhas Suzanna e minha mãe Rachel, todas essas pessoas foram de ajuda além do substrato vital. De forma inegável, essa pesquisa só pode ser realizada devido a todo aparato cedido de suporte intangível: longa trajetória militante, uma família com militantes dentro de diversos partidos da Frente Popular e seu reconhecimento dentro da igreja. Desta maneira, reverberou também no palpável, com água, alimentação, materiais estes que também são essenciais a pesquisa e reforçam o caráter comunitário que pode/deve ter a pesquisa.

Indubitavelmente, este trabalho também se ergue sobre os diálogos travados com dezenas de pesquisadores dedicados aos temas do Acre e do Partido dos Trabalhadores. A tecnologia contemporânea foi crucial, permitiu o acesso fácil e contínuo a um vasto acervo de dissertações e teses. Este conjunto diversificado de trabalhos pôde ser instrumentalizado, viabilizou a pesquisa e contribuiu para a construção de um rico caleidoscópio temático que caracteriza esta investigação.

De fundamental importância, apresento o muito citado Carlos Walter Porto-Gonçalves. Orientador de minha graduação e coluna vertebral desta dissertação. O professor foi militante do Partido dos Trabalhadores, da Convergência Socialista e tem como seu *Magnum Opus* sua tese “nos varadouros do mundo”.

Aos pormenores, ao rememorar de quando estudei em Cuba, na Universidade de Havana, foram com apoios logísticos e emocionais dos professores, amigos e familiares. Àquela altura, aos exatos 20 anos, na sacada do vigésimo andar de um prédio ao *Malecon*, fui operado de emergência por resultados de uma latente condição de saúde que me acompanha por toda vida. Ali, fui amado e bem acolhido por amigos cubanos que me deram a oportunidade de continuar minha caminhada. Uma solidariedade prestada a um estrangeiro, que a bem da verdade já era um ávido socialista. Naquele momento, tive certezas das minhas convicções e quando pronto recuperei, apresentei um trabalho nomeado “Amazônia, além de ocidente e oriente” para os alunos da graduação de geografia em Cuba. E o porquê da Amazônia? Minha relação, ou imbróglgio ainda mal resolvido, volta-se a falar daquele *lugar*.

Lugar como ele deve ser entendido, o território do sentimento. É o lugar onde nasci, no Acre e em 2001. Sou de uma família de seringueiros, do Seringal Recreio, em Feijó, e meu bisavô, eu conto a história invisível dele pela dissertação: nasceu a bordo de um navio rumo às colocações para extração de seringa, por isso seu nome *José Ribamar*.

Então, de alguma forma, está aqui em algum lugar do meu inconsciente as razões desta pesquisa. Ela se dá e se entrelaça com minha organização política, o qual fundamentei minha vida e pela esperança real da comunhão dos povos. Muito por isso, o trabalho se apresenta como “novas leituras”, pois articula não só a bibliografia de meu antigo orientador Porto-Gonçalves, de diversos outros acreanos que fizeram CPDA, de muitos outros familiares que se dedicaram a estudar o Acre, além claro de todas perspectivas e sabedorias transmitida pelos professores e suas disciplinas ao longo do mestrado.

Este trabalho é, portanto, uma “nova leitura” do ponto de vista além do analógico, é uma continuidade material de bens imateriais: dos espaços de convivência, espaços de “morosidade”, espaços de solidariedade e dos meus 24 anos de história. Elementos de natureza complicada, que só se entende no cotidiano e se intrica na memória.

2. ALÉM DO RIO, A FLORESTA

2.1. Raízes da Espoliação: Aquiri à deriva

O território acreano, como é dado hoje, é um fruto particularmente recente da ocupação brasileira. E, frisa-se o "hoje", pois antes de quaisquer bandeiras nacionais hasteadas, por lá viviam, ocupavam e reproduziam saberes e culturas dos povos originários.

Como pré-configuração dessa geografia narrativa, o território acreano, hoje fruto recente da ocupação brasileira, nasce de uma corruptela de Aquiri. Termo este que etimologicamente na língua dos Apurinãs significa "Rio dos jacarés", mas que por prováveis erros de grafia e pronúncia por parte dos colonos foi alterada até o atual vocativo do estado.

A colonização de Aquiri não se deu como nos demais territórios nacionais. Por muito tempo, a região encontrava-se sob domínio boliviano reconhecida a região como "terras inexploradas" até a descoberta do potencial comercial do látex. Após idas e vindas de um conflito sobretudo econômico, com participações de potenciais internacionais (como EUA e Bélgica) e uma revolução acreana (1903) - que por breve momento foi um Estado independente -, por fim o território foi anexado e comprado da Bolívia. Entre o final do século XIX até a década de 1910, esse momento foi chamado de 1º Ciclo da Borracha.

A descoberta do potencial comercial do látex, porém, já existia anteriormente. Como destaca Porto-Gonçalves (2003), a borracha era o "ouro negro" do século XIX: sua vulcanização (1839) a tornou "componente essencial do complexo tecnológico" da Revolução Industrial. Veríssimo (*in* Porto-Gonçalves, 2003) já alertava: "Nenhum produto natural tem aplicações tão extensas". Sua função em correias de transmissão, isolantes elétricos e telecomunicações gerou uma revolução na organização do espaço capitalista. Essa centralidade estratégica explica a corrida internacional pelo látex - e a espoliação que se seguiu aos seus territórios.

Quando se discute sobre o escoamento do Látex, se divide em duas escalas econômicas: o 1º citado acima (até 1912) e os fluxos econômicos que resultaram da II Guerra Mundial e compuseram o 2º Ciclo da Borracha. Eles foram próximos, mas não foram "continuidades" e sim movimentos político-econômicos abruptos. Em dado momento, a borracha amazônica representava até 78,3% do valor das exportações de café no auge do 1º ciclo. Até que, pela hoje conhecida como biopirataria⁶, há a entrada da produção asiática, na

⁶ "A princípio, o Brasil era o único produtor desse material no mundo, mas tudo mudou depois que o inglês Henry Wickham roubou cerca de 70 mil sementes de seringueiras do Pará e as levou para a Inglaterra, em 1876.

Malásia, organizada em moldes racionais e com maior produtividade, o que levou ao colapso do modelo extrativista amazônico. A queda dos preços internacionais foi de £655 por tonelada em 1910 para £106 em 1920 (Cavalcanti, 2002).

Para retornar ao tema da colonização acreana, é de suma importância ressaltar três elementos e estes são indissociáveis uns dos outros. O primeiro é que seu processo de colonização é tardio, teve seu maior fluxo migratório no século XX justamente pelo aumento da demanda de borracha após a revolução industrial e principalmente durante as Guerras Mundiais (1914-1918 a 1939-1945). O boom econômico durante as guerras se dá porque as produções principais de látex, que se encontravam no Sudeste Asiático, foram dominadas pelas forças japonesas. Então, o escoamento do produto voltou a tornar-se intenso para as produções britânicas e estadunidenses.

Devido a esse fortalecimento econômico regional principalmente na II Guerra Mundial, Getúlio Vargas elaborou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), popularmente conhecido como "Soldados da Borracha". A chamada "Batalha da Borracha" (1942-1945), analisada por Almeida (1992), consolidou um sistema de espoliação baseado no monopólio estatal - como se verá adiante aqui como "aviamento". O governo Vargas, por meio do Banco de Crédito da Borracha (controlado por capital estadunidense em 40%), fixou preços que destinavam 60% do lucro aos seringueiros, 33% aos patrões e 7% a supostos donos de terras (Almeida, 1992, traduzido pelo autor).

Na prática, porém, os contratos criaram uma armadilha da qual o trabalhador não podia escapar. Eles proibiam a venda de látex a terceiros, obrigou-se o seringueiro a negociar apenas com o patrão do seringal, que impunha preços baixíssimos pelo produto. Ao mesmo tempo, criminalizava o abandono de dívidas, que ainda podiam ser transferidas entre patrões. Essa combinação era fundamental para a servidão por dívida: o trabalhador, sem poder vender a quem pagasse mais e sem poder fugir sem cometer um crime, ficava permanentemente endividado e preso ao seringal, anulando-se por completo a distribuição de lucros prevista em lei.

De lá, elas foram transferidas para a Malásia, na Ásia, que, na época, era uma colônia inglesa. O contrabando tirou daqui a liderança da produção da borracha, que até hoje é ocupada por países do Sudeste Asiático, como Tailândia, Indonésia e Vietnã."

TEODORO, Marina; MENEZES, Helen. História da borracha envolve Brasil vítima de pirataria e criação de cidade dedicada a ela no meio da Amazônia. **G1**, acesso em 2 maio 2024.

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/05/02/historia-da-borracha-envolve-brasil-vitima-de-pirataria-e-criacao-de-cidade-dedicada-a-ela-no-meio-da-amazonia.ghtml>

A CAETA (Comissão Administrativa para o Encaminhamento de Trabalhadores à Amazônia), criada em 1943, financiou a logística da espoliação, forneceu kits de sobrevivência aos migrantes apenas para entregá-los aos seringalistas, reforçou por fim a servidão por dívida (Almeida, 1992).

"Esse Contrato-Padrão era o reconhecimento tácito do extremo grau de exploração a que se achavam submetidos os seringueiros na Amazônia e é interessante observar que ele tenha sido instituído exatamente através de um acordo internacional. Ao mesmo tempo exaltavam-se aqueles que viessem servir à Pátria como Soldados da Borracha, como passaram a ser conhecidos aqueles que migraram para a região durante o período" (PORTO-GONÇALVES, 2008)

A segunda característica definidora desta colonização foi seu caráter radicalmente espoliativo. Embora estudos apontem que a produção de látex chegou a responder por grande parcela da economia nacional, essa riqueza nunca se traduziu em investimentos estruturais mínimos para melhorar as condições de vida no território acreano. A brutal concentração de renda é desnudada por Porto-Gonçalves (2003) através de dados contundentes: as exportações médias brasileiras de borracha entre 1906-1907 atingiram 35.725 toneladas, comercializadas a 387,5 libras esterlinas por tonelada. Este fluxo representa cerca de 13% do total das exportações nacionais da época, volume controlado por não mais que 56 proprietários de seringais.

A dimensão dessa distorção econômica torna-se ainda mais chocante quando contextualizada no cenário nacional. O autor enfatiza que a borracha chegou a corresponder a 40% das receitas exportadoras do Brasil, assim superava temporariamente até o café como principal produto gerador de divisas. O ápice dessa hegemonia ocorreu em 1906, quando aproximadamente 5% de toda a receita do país concentrava-se nas mãos de cerca de cinquenta empresas seringalistas. Porto-Gonçalves ainda frisaria: "Uma movimentação anual média de mais de 32.000 libras esterlinas por cada empresa!" - cifra astronômica que fazia jus às duas milhões de libras⁷ pelas quais o Acre fora pago à Bolívia em 1903 (Calixto, 1985).

Nessa engrenagem, o látex materializava uma valoração inversamente proporcional à humanidade de quem o extraía, operava em tempos históricos distintos: enquanto o produto se inseria na velocidade vertiginosa dos mercados futuros das indústrias em Londres e Nova York, o seringueiro permanecia imobilizado no circular da dívida. O trabalho territorializado na mata não custava, contabilmente, quase nada ao patrão, sustentado pela servidão do

⁷ Às contas: 35.725 toneladas x 387,5 libras = 13.843.437,50. Superando, em apenas um ano, quase 7 vezes o valor pago aos bolivianos. Conforme cálculos inflacionários, £100 em 1903 equivalem a £15.538,46 em agosto de 2025, devido à inflação acumulada no período. Isso dá aproximadamente 2.1bi de libras anuais atualmente. Sendo 13% deste valor apenas do vale do rio acre (algo em torno de 250 milhões de libras anuais).

aviamento. Já seu fruto, ao ser transterritorializado para os circuitos do capital internacional, transmutava-se em valor de ouro. A fragmentação do espaço amazônico, nos termos de Milton Santos (2008), atuava precisamente nesse hiato, funcionando como um moto-contínuo da degradação. Tal qual o sonho alquímico de uma máquina que gera energia infinita sem custo, o sistema seringalista operava sob a idealização da extração de riqueza perpétua da natureza e do homem, ao custo invisível e incontável de seus flagelos. Reeditava-se assim a tragédia do Eldorado⁸, como uma operação racional de espoliação onde a riqueza cosmopolita dependia exaustivamente da servidão e destruição.

Assim, os valores da ocupação acreana podem ser encontrados no financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional e do Teatro Amazonas (Silva, 2020), que coaduna a tese do empobrecimento contínuo.

Essa dinâmica de esvaziamento deve ser interpretada como uma continuidade de colonização e de introdução capitalista. Como a operação precisa do que Florestan Fernandes (1977; LERRER, 2024) denomina “bomba de sucção”. O capitalismo não chegou em todo mundo como um sistema homogêneo; ele se instalou nos portos de Manaus e Belém, conectando-se ao capital financeiro internacional, mas dependeu umbilicalmente da manutenção de relações semi-servis e servis nos interiores do mundo para maximizar seus lucros. A “bomba de sucção” operava justamente nesse diferencial: drenava a riqueza vital da floresta (o látex) para os centros hegemônicos, enquanto bloqueava qualquer acumulação interna ou de investimento territorial nas periferias territoriais. Assim, a modernidade dos portos e o sistema de aviamento dos seringais não eram realidades opostas, mas engrenagens complementares de uma mesma máquina de espoliação, onde a riqueza cosmopolita se alimentava da servidão na selva. Figurando fielmente o que em breve será explicado como rugosidade.

Esta caracterização de analogia ao escravismo sustenta-se nas relações de trabalho herdadas do primeiro ciclo da borracha e intensificadas durante a “Batalha da Borracha”, fundamentadas no regime de aviamento e na servidão por dívida. Como já detalhado, os seringueiros estavam legalmente presos aos seringais por contratos que os impossibilitavam de vender sua produção a qualquer outro agente que não o “Senhor”, o que configurava portanto um cerco econômico. Paralelamente, a criminalização do abandono de dívidas - que ainda podiam ser transferidas entre senhores - configurava um cerco jurídico e social. Esta combinação perversa, onde o trabalhador não tinha controle sobre o preço de seu produto, ou

⁸ A analogia a Eldorado se complementa a frente, a partir de citação a Porto-Gonçalves.

sequer liberdade para rescindir a relação de trabalho sem cometer um crime, e via sua dívida ser tratada como um bem transferível, caracteriza a supressão da liberdade e a redução a uma condição de dependência pessoal total, elementos centrais para a definição de trabalho análogo ao escravo.

Heimbecher (2019) demonstra como os "discursos estatais contundentes" que exaltavam os "Soldados da Borracha" reestruturavam o espaço amazônico e impunham justamente essa "ficção eficaz" de um serviço patriótico, que servia para mascarar a realidade espoliativa dessas relações de trabalho.

"A importância da Amazônia naquele contexto serviu também para o governo nacional barganhar a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional base do processo de industrialização por substituição de importações e do projeto militar nacionalista de construir uma indústria de base capaz de gerar as condições materiais e tecnológicas necessárias para que as Forças Armadas desempenhassem seu papel de defesa da integridade territorial do país." (PORTO-GONÇALVES, 2008)

Por fim, em complemento aos elementos anteriores, a colonização do Acre caracterizou-se por seu padrão dendrítico, termo que remete à ramificação, neste caso é a estratificação do território ao longo dos rios, principal via de escoamento do látex durante o ciclo da borracha. Este padrão de mercantilização não seria possível sem os regatões, que foram uma forma de comércio ambulante praticado na Amazônia desde o Brasil Colônia. O termo regatão nomeia tanto a embarcação quanto a prática da troca de produtos diversos, desde manufaturados, as drogas dos sertões e outros essenciais, como o sal. Nas comunidades isoladas, o regatão também trazia e levava informações por onde passava, sendo peça fundamental na rede de circulação que caracterizou o padrão dendrítico da região.

Figura 9
Barco regatão no Museu Sacacá, Macapá, 27 de setembro de 2025
Fonte: Foto do autor (2025)



Essa estrutura, ancorada em afluentes como Juruá, Purus e Acre, otimizou a logística extrativista, reduziu custos de transporte e integrou a região a cadeias globais de commodities. Vale destacar que as próprias características fisiográficas dos rios amazônicos foram fundamentais nesse processo. Como destacado por Cunha (*apud*

PORTO-GONÇALVES, 2003), a configuração das bacias hidrográficas - com altos cursos paralelos e nascentes próximas - criou condições excepcionais:

"A configuração das bacias hidrográficas do Madeira, do Purus e do Juruá têm seus altos cursos correndo proximamente paralelos e suas nascentes praticamente confundidas, torna as condições de exploração da Hevea particularmente favoráveis [...] Em toda a área onde corre o rio Acre [...] todos ligados à bacia do Madeira, correm praticamente paralelos uns aos outros, não tendo mais que 15 a 20 quilômetros de distância entre si".

Complementar a essa análise, Porto-Gonçalves (2003) ressalta que o caráter meândrico dos rios acreanos operou como uma verdadeira dádiva geográfica aos seringalistas: ao sinuoso traçado fluvial - elemento natural fortuito para a colonização - coube o papel decisivo de viabilizar a espoliação sistêmica. Na medida em que esses cursos d'água funcionavam como as únicas vias de transporte viáveis, sua conformação intrincada multiplicava exponencialmente a extensão de terras banhadas, ampliou-se artificialmente a fronteira extrativista disponível para a sangria do látex. Mais que uma vantagem logística pontual, essa configuração hidrográfica encaixada, desprovida de praias e repleta de meandros (corpos sinuosos, braços mortos do rio), facilitava radicalmente o embarque e desembarque de mercadorias, converteu-se assim na própria arquitetura invisível que sustentava a organização espacial da produção mercantil. A natureza, nesse processo, deixava de ser mero cenário para tornar-se ativa tecnologia de produção - como demonstra o fato de que cada curva do rio, ao ampliar o território costeiro, facilitava também o cerco sobre as populações.

Nesse território moldado pelas hidrovias, a dispersão populacional ao longo das margens inumeráveis não foi um acidente, mas o produto necessário do empreendimento extrativista. Os seringais isolados, semelhantes a ilhas fluviais desconectadas, inviabilizavam não apenas a consolidação de núcleos urbanos, mas sobretudo a germinação de laços comunitários e resistências coletivas (a priori). Cada barracão - fortaleza econômica dos seringalistas erguida à beira-rio - funcionava como epicentro de um poder, onde o aviamento teceu sua teia de dependência: as dívidas superfaturadas, herdáveis e impagáveis transformavam os seringueiros em prisioneiros econômicos da paisagem que habitavam. Nessa geografia de enclaves, a fragmentação socioespacial revelava-se como condição estrutural para a perpetuação da servidão.

Consolidava, então, relações de poder assimétricas, onde o endividamento crônico (aviamento) dos trabalhadores perpetuava a dependência econômica. É precisamente nessa

materialidade espacial que se revela a inseparabilidade entre sociedade e território. Assim discute Porto-Gonçalves (2006):

"Sociedade e espaço não são dimensões que se excluem ou que se precedem lógica ou ontologicamente. Uma sociedade não se organiza primeiro para depois constituir o seu espaço geográfico ou vice-versa. Toda sociedade ao se constituir enquanto tal constitui seu espaço geográfico e este é tanto o produto de, como a condição de possibilidade das relações sociais. Como uma relação social, o espaço é também uma relação natural entre sociedade e natureza através da qual a sociedade, enquanto se produz a si mesma, transforma e se apropria da natureza"

O território não é uma substância externa, ou tampouco uma base sobre a qual a sociedade se erige. Ao contrário, constitui-se no próprio processo em que a sociedade tece o conjunto das suas relações sociais e de poder. Assim, a ocupação dendrítica não apenas moldou a geografia acreana, mas também legou um cenário de fragmentação socioespacial, cujos reflexos influenciaram a formação política posterior do estado. Como didatiza Porto-gonçalves (2008) a Amazônia foi historicamente tratada como um "futuro a ser redimido" - jamais como presente -, a justificar a espoliação de seus recursos reais e imaginários.

A ocupação dendrítica, otimizada para o escoamento do látex, convergia estruturalmente com as verticalidades do capital global - redes técnicas que, como define Santos (2005), conectavam "pontos distantes uns dos outros ligados por todas as formas e processos sociais", teceu um circuito espacial produtivo onde "a circulação de bens oferece uma visão dinâmica de como os fluxos perpassam o território" (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Esse modelo, porém, gerava uma contradição fundante ao fragmentar o território em ilhas de exploração isoladas, justapõe-se violentamente às horizontalidades - "domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por continuidade territorial" (Santos, 2005) que germinavam nas brechas do sistema. Nessa dialética espacial, enquanto as verticalidades sustentavam a espoliação da borracha através de redes internacionais, as horizontalidades floresciam no "espaço banal" da floresta - "o espaço de todos, todo o espaço", palco do "acontecer solidário" (Santos, 2005) onde práticas extrativistas comunitárias dos futuros povos da floresta gestavam resistências não subordinadas à lógica mercantil.

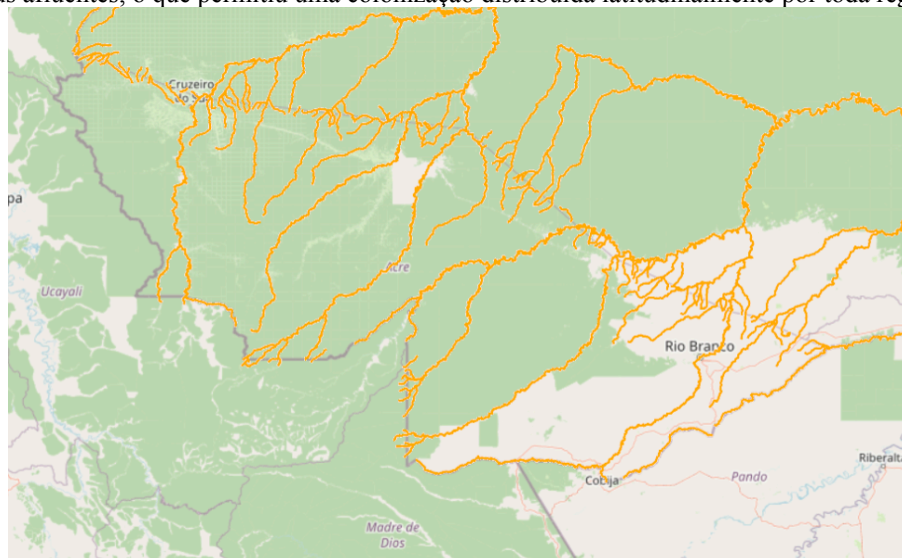
No Acre, essa coexistência conflituosa entre verticalidade espoliativa e horizontalidade comunitária não se anulava, mas reconfigurava-se constantemente: os seringalistas impunham relações de aviamento enquanto os seringueiros, através do "espaço banal", forjavam novos modos de vida coletivos. Assim, o território transformava-se em palco de uma geografia rugosa onde barracões e varadouros, de aparências opostas,

moldavam juntos a textura humana acreana. Essa policromia conceitual - rápido/vertical versus lento/horizontal - desdobrava-se na categoria miltoniana da acumulação desigual de tempos: sob uma mesma paisagem, conviviam temporalidades antagônicas, com comportamentos repetitivos que ainda perpetuavam o ciclo espoliativo que, por ora, não produzia ruptura. Para Santos, essa sobreposição configura a "rugosidade" - condição espectral onde elementos conflitantes coexistem visivelmente. O capitalismo, que em outras regiões levou séculos para se consolidar, impôs-se ali maciçamente em cinco décadas, que conduz uma paisagem de temporalidades colapsadas.

Como exemplifica Porto-Gonçalves (2003) na ambiguidade toponímica de Xapuri - quando "os seringueiros" diziam Xapuri, não citam o município, mas ao vale do rio Acre -, o espaço geográfico atua como suporte de comunicação cotidiana que naturalizam hierarquias: até os anos 1960, a organização regional orbitava os rios. Todavia, a partir da luta dos seringueiros, quando se nomeava "Xapuri", já não se falava do rio, e sim do município e seu sindicato dos trabalhadores rurais. Essa transição semântica revela como a materialidade foi sendo ressignificada pelas lutas sociais (o espaço foi demarcado, geo-grafado pelos movimentos sociais), demonstra que a própria linguagem geográfica é campo de batalha onde se disputam projetos territoriais antagônicos.

Figura 10

Mapa extraído da Plataforma INDE com dados da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico. Mapa representativo, o qual ilustra em amarelo os principais rios do Acre. Percebesse uma forte infiltração dos seus afluentes, o que permitiu uma colonização distribuída latitudinalmente por toda região.



A partir disso, pode-se elaborar como a "nova economia da borracha" se consolidou em um marco na instauração de um capitalismo na Amazônia, caracterizado pelo domínio

oligárquico dos seringalistas e das Casas Aviadoras (os barracões), que estruturam a dinâmica socioeconômica em torno do sistema de aviação. Esse modelo, assentado na exploração dendrítica do território e na espoliação, reconfigurou não apenas o aspecto ambiental, mas as próprias relações de trabalho. O seringueiro, figura central desse processo, via-se expropriado de sua autonomia produtiva, excluído de produzir subsistência e submetido a uma lógica de endividamento perpétuo - realidade que persistiu mesmo após o declínio econômico da borracha. Deve-se entender que esta exclusão produtiva possuía um mecanismo complexo, a servidão por dívida e a restrição dos meios de preparo da farinha (a farinhada) e também dos insumos para colheita ou pesca faziam parte das inúmeras estratégias de dominação da força de trabalho.

O posterior abandono dos seringais pelos patrões deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte (Silva, 2020). A forte economia regional entrou em ostracismo após a retomada afro-asiática no comércio de látex. Neste período, dada a grande evasão dos mercados importadores de borracha, a região deixou de ter sua economia dinamizada preponderantemente pela exportação exclusiva do látex e se voltou para um "poli-extrativismo" [castanha do Pará, açaí, o próprio látex e outros] e diversas produções agrícolas como arroz, feijão e criação de pequenos animais nos antigos seringais mantidos, em grande parcela, pelos próprios seringueiros.

Essa organização produtiva era o hábito da colocação - unidade socioespacial fundamental do seringal. Como define Almeida (*apud* Porto-Gonçalves, 2003),

"A colocação é mais que um conjunto de estradas de seringa. É um microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas, em carne, em materiais de construção, e em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento."

Essa aparente auto-suficiência se organizou a partir do abandono dos seringalistas, porém não garantia vida fácil aos seringueiros. A rotina exaustiva do seringueiro, descrita por Alegretti (*apud* PORTO-GONÇALVES, 2003), revela a dualidade dessa existência:

"O seringueiro levanta de madrugada, 4:00, faz o café, toma e vai para a estrada cortar. [...] O resultado da produção [...] é controlado pelo próprio seringueiro. [...] Ele tem autonomia na esfera da produção, muito embora ela seja um resultado do próprio extrativismo: não há como colocar um fiscal em cada colocação."

Essa reconfiguração, como observa Porto-Gonçalves (2003), alterou a percepção do espaço: "Os rios pareciam ficar mais longos". O território deixara de ser uma "empresa capitalista" para se tornar, em parte, espaço do "camponês florestal". A autonomia precária dos seringueiros - agora responsáveis por cultivos diversificados e extrativismos - redefiniu a relação com a floresta, pavimentou o caminho para as horizontalidades que sustentariam a

resistência futura. A caracterização dos seringueiros como camponeses florestais é uma elaboração de Mauro Almeida (1992), traduzido de sua tese o termo "*Forest Peasantry*". Uma categoria política que tem novas nuances em suas dinâmicas de trabalho.

Para entender essa categoria é necessário entender esta transição em suas relações sociais e produtivas. Com o abandono dos barracões e a crise do aviamento, estes trabalhadores, outrora integrados a um circuito mercantil predatório, reverteram sua existência para uma economia de base familiar e comunitária. Esta nova dinâmica, baseada no policultivo: na caça, na pesca e no extrativismo diversificado (castanha, açaí), enquadra-se na definição clássica de campesinato enquanto produtor direto que, mesmo que mantenha vínculos eventuais com o mercado ou com relações entrecamponesas de câmbio ou moeda, tem na unidade doméstica, no autoconsumo e rede de trocas o eixo da sua reprodução social. A "colocação", como microcosmo autônomo descrito por Almeida, tornou-se o lócus desta nova sociabilidade, onde o saber tradicional foi ressignificado para garantir a subsistência longe da lógica essencialmente mercantil ou capitalista.

Esta redefinição não implica, contudo, uma mera regressão à subsistência pura, mas a emergência de um campesinato singular, cuja materialidade é a própria floresta. Como elucidam Kautsky (1980) e Wolf (1984), a condição camponesa não é incompatível com trocas mercantis esporádicas, mas define-se pelo controle relativo sobre o processo produtivo e pela não proletarização integral. Os seringueiros, ao gerirem coletivamente as "estradas de seringa" e os roçados, forjaram uma territorialidade específica, marcada por "marcadores territoriais" (Silva, 2010) que fundiam sujeito e paisagem em uma relação simbiótica e laboral.

Em retorno ao processo anterior, a espoliação da borracha elucidou o que Porto-Gonçalves (2003) denomina "des-envolvimento": uma lógica intrínseca ao capitalismo que desloca territórios de seus vínculos orgânicos, dissocia produção e consumo, valor de uso e valor de troca. O Acre tinha se tornado, assim, um lugar funcional ao capital. Contudo, é precisamente nessa dissociação geográfica imposta pelas verticalidades do capital que germina, paradoxalmente, a "força do lugar" teorizada por Santos (2008). As rugosidades da floresta e a contiguidade do espaço banal, onde se teciam horizontalidades mesmo sob o aviamento, ancoraram práticas extrativistas autônomas e solidariedades orgânicas. Esta força, brotada da morosidade dos "homens pobres" e da materialidade histórica do território usado, constituiria o embrião da resistência que reconfiguraria o lugar além da mera função mercantil.

Essa reconfiguração produtiva, porém, não significou mera adaptação, mas uma crise profunda da ordem territorial vigente. Como descreve Porto-Gonçalves (2003),

"Nesse contexto, a caça e a pesca ganham um sentido mais importante ainda. E, nessa atividade específica, o conhecimento do indígena e do caboclo [...] foi fundamental para a configuração de novas formas de organização do espaço e das novas territorialidades que medravam. Assim, as relações interétnicas mudam de qualidade. Sem poder cumprir com suas obrigações inscritas nas relações clientelísticas e, portanto, sem condições de exigir reciprocidade e, assim, sem legitimidade, patrões e aviadores não conseguem mais exercer a hegemonia: a territorialidade seringalista não consegue mais se reproduzir e entra em crise. O estado de espírito que grassou entre os acreanos naquelas circunstâncias pode, em parte, ser observado quando se atenta para os nomes das propriedades que passam a ser registradas. [...] Estamos, pois, longe daquele espírito de busca do eldorado que reinou quando da montagem da empresa seringalista."

Essa crise da territorialidade seringalista - expressa na toponímia desiludida e no desmonte das relações clientelistas - criou as fissuras por onde emergiriam novas formas de organização social baseadas no conhecimento tradicional.

É fundamental ressaltar que a narrativa histórica dominante tende a invisibilizar processos não hegemônicos. A chegada de seringalistas e o mito da "integração nacional" não inauguraram a história local, mas sobrepuseram um novo modo reprodutivo - o do aviamento, da borracha, do barracão e futuramente da luta, dos Empates e da emancipação - sobre práticas milenares de ocupação. Esse destaque inicial é importante, pois, como frisa Alonso (2000), todo pensamento atua como agente ativo na formação e disputa das ideias. O trabalho tem enfoque histórico-bibliográfico sobre a formação territorial acreana de hoje e sua organização laboral, portanto realizará um levantamento literário do conteúdo focal "Século XX a Século XXI". No entanto, é imprescindível reforçar o pensamento para não se apagar os povos originários, como os próprios Apurinãs que deram nome ao estado, que lá habitavam.

E, desta razão, para compreender a formação socioespacial do Acre, é fundamental superar visões reducionistas do território. Como propõem Delgado e Grisa (2015), o território é uma construção dinâmica de forças políticas, econômicas e culturais. Milton Santos (2005) amplia essa perspectiva ao destacar a tensão entre verticalidades e horizontalidades, chave para decifrar a espoliação da borracha e a insurgência dos povos da floresta.

Essa organização aqui trazida é ao mesmo tempo reflexo do processo de colonização por espoliação (uma verticalidade), assim como essencialmente explica o contexto conjuntural que ocasionou a peculiar e característica formação social do Acre (uma formatação embrionária de uma horizontalidade). Afinal, continuidades e discontinuidades são essas somas que sempre levam à construção do espaço-história humano, que são fundamentais para o êxito e fidedignidade das interpretações sociais. Nestes princípios,

entende-se que a formulação da prática espacial (e insurgente) dos povos da floresta pode e deve ser destrinchada a partir da sua localização na natureza geral, do entendimento de seu espaço e como isso forma momentos que reverberam ao longo de seu acúmulo de temporalidades.

Essa perspectiva retorna a Milton Santos, para quem o Espaço se constitui como sucessão desigual de Tempos, que desafiou as leituras unilineares que ainda dominam as análises sociais. É nesse contexto crítico que Porto-Gonçalves (2006) adverte:

"Partimos do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade. "A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente" (Porto-Gonçalves, 2002). Afinal, o espaço geográfico é constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade."

Essa crítica radical ao apagamento do espaço e das múltiplas temporalidades é fundamental para desvelar a lógica do sistema-mundo moderno-colonial, que o mesmo continua em outro momento:

"A Modernidade⁹ se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade. Assim, é preciso romper com o evolucionismo eurocêntrico que vê cada lugar do mundo como se fôra um determinado estágio da evolução européia, o que só é possível a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear (o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente. Sem considerar o espaço geográfico e a natureza, a clivagem constitutiva do "sistema-mundo moderno-colonial" desaparece" (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Desse modo, a decadência da borracha tampouco significou o fim da espoliação, mas sua reconfiguração. Os seringueiros, abandonados pelos antigos patrões, tornaram-se guardiões involuntários de um território já esgotado pelo extrativismo, enquanto o Estado - seja na era Vargas, seja nas políticas desenvolvimentistas posteriores - manteve a Amazônia como fronteira de recursos, de forma que relega suas populações à invisibilidade histórica. Assim, o Acre manteve-se como testemunha de um projeto de ocupação que, mesmo em suas reconfigurações, perpetuou por décadas a lógica da espoliação inaugurada no ciclo da

⁹ Quando Porto-Gonçalves expõe Modernidade é de garantida diferença da expressão "modernização", que são relativos falsos cognatos históricos. O referido discute a Modernidade como a era pós colonização das américas.

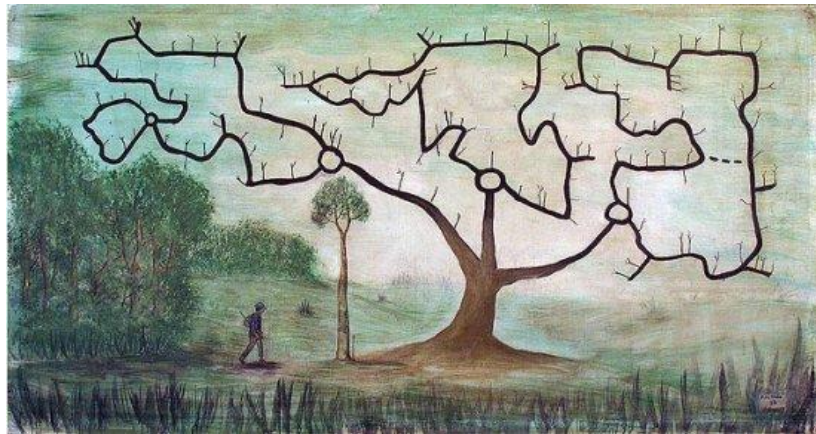
borracha. Como argumenta Furtado (1994), o subdesenvolvimento não é um estágio, mas um processo estrutural do capitalismo, que se alimenta de relações assimétricas entre regiões e subsistemas econômicos.

FIGURA 11

Pintura representativa demonstra, a partir dos galhos das árvores, as rotas do látex, conhecida entre os seringueiros como "estradas da seringa". Nome da pintura abaixo:

Fonte:

Hélio Holanda Melo, Estrada da floresta. 1983. Imagem da Coleção Mansour, mostra uma representação de um seringueiro e de seus caminhos na busca do látex



Após o fim do Estado Novo (1945), a configuração social acreana manteve-se marcada pelo esvaziamento econômico deixado pelo declínio da borracha. Os seringueiros, agora reconhecidos como camponeses florestais, ocuparam espaços antes controlados pelos seringalistas, mas permaneceram subordinados a um sistema de dívidas e monopólios comerciais herdado do ciclo da borracha. O projeto nacional para a Amazônia, porém, não tardaria a se rearticular em meio a uma disputa política pelo legado de Vargas. Enquanto o PTB defendia a integração nacional via reformas sociais e fortalecimento de estatais, o PSD, aliado às oligarquias regionais e setores militares, buscava manter estruturas tradicionais de poder.

Foi nesse contexto de disputas que Vargas, em seu último governo (1951-1954), criou a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (futura SUDAM) - (1953). Esta inseriu a região como fronteira de recursos naturais, vazio demográfico e região-problema. A política de subsídios à borracha, iniciada em 1943, foi mantida e beneficiou principalmente as firmas comerciais dos seringalistas (Almeida, 1992), que seguiam a extração de excedentes dos seringueiros por meio de aluguéis das estradas de seringa e do controle sobre o comércio. O subsídio era do estado para alimentar os remanescentes barracões e a borracha extraída se voltaria à indústria nacional.

A infiltração do conteúdo político-econômico da SPVEA durante a Quarta República (1946-1964) não alterou imediatamente o tecido social local - ainda refém da lógica espoliativa da borracha -, mas plantou as sementes do que viria a ser o "futuro" acreano: a fronteira agrícola e a extração energética. No entanto, a Amazônia tornou-se mais um dos palcos de uma disputa pelo sentido da modernização: de um lado, projetos como os do PTB, que vinculavam desenvolvimento a reformas agrárias e direitos trabalhistas; de outro, setores do PSD e militares, que viam a região como espaço de acumulação de capital sem mediações sociais, distantes da organização das ligas camponesas e outros movimentos sociais articulados.

O golpe de 1964 interrompeu essa disputa. A Ditadura Empresarial-Militar, ao se aliar a empresários e com apoio a grileiros, perverteu o legado desenvolvimentista de Vargas¹⁰, converteu-o em um projeto de "modernização sem transformação" (Furtado, 1994). A retórica do "progresso" mascarou a espoliação em novas escalas: as políticas da SPVEA, antes tensionadas, foram apropriadas para subsidiar a concentração fundiária e a expansão pecuária, agora respaldadas por um Estado que assassinou lideranças e criminaliza movimentos sociais (Silva e Bernardo, 2021).

Como analisa Angela Alonso (2000), a política é também uma "luta por repertórios". Os militares, com anuência dos liberais, liquidaram esse debate. Surrupiam o projeto varguista, deterioraram seus aparelhos (os fizeram de interesse privado) e aniquilaram a disputa, seja por assassinatos ou silenciamentos a seus opositores. O golpe de 1964 não foi apenas um ato de força: foi uma usurpação simbólica, que reduziu a pluralidade de projetos a uma única narrativa - a do "Brasil Grande" empresarial e militar. Como destaca Alonso, "as interpretações expõem o processo como se os sistemas filosóficos tivessem vida própria, afetando mentes passivas. Assim ocultam o fundamental: são os agentes sociais que fazem uso das ideias" (2000). A Ditadura reescreveu o repertório político, substituiu a controvérsia de um mundo disputado pela imposição de um único futuro - ao usar do esgarçamento completo da vida pela violência.

Enquanto projetos de extração de minerais se esboçavam na Amazônia Oriental, no extremo ocidente, a resistência da floresta e a falta de infraestrutura postergaram a assimilação do modelo agropecuário. Contudo, mesmo que tardias, as políticas da SPVEA ressoavam décadas depois, quando a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) retomou a

¹⁰ O trabalho em nenhum momento faz coro às políticas varguistas. Entende-se o vernáculo "legado" como quaisquer patrimônios políticos, nunca em tom necessariamente elogioso.

Amazônia como "terra sem homens para homens sem terra", atualizando, sob um caráter cruel e pecuário, a mesma espoliação fundiária que outrora fora exercida pelos seringalistas - agora substituídos por grileiros e fazendeiros, mas ainda respaldados por um Estado que subsidia a concentração de terras.

2.2 O mais-que-breve ano democrático e longevos 20 anos de golpe

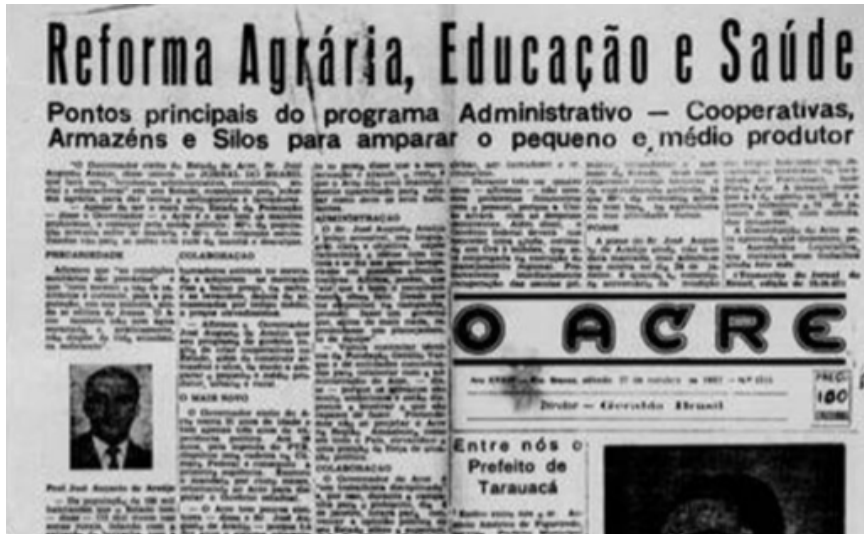
2.2.1 O interstício democrático

A discussão sobre as nomenclaturas históricas revela escolhas epistemológicas profundas. Optar pelo termo "Quarta República" em detrimento do mais comum "Intervalo Democrático" não é mera preferência semântica, mas um posicionamento demarcado. Afinal, classificar um período em que mais da metade da população - os analfabetos - não tinham direito ao voto, expõe uma fragilidade dessa adjetivação. Essa contradição estrutural reverberou no Acre, cuja trajetória política exemplifica as fragilidades do projeto democrático brasileiro.

Sua emancipação política em 1962, eleva-o da condição de Território Federal à de Estado, foi um marco crucial. Enquanto território, o Acre era administrado diretamente pelo governo central, que nomeava seus governantes, sem a participação popular e com autonomia drasticamente limitada. Tornar-se uma unidade federativa significou conquistar o direito à autodeterminação política, com governo e legislativo próprios e eleitos diretamente pela população. Foi neste novo patamar que o Acre elegeu seu primeiro governador, José Augusto de Araújo (PTB), em março de 1963. O Partido Trabalhista Brasileiro, impulsionado pelo então presidente João Goulart, obteve vitória acachapante nestas eleições acreanas, elegeu: governador, sete prefeituras e conseguiu maioria nas câmaras locais.

FIGURA 12

Na primeira página, o jornal “O Acre“ traz o programa político de José Augusto de Araújo, candidato a



governador pelo PTB Crédito: “Ultima Hora“, 19 de junho de 1962 (reprodução) *apud* Memorial da UFAC.

A experiência do governador José Augusto de Araújo ilustrava a viabilidade institucional das Reformas de Base no Acre e a violenta interrupção desse projeto pelo regime empresarial-militar. Eleito com um programa alinhado às propostas de João Goulart e baseado no tripé "Educação, Saúde e Reforma Agrária", sua postura progressista - que incluía o enfrentamento direto de grileiros - rapidamente o marcou como alvo dos setores conservadores.

"Goulart [...] sustentou com firmeza o programa do seu partido, o PTB. Não reprimiu as manifestações populares, ao contrário, foi ao encontro delas. Em atos públicos realizados no Rio de Janeiro, alguns Estados do Nordeste e no Rio Grande do Sul, prometeu uma ampla reforma agrária. Estimulou, portanto, a luta popular. Oficiais norte americanos incessantemente rumo ao Brasil para observar o que estava ocorrendo, porque forças militares nacionais se aquartelavam e, juntamente com líderes civis, conspiravam a deposição de João Goulart." (Calixto, 1985)

Tampouco no Acre o clima era ameno. Os parlamentares do PTB locais se posicionaram veementemente juntos a João Goulart em ferrenhas disputas com os contrerôneos do PSD. Este projeto reformista foi abruptamente interrompido pelo golpe militar de abril de 1964, um pouco mais de um ano após sua posse. José Augusto, após sua forçada renúncia, foi preso e seus contrapositores (aqueles do PSD e golpistas) vieram a ser os governadores do Acre durante a Ditadura Empresarial-Militar.

Em maio daquele ano, forças militares cercaram o Palácio Rio Branco e forçaram sua renúncia, em um episódio conhecido como "Cercos ao Palácio". Esta deposição não foi um evento isolado, mas parte de uma rede de perseguições sistêmicas. Como revelam Silva e

Bernardo (2021), o Inquérito Policial Militar (IPM) aberto contra seus aliados denunciava a pretendida reforma agrária, enquadrando-a como "subversão". O governador golpista Edgard Cerqueira, em discurso na ALEAC (Assembleia Legislativa do Estado do Acre), legitima a violência estatal contra dissidentes ao sintetizar o ethos do regime ao declarar: "Cumpra-se a Lei, doa a quem doer" (Silva; Bernardo, 2021).

A cassação de José Augusto representa a supressão violenta de uma via institucional e democrática para reformas, um fator causal determinante para a posterior radicalização da resistência e organização dos movimentos sociais no estado. Esse episódio é mais um elemento da série histórica que marcou a região: um (mais-que-breve) suspiro de autonomia política (social ou econômica).

Essa espoliação estrutural - analisada aqui como a pré-configuração do espaço acreano - não foi um acidente histórico, mas a base sobre a qual a Ditadura Empresarial-Militar reutilizaria mecanismos de dominação. Como veremos, a "guinada pecuária" dos anos 1970 e os conflitos fundiários que se seguiram são a expressão local de uma continuidade que o PT ainda teria que enfrentar.

A exploração da borracha, o aviamento e a posterior expansão da pecuária são faces de um mesmo sistema que transformou a Amazônia em uma "fronteira de recursos", onde a acumulação capitalista dependeu - e ainda depende - da manutenção de estruturas sociais degradadas e degradantes. A espoliação acreana, desde os seringalistas do Estado Novo até os grileiros da Ditadura, atuou como a expressão local de um mecanismo global: a intensificação do capitalismo sob o território e com a violência dos sujeitos que ali habitavam e aos que foram trazidos. A modernização imposta pelo Estado Novo, alimentou um ciclo trágico, que a Ditadura Empresarial-Militar atualizou-o sob a retórica do "progresso", uma farsa. O que se instalava era a uma reprodução da servidão por dívidas em novas escalas e formatos.

Esta reatualização da espoliação sob novos agentes (grileiros, fazendeiros, capital sulista) e novos formatos (créditos subsidiados, violência burocrático-repressiva) não constitui uma anomalia, mas a expressão regional de uma continuidade estrutural profunda que permeia a formação brasileira. Como bem elucidado por Lígia Osório Silva (1996), a história rural do país é marcada, diacronicamente, pelo extravio sistêmico das terras públicas para o domínio privado¹¹.

As rupturas políticas e as discontinuidades na hegemonia dos grupos dirigentes - evidentes na turbulência da Quarta República e no golpe de 1964 - não alteraram essa matriz

¹¹ A autora discorre somente até 1931, do mesmo modo considera-se importante a tese e o autor por ela elabora.

fundiária espoliativa; antes, relegaram-nas a um papel coadjuvante na narrativa nacional. O que se observa, portanto, é uma mera renomeação dos instrumentos coloniais de apropriação, posteriormente potencializados pela truculência da Ditadura Empresarial-Militar. É aqui que o conceito de "modernização conservadora" faz jus à seu valor analítico: a vanguarda, a mudança de pensamento, a insurgência da modernização foi suplantada pela mudança de poderes que perpetuou e aprofundou a retirada de terras públicas, converteu o Estado no fiador da acumulação privada predatória. A "guinada pecuária" no Acre não foi um novo começo, mas a atualização perversa, sob lentes empresariais e militares, da mesma lógica de espoliação fundiária que estrutura o país desde a colônia

2.2.2. Ditadura Empresarial-Militar e a Guinada Pecuária

O início da década de 1970 teve pouca ou nenhuma visibilidade para os seringueiros, seja a nível regional ou nacional. Contudo, é neste momento que se alastram os projetos da Ditadura Empresarial-Militar para a Amazônia: o avanço da fronteira da pecuária. No governo Wanderley Dantas (1971-1975) tem expansão intensiva da pecuária, com cada vez mais gado a cercear a floresta (Cidreira, 2015). Assim, com a ajuda de bancos regionais e de órgãos de repressão conseguem oprimir e comprimir a terra dos indígenas, dos seringueiros e filhos de seringueiros. Então, é neste momento que pode ser pautado como "momento de guinada". Esse avanço sistemático reconfigurou violentamente o espaço acreano.

Esse movimento não se tratava apenas de uma mudança econômica, mas da instauração de um novo Circuito Espacial Produtivo, organizado a partir de círculos de cooperação entre grileiros, Estado e "sulistas". Como define Castillo (2010), tais circuitos implicam "articulação entre lugares e agentes por intermédio de fluxos materiais e imateriais" - no caso, materializados em estradas, financiamentos públicos e normativas que legitimavam a grilagem. Essa verticalidade imposta consagrava um tempo rápido de acumulação, que colidia frontalmente com as horizontalidades dos seringueiros, regidas pelos ciclos lentos da floresta e das práticas de uso comum.

Osmarino Amâncio oferece um testemunho visceral desse momento de ruptura, descreve como a chegada dos fazendeiros "sulistas", incentivada pelo estado, transformou a relação com a floresta de uma convivência (ainda que exploratória sob os seringalistas) para uma guerra de extermínio: "Éramos surpreendidos nos seringais quando, de repente, chegava uma equipe para dizer que era preciso desocupar, pois o seringal havia sido vendido pelo Governador Francisco Wanderley Dantas e entregue aos fazendeiros" (AMÂNCIO, 2025,

Entrevista¹²). A resistência a essa espoliação não foi, portanto, uma escolha ideológica abstrata, mas uma reação de sobrevivência física e territorial que constituiu onde o PT acreano foi gestado.

O que Osmarino Amâncio descreve como "surpresa" e "desocupação" deve ser lido, à luz da geografia narrativa, como a sobreposição traumática entre duas temporalidades compatíveis. A chegada da pecuária, patrocinada pelos incentivos fiscais da SUDAM e pela logística rodoviária da Ditadura, representou a imposição violenta de uma nova verticalidade sobre o tecido social acreano. Diferente da economia da borracha, que, apesar de exploratória, dependia da floresta em pé e mantinha uma relação de co-dependência com os ciclos da natureza, a pecuária introduziu a lógica do espaço homogeneizante e industrial. Para que o boi existisse como mercadoria (commodity), a floresta precisava deixar de ser; para que a propriedade privada se estabelecesse com suas cercas retilíneas e cartográficas, os varadouros sinuosos e de uso comum precisavam ser apagados do mapa e da memória. A "guinada pecuária" não foi uma substituição econômica, mas uma tentativa de substituição ontológica do território: transformar o "lugar" vivido, carregado de memória e práticas tradicionais (horizontalidades), em um pasto abstrato de produção, legível e controlável pelo Estado autoritário e pelo capital financeiro do Centro-Sul. A violência dos jagunços e as queimadas não foram excessos pontuais, mas as tecnologias políticas necessárias para essa "limpeza" territorial. A morosidade construída sob os refrescos entre estrada e outra do Acre fora apagada para impor a homogeneidade do pasto.

A "guinada pecuária" não deve ser lida como uma substituição de produtos - sai a borracha, entra o boi -, mas como a imposição violenta de um novo Circuito Espacial Produtivo, categoria analítica proposta por Ricardo Castillo (2010). Diferente da cadeia produtiva, que foca na linearidade da produção, o circuito espacial ilumina a dimensão geográfica e política da circulação, revelando como o território é reordenado para atender aos "círculos de cooperação" do capital. No regime do aviamento (borracha), a circulação era dendrítica, fluvial e lenta, baseada na imobilização da força de trabalho no interior da floresta e na extração de mais-valia através da troca desigual nos barracões. Com a ditadura empresarial-militar, instaura-se uma lógica reticular, rodoviária e veloz. A pecuária exigia a fluidez do território: estradas retas rasgando a mata (como a Transamazônica, a BR-364 e a BR-317), cercas definindo a propriedade privada absoluta e a transformação da terra em ativo financeiro especulativo. Porém, não se eliminavam, em dado momento coexistiram e entre o

¹² Entrevista em Junho de 2025

início da economia pecuária ocorreu uma longa estiagem econômica que facilitou a entrada do gado.

O Estado atuou como o grande agente dessa modernização conservadora, fornecendo os fluxos imateriais (créditos subsidiados da SUDAM e Banco da Amazônia, incentivos fiscais) que permitiram ao capital do Centro-Sul "aterrissar" na Amazônia. Castillo e Frederico (2010) nos ensinam que a logística não é neutra; ela é uma estratégia corporativa de uso do território. No Acre dos anos 1970, a logística da pecuária herdou e reorganizou os conflitos do sistema seringueiro. O "tempo rápido" do desmatamento e da formação de pastagens não tolerava a sazonalidade da floresta. A violência dos jagunços e a queima dos barracões não foram excessos pontuais, mas a ferramenta necessária para retirar a vida comunitária dos seringueiros e impor a verticalidade da produção dos novos commodities. A resistência dos povos da floresta, portanto, foi uma luta contra a unificação corporativa do território, uma recusa em permitir que seu espaço vivido fosse totalmente substituído pela lógica abstrata da circulação mercantil globalizada.

Nesta análise diacrônica, fica evidente que as disputas entre poderes constituídos jamais alteraram a matriz espoliativa fundiária. Resumiu-se à transformações institucionais a meras renomeações de instrumentos de dominação. O aviamento, sustentado pela servidão e pelo subsídio federal, cedeu lugar à exploração pecuária, fundada na grilagem, no desmatamento e em um novo regime de incentivos estatais - diferentes faces de um mesmo processo contínuo de transferência de terras públicas para o controle privado. É nesse sentido que a "modernização conservadora" expõe sua essência perversa: se a modernização se impôs à revelia da economia estabelecida, o conservadorismo manteve intacto o núcleo espoliativo, a revelia dos movimentos populares, e radicaliza-o sob a truculência da ditadura empresarial-militar.

Foi assim que a dispersão dendrítica - outrora base do isolamento dos seringais - transformou-se em geografia de resistência. A floresta, em sua densidade labiríntica, deixou de ser obstáculo para tornar-se trincheira. As marcas humanas deixadas pelo padrão de ocupação dos rios e estradas de seringa foram reconfiguradas em redes de solidariedade e luta. Os rios cruzados, as porongas¹³ nas cabeças, as distâncias outrora intransponíveis - tudo foi ressignificado. O que antes dificultava a integração urbana tornou-se, agora, a base material para as horizontalidades insurgentes. No "espaço banal" da floresta (Santos, 2005),

¹³ Porongas são luminárias que ficam sob a cabeça dos seringueiros, utilizadas para iluminar os caminhos principalmente na escuridão da floresta.

nasceu uma organização comunitária de luta, onde a identidade seringueira se reafirmou não pela dispersão, mas pela união em defesa da vida e do território.

O primeiro veículo de massa a sistematizar a resistência contra o avanço da fronteira agrícola no Acre foi o *Jornal Varadouro* (1977-1981). Financiado pela Prelazia do Acre e Purus - então influenciada pela Teologia da Libertação -, mas operava com autonomia editorial: sua edição era a partir das bases comunitárias da igreja. O periódico surgiu em Rio Branco como resposta à omissão da mídia tradicional ante os conflitos fundiários. Sua equipe fundadora incluía jornalistas como Elson Martins, que mais tarde definiria o veículo como "a voz dessa resistência".

Dirigia-se prioritariamente aos seringueiros e colonos deslocados pela expansão pecuária, o *Varadouro* adotava linguagem deliberadamente popular, utilizava-se de charges ácidas e reportagens investigativas para desmontar o discurso oficial do "progresso" propagado pelo governo militar e pelas oligarquias locais. Sua atuação conectava a luta local a redes mais amplas de resistência, sendo distribuído não apenas no Acre, mas em diversas cidades da Amazônia.

O jornal cumpriu um papel duplo: denunciador - expunha grilagens, violência patronal e a conivência de órgãos estatais - e agregador - construía uma identidade coletiva de resistência que mais tarde se articularia nos sindicatos rurais e no nascente PT acreano.

A atuação do *Varadouro* não foi um fenômeno isolado, mas parte de um ecossistema mais amplo de comunicação popular que incluía o boletim diocesano *Nós Irmãos*, editado pela Prelazia do Acre e Purus desde 1971. Conforme registra Costa Sobrinho (2001)¹⁴, esse boletim surgiu em um contexto de "mudança de rumo nas práticas pastorais da Igreja Acre-puruense". O *Nós Irmãos* cumpriu um papel basilar como "meio alternativo de comunicação", pois "suas páginas estiveram sempre à disposição dos calados, para que esses pudessem expressar nelas o seu humilde protesto, e denunciar a violência de que eram vítimas no interior dos seringais, nas fazendas, nos barrancos dos rios, colônias, vilas e cidades" (COSTA SOBRINHO, 2001). Essa imprensa diocesana não apenas divulgava a doutrina e a ação pastoral, mas também se tornou um instrumento de resistência e organização popular, antecedendo e preparando o terreno para o surgimento de veículos como o *Varadouro*.

¹⁴ Este trabalho de Costa Sobrinho conecta vários enxertos de jornais sobre o Acre. Indo de jornais locais, do Estadão até o Pasquim.

A organização dos jornais se deu em contraposição à organização territorial trazida pela crescente agropecuária. Esse fenômeno de migrantes sulistas e sudestinos pelas terras acreanas durante o período ditatorial encontra em Leite e Palmeira (1998) uma explicação estrutural fundamentada na crise da pequena propriedade rural no Sul do Brasil. Segundo os autores, a expansão do latifúndio na região de origem não apenas comprometia a reprodução social das novas gerações no campo, como também esgotava os destinos migratórios tradicionais, canalizava um fluxo populacional redirecionado para a fronteira amazônica. Esse movimento, longe de ser espontâneo, foi ativamente fomentado pelo regime autoritário, que promoveu uma "transferência maciça e sistemática do patrimônio fundiário nacional para mãos particulares" (LEITE E PALMEIRA, 1998). Entre 1970 e 1985, tal mecanismo de espoliação estatal resultou na alienação de cerca de 31,8 milhões de hectares de terras da União a particulares, concentrados na Amazônia Legal.

A análise dos autores ganha contornos vívidos nas reportagens da grande imprensa da época. Em 1975, o O Estado de S. Paulo (*apud* Costa Sobrinho, 2001) descreve o Acre como palco de uma "grande luta pela compra de terra", um "mosaico de tipos" que incluía desde "fazendeiros do sul" e "investidores sérios" até "aventureiros" e "simples lavradores que vendiam tudo (...) na busca de nova vida". Esse retrato jornalístico captura a materialização do fluxo migratório heterogêneo analisado por Leite e Palmeira. Contudo, a "transferência maciça" de terras, longe de ser uma mera operação burocrática, desencadeou uma violência fundiária concreta, denunciada pelo Jornal do Brasil (*apud* Costa Sobrinho, 2001): "a venda de mais de dois terços dos seringais acreanos; a especulação sem controle (...); a violência dos novos proprietários contra os posseiros; a expulsão em massa dos seringueiros e o êxodo forçado (...) para a Bolívia".

Essa conjugação entre política estatal e violência privada configurava, nas palavras de Walter Benjamin - recuperadas por Michael Löwy (2010) -, um "documento de barbárie" sob o véu da modernização conservadora. Se por um lado a barbárie assumia uma face legislativa e cultural, materializada em "decretos de incentivo à pecuária, créditos do BANACRE e relatórios técnicos que validaram a grilagem", por outro, ela se concretizava no campo através das "cercas invadindo seringais" e no "deslocamento forçado das populações tradicionais", como registravam os repórteres na linha de frente. A expropriação legalizada pelo Estado e a violência no território eram, assim, as duas faces indissociáveis de um mesmo projeto de ocupação predatória.

O Estado Empresarial Militar, ao conduzir grileiros, madeireiros e pecuaristas (quando não os três personificados em um sujeito só) sobre os territórios e os corpos dos seringueiros, implementava à risca o modelo de "modernização sem transformação" (Furtado, 1994). Tratava-se de um avanço técnico que, na prática, reforçava e atualizava formas históricas de exploração. Os 31 milhões de hectares transferidos não significavam desenvolvimento; simbolizavam a reatualização do sistema de aviação, agora sob um formato burocrático-repressivo, apoiado por novos grupos políticos aliados ao regime, pelos migrantes internos atraídos e pela ação violenta de pistoleiros.

O jornal Varadouro, em sua atuação contra a Ditadura, era a expressão concreta de uma Igreja profundamente imersa na realidade local pela Teologia da Libertação (Cidreira, 2015). Seu enraizamento respondia a um cenário de desagregação social, onde a experiência dos migrantes e seringueiros configurava-se, nas palavras de Nilson Mourão (1988), como um "drama" materializado no desemprego, na habitação precária e no sentimento de isolamento.

Um aspecto central, porém frequentemente homogeneizado na historiografia, foi o papel da Igreja Católica, que atuou não como um bloco monolítico, mas como um campo de disputa. Osmarino Amâncio é categórico ao afirmar que existiam "duas Igrejas Católicas" no Acre. Uma, ligada à Teologia da Libertação e a figuras como Dom Moacyr Grechi, que optou pelos pobres e cedeu sua estrutura capilar para a organização sindical. A outra, conservadora, que legitimava a ordem dos latifundiários (AMÂNCIO, 2025, Entrevista). Nilson Mourão, teólogo e fundador do PT, reforça essa visão ao descrever como as CEBs preencheram o vácuo deixado pelo Estado na periferia de Rio Branco e nos seringais, oferecia não apenas conforto espiritual, mas infraestrutura básica de organização social (MOURÃO, 2025, Entrevista¹⁵). É crucial, portanto, enfatizar que as CEBs funcionaram como "proto-partido", fornecia a gramática política (ver-julgar-agir) e a rede organizativa que seria posteriormente secularizada e mobilizada pelo PT em sua gênese.

A imprensa diocesana, neste contexto, não surgiu para falar sobre os calados, mas para lhes dar voz, canalizava "o seu humilde protesto" contra a violência que sofriam nos seringais, fazendas e vilas (COSTA SOBRINHO, 2001). As denúncias publicadas no Varadouro e em veículos como o Nós Irmãos ecoavam e amplificavam as distorções já flagradas pela grande imprensa - como as "irregularidades na documentação das terras" e os

¹⁵ Entrevista em Rio Branco, em 27 de novembro de 2025.

"limites quase sempre conflitantes" reportados por O Estado de S. Paulo -, transformava queixas isoladas em um arsenal de resistência organizada.



Figura 13

Fonte: Acervo e legenda de Marcos Fernandes (2025)

Dessa forma, ao recompor o tecido comunitário rompido, as CEBs não apenas respondiam a carências materiais, mas também gestavam os embriões de uma consciência política coletiva que seria decisiva na resistência à Ditadura e na posterior formação de instrumentos de luta como sindicatos e o próprio Partido dos Trabalhadores no Acre.

A imprensa alternativa, representada pelo Varadouro e pelo Nós Irmãos, foi essencial para a configuração de uma consciência coletiva entre seringueiros e posseiros. Como destaca Costa Sobrinho (2001), o boletim Nós Irmãos “teve sua permanência consolidada” a partir de 1973, vinculando-se diretamente às lutas pela terra e aos movimentos sociais emergentes. O autor ressalta que “49% dos seus textos eram dedicados à questão social” (COSTA SOBRINHO, 2001), o que demonstra seu compromisso com a realidade concreta dos trabalhadores rurais. Além disso, o boletim não apenas noticiava, mas também orientava politicamente, como na publicação do “Catecismo da Terra”, que se tornou documento oficial da Igreja do Acre e Purus e foi reproduzido em centenas de cópias para distribuição nos seringais (COSTA SOBRINHO, 2001). Essa articulação entre pastoral, comunicação e luta social foi fundamental para a formação de lideranças e para a construção de uma identidade política que mais tarde se expressaria na fundação do PT no Acre.

A organização, portanto, do combate às mudanças sociais trazidas pela Ditadura se encontrou em torno da igreja para uma discussão do poder patronal e descaso que ali estava vigente. Essa organização veio a partir dos CEBs, entidade que Frei Betto elabora:

"As comunidades eclesiais de base (CEB"s) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB"s podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto." (Betto, 1984)

Para compreender em profundidade como as CEBs se consolidaram como força social organizadora no Acre, é preciso ir além de sua definição e analisar sua gênese a partir dos agentes e processos materiais que as constituíram. Conforme demonstra Eder Sader (1988), sua emergência no Brasil foi uma resposta dialética a uma dupla crise: a crise social, que deixava os trabalhadores rurais e urbanos sem canais de expressão diante de um Estado opressor, e a crise interna da própria Igreja Católica, que via esvaír sua base entre as classes populares. Esta reorientação estratégica foi impulsionada por uma ação conjunta: verticalmente, por agentes da hierarquia eclesial - da Conferência de Medellín (1968) a bispos brasileiros como Dom Paulo Evaristo Arns -, que institucionalizaram a "opção preferencial pelos pobres"; horizontalmente, pela capilaridade de agentes pastorais (padres, freiras e leigos) que, no território do cotidiano, implementaram o método "ver-julgar-agir".

No contexto acreano, essa matriz discursiva da Teologia da Libertação, conforme analisa Fernandes (1999), materializou-se a partir de 1971, quando as CEBs emergiram como resposta local a essa dupla crise. Através da leitura dos evangelhos, fazia-se a conexão entre a palavra sagrada e a vida real, converte queixas cotidianas - a carestia, a grilagem, a violência dos jagunços - em problemas coletivos, que eram "julgados" à luz de uma leitura libertadora para, por fim, gerar uma "ação" organizada. Essa dinâmica, nas palavras de Nilson Mourão (1988), visava "formar lideranças populares, com uma visão renovada da Igreja e com uma orientação na 'teologia da libertação'" (MOURÃO *apud* FERNANDES, 1999). Dessa forma, as CEBs cumpriam "as funções sociais de um verdadeiro partido político das classes populares", constitui-se no espaço social humanizante e aglutinador que, na lacuna de outras organizações, forjou a base da resistência que se articulava nos sindicatos e no nascente PT acreano (FERNANDES, 1999).

Este mecanismo operou como uma ferramenta de configuração narrativa da experiência (RICOEUR, 2010). Foi essa dinâmica relacional, articulada à estrutura vertical da Igreja com a horizontalidade das bases leigas, que permitiu às CEBs no Acre desempenhar um papel crucial na luta seringueira: na pré-configuração, ao ajudar a interpretar o contexto

de espoliação; na configuração, ao fornecer a trama organizativa para os Empates; e na reconfiguração, ao forjar uma nova sociabilidade política que seria o embrião do "partido dos empates". Dessa forma, as CEBs, pela capilaridade social dos seus agentes e fortalecidos pela policrise da Igreja, estava embrenhada na conversão da experiência dramática do isolamento e da espoliação em instrumentos concretos de luta, tecendo as horizontalidades que confrontaram as verticalidades do capital.

O Jornal Varadouro servia como uma forma de denúncia e construção de pensamento coletivo, assim as CEBs conseguiam difundir sua organização de classe. É importante ressaltar que a instituição igreja e seu episcopado não necessariamente difundiam a ideia de resistência, porém - como bem apontado acima - as CEB tinham grande participação comunitária. Logo, os indivíduos cristãos tinham seu vínculo político progressista e ainda assim trabalhavam pela fé dentro dos espaços possíveis da igreja.

A organização do combate às mudanças sociais trazidas pela Ditadura encontrou nas CEBs um espaço de articulação essencial. Estas comunidades, impulsionadas pela Teologia da Libertação, forneceram não apenas uma base comunitária para a resistência, mas também uma estrutura organizativa que convergiu naturalmente com a formação do PT. Como destaca Barbosa (2007) as CEBs foram incubadoras de lideranças e práticas democráticas que alimentaram o projeto petista - desde o trabalho de base até a concepção de um "partido popular e de massas" enraizado nos movimentos sociais.

Essa sinergia entre a pastoral social das CEBs e a construção do PT foi explicitamente reconhecida por suas lideranças. Em entrevista ao filósofo Félix Guattari, Lula afirmou:

"O que existe, na verdade, é que, a partir de Puebla, a Igreja brasileira, ou melhor, uma parte da Igreja brasileira, decidiu fazer uma opção na questão da organização do povo oprimido. Foi a partir daí que as comunidades de base e os bispos "progressistas" começaram a aparecer. E o que sucede é que as formas de organização que eles propõem coincidem com as do PT."
(Lula, 1982)

A declaração demonstra a afinidade orgânica entre os métodos das CEBs (assembléias, formação política, ação coletiva) e a cultura política petista em sua origem, evidenciando como a Igreja progressista foi um dos esteios da insurgência política que culminaria na fundação do partido a partir de debate nas bases sociais.

A singularidade do PT acreano, que o distinguia de sua matriz industrial no Sudeste, residia precisamente em sua gênese florestal e comunitária. Essa base social única foi forjada na sinergia entre o sindicalismo rural e as Comunidades Eclesiais de Base. Mourão (1988) argumenta que este processo educativo e organizativo foi "responsável originário pela

emergência de um sujeito coletivo, de caráter popular” que, mais tarde, encontraria nos instrumentos políticos do movimento sindical e no Partido dos Trabalhadores a expressão para seu projeto de hegemonia. Dessa forma, a convergência entre lideranças formadas nas CEBs e a construção do PT não foi uma coincidência, mas a materialização política de um sujeito histórico que se constituiu nas reuniões de base e nos empates.

E que concerne ao debate histórico trazido por Osmarino Amâncio (2025)

"A Igreja Católica estava dividida: uma parte defendia o movimento dos seringueiros; outra, o latifúndio. Nas Comunidades Eclesiais de Base, discutíamos libertação material - não só espiritual. Foi ali que surgiu a ideia de fundar sindicatos para enfrentamentos organizados." Osmarino Amâncio (Rio, 2025, entrevista remota)

Em retorno ao início da década de 1970, os assassinatos a opositores e pequenos mobilizadores se multiplicavam e eram realizados por jagunços. Capatazes dos donos de terra que se habilitavam em troca de proteção e dinheiro a fazer o trabalho sujo de variadas estirpes e graus de crueldade.

Enquanto a Ditadura Empresarial-Militar ainda avançava sobre a Amazônia com projetos de "integração nacional" baseados em iniciativas como a Transamazônica, os seringueiros do Acre, amparados pelas formulações das CEBs, começavam a convergir para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Se as CEBs forneciam o arcabouço comunitário e doutrinário para a resistência, foi através da ação sinérgica de outras instituições e agentes políticos que o movimento seringueiro adquiriu sua forma organizacional concreta e sua consciência de classe. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desempenhou um papel catalisador fundamental nesse processo. Alertada por agentes pastorais das CEBs sobre os crescentes conflitos entre seringueiros e grileiros, a CONTAG instalou sua delegacia no Acre no fim de 1974. Assim, trouxe para o território a expertise e a cobertura legal necessárias para estruturar a luta sindicalista.

A crise da territorialidade seringalista, com o esvaziamento dos seringais e a migração forçada para a capital, encontrou na Igreja Católica uma estrutura de acolhimento e organização fundamental. Conforme relata um de seus fundadores, Nilson Mourão, a Igreja era, naquele contexto, a instituição que dava "sustentação à luta popular". Ele descreve esse processo massivo:

"Com a introdução da pecuária, os Seringais foram esvaziados, a população tangida, oprimida, migrou massivamente para Rio Branco. E aqui encontrou na Igreja Católica a sua sustentação, a sua base. Conquistou espaços de moradia, de transporte, de

educação, de saúde. E é isso que nós chamamos de Comunidades Eclesiais de Base" (MOURÃO, 2025, Entrevista).

Essa fala corrobora a tese de que as CEBs não foram apenas espaços de reflexão teológica, mas sim redes de solidariedade prática que, ao recompor o tecido social rompido pela espoliação pecuária, forjaram as horizontalidades que se tornariam o alicerce social do nascente PT.

A boa receptividade encontrada e o trabalho de base já realizado pelas CEBs foram cruciais. Em um curto prazo de três anos, a CONTAG foi instrumental na fundação de sindicatos em municípios-chave como Sena Madureira, Brasiléia, Rio Branco, Xapuri e Feijó (SOBRINHO, 1992). Foi em um curso de formação sindical da CONTAG em Brasiléia, em 1975, que Chico Mendes teve seu primeiro contato orgânico com o sindicalismo rural, sendo em seguida eleito tesoureiro do sindicato local recém-criado.

Paralelamente a essa estruturação institucional, operava uma corrente subterrânea de formação política, personificada na figura quase lendária de Euclides, o militante comunista do PCB e ex-integrante da Coluna Prestes que, por volta de 1961, apareceu no Seringal Santa Fé. Apresenta-se como "viajante", Euclides não apenas alfabetizou Chico Mendes em poucos meses, usava jornais e livros de história, mas também o introduziu às lutas operárias, ao sindicalismo e às ideias revolucionárias, discutia a política do Brasil e figuras como Luiz Carlos Prestes antes de desaparecer, sem deixar rastros. Essa dupla influência - a estrutura sindical legal da CONTAG e a formação política radical de origem comunista trazida por Euclides - constitui a tessitura sobre a qual se ergueu a liderança de Chico Mendes e a base organizativa do movimento que iria confrontar a espoliação pecuária (SOBRINHO, 1992).

Figura 14

Fonte: Acervo e legenda de Marcos Fernandes (2025)



Ainda em 1975, Wilson Pinheiro, líder sindical em Brasiléia e integrante Comunidades Eclesiais de Base, tornou-se símbolo dessa resistência ao articular os primeiros Empates - ações coletivas onde centenas de seringueiros, armados com foices e facões, cercavam áreas de desmatamento para impedir a ação de jagunços e motosserras. Pinheiro denunciava não apenas a grilagem, mas a cumplicidade do Estado. Sua estratégia radicalizou-se quando passou a organizar assembleias nas praças públicas, expôs os falsos documentos de grileiros e mobilizou até 440 pessoas para ocupar fazendas, como ocorreu em 1976 no Seringal Carmen.

"Wilson Pinheiro levantou-se [...] e disse: "Olha, gente, nós não temos condição de sobreviver sem a floresta. Se nós ficarmos sem a floresta, vamos ficar como muitos amigos nossos que já estão aí na beira da cidade. Então não temos mais para onde correr, vamos ter que empatar. Precisamos da floresta em pé. Nós não derrubamos ela porque queremos a castanha, a seringa, a caça, a pesca. Não vamos deixar os outros derrubar. Vamos empatar!". O Empate foi uma forma de organização que os sindicatos acharam para fazer o enfrentamento [...] Muita gente interpretou isso como ecologismo, mas só depois fomos entender sua importância. Quando compreendemos, fundamos o Conselho Nacional dos Seringueiros e a Aliança dos Povos da Floresta, fazendo aliança com o movimento ambiental mundial" (Osmarino Amâncio, Entrevista, 2025.)

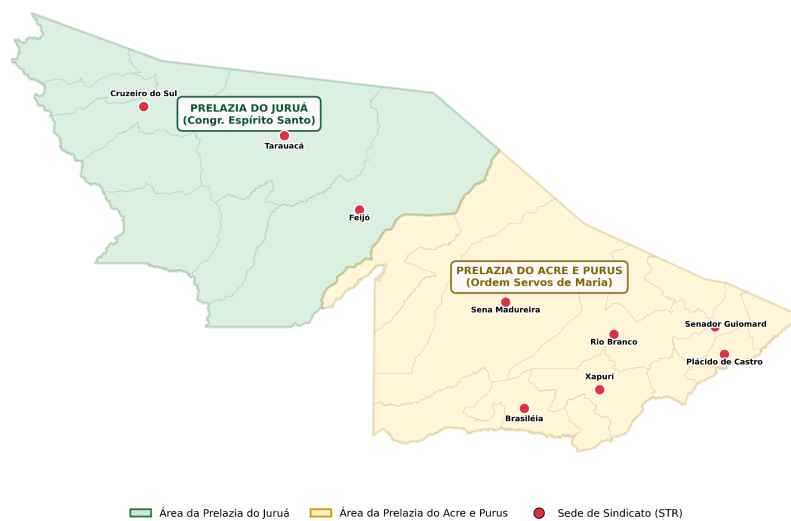
Essa organização sindical, conforme Elder de Paula (1996), representou uma virada qualitativa ao possibilitar "a identificação dos inimigos de classe", transformar "todas as formas de luta, rompendo com o seu isolamento" e elevar as disputas de "casos de polícia" a "questões políticas". Contudo, essa transformação não emergiu do vazio organizativo. Conforme relata Fernandes (1999), quando a Delegacia da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) se instalou no Acre em 1975, ela já encontrou "não só conflitos de terra já deflagrados como também uma certa preparação num plano mais subjetivo, que apontava para ações conjuntas como caminho para a superação dos problemas vividos por

aquelas 'comunidades'" (FERNANDES, 1999). A atuação pastoral das CEBs havia "lavrado o campo" e plantado a "semente" da resistência, forjando o caldo de cultura que permitiria a criação de oito Sindicatos de Trabalhadores Rurais entre 1975 e 1983, muitos deles gestados nos próprios salões paroquiais e templos religiosos.

Figura 15

Elaboração pessoal (2025). Shapefile do IBGE com assessoria das irmãs servitanas e mapeamento dos STR regionais.

Acre: Divisão Eclesiástica e Bases do Sindicalismo Rural (1970-1990)



Essa mediação fundamental da Igreja Católica, a partir das Servas de Maria, é corroborada pela memória de Raimundão (2025, Entrevista)¹⁶, que atribui ao Bispo Dom Moacyr Grechi da Prelazia do Purus e Acre o papel de ponte decisiva:

"ele foi a pessoa que, vivenciando, passando as angústias e usando o testemunho, as tensões que os seringueiros estavam vivendo aqui na sua região, ele foi a ponte junto à CONTAG brasileira para que de lá se deslocasse dois cidadãos, João Maia e Pedro Marquim, que vieram com a criação do Sindicato".

E conclui ao sintetizar o processo: "O Sindicato foi criado em cima do trabalho bem feito que a Igreja Católica tinha feito já com a Comunidade Eclesial de Base" (RAIMUNDÃO, 2026)

A atuação diferenciada das prelazias conformou ecossistemas políticos distintos. Enquanto a Prelazia do Acre e Purus, sob Dom Moacyr Grechi, adotou explicitamente a "opção preferencial pelos pobres" e tornou-se aliada orgânica do movimento sindical, a Prelazia do Juruá, administrada pela Congregação do Espírito Santo, manteve uma postura de neutralidade que, na prática, perpetuou as estruturas de poder tradicionais dos seringalistas.

¹⁶ Entrevista realizada em novembro de 2025.

Contudo, para compreender plenamente esse período, é necessário superar a visão de uma Igreja ilibada e intocada.

A narrativa histórica frequentemente unifica a atuação eclesial sob a égide da Teologia da Libertação, mas a realidade era marcada por uma profunda cisão ideológica que cortava a própria instituição. Conforme relatado por lideranças como Osmarino Amâncio, havia “duas Igrejas” atuando no mesmo território. A vertente liderada por Dom Grechi - a “Igreja Vermelha” - cedia sua infraestrutura para a organização dos sindicatos e a defesa dos seringueiros. Em oposição, a igreja hegemônica no Juruá, representada por bispos conservadores, frequentemente estrangeiros, abençoava o latifúndio e legitimava a ordem dos coronéis e da ditadura militar, atuando como braço ideológico da “guinada pecuária”.

Para o seringueiro, a distinção era vital: havia o padre que protegia o grileiro e o padre que marchava no empate. Essa dualidade complicava a resistência, pois o inimigo não era apenas o jagunço, mas muitas vezes a autoridade moral local. Assim, a gênese do PT e dos sindicatos no Acre ocorreu não apenas contra o Estado e o capital, mas também em fricção constante com estruturas conservadoras entranhadas na sociedade, demonstrando que a luta de classes era também uma disputa pela legitimidade religiosa e pela memória política no território. Esta divisão eclesial explica a disparidade na organização sindical entre as regiões, conforme ilustrado no mapa.

Nesse contexto, é imperativo dialogar com o conceito de “ilusão biográfica” formulado por Pierre Bourdieu (*Apud* Oliveira, 2017), que alerta para o risco de se impor uma coerência linear e artificial às trajetórias de vida, como se estas seguissem um destino pré-fixado. Contudo, a crítica a essa ilusão não deve interditar a análise da narrativa como forma de experiência, conforme argumenta Maria da Glória de Oliveira (2017) em “Quem tem medo da ilusão biográfica?”. Para a autora, a narrativa constitui um ato vital de configuração identitária no tempo, permitindo que sujeitos fragmentados se reconheçam em uma história comum. Sob essa ótica, as narrativas dos Empates não são falsificações da realidade, mas construções políticas conscientes. A fala dos entrevistados tece uma trama coletiva onde a sobrevivência material dos seringueiros se convertia em projeto político.

Como enfatiza Elder de Paula (1996), essa luta “não estava se opondo 'a priori' ao modo de produção capitalista”, mas a uma “forma de exploração capitalista da terra via pecuária” que ameaçava sua reprodução social nos seringais. Para os trabalhadores, o sindicato era visto como “uma criação divina, possuidor de uma missão libertária” -

instrumento que redefiniu radicalmente sua identidade funcional de meros extratores de látex para uma identidade política de oposição ao "paulista" e ao "fazendeiro".

A posterior reinterpretação do Empate como "ecologismo" revela justamente o caráter dinâmico dessa identidade narrativa. Quando o assassinato de Wilson Pinheiro em 1980 transformou-se em protesto nacional com a participação de Lula, evidenciou-se como o sindicato - articulado pela simbiose entre CONTAG e Igreja Católica - projetara a luta local para o cenário político brasileiro, "conectando-a a questões mais amplas da sociedade capitalista" (Paula, 1996). Como consequência, demonstra a eficácia do trabalho de base realizado pelas CEBs na construção de uma resistência que transcenderia o âmbito estritamente local.

O sentido inicial - resistência sindical - expande-se em alianças (Conselho Nacional dos Seringueiros, Aliança dos Povos da Floresta), demonstra que "a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo" (Ricoeur *apud* Oliveira, 2012). A aparente "ilusão" é, na verdade, mediação entre experiência e ação histórica.

A prática do Empate, núcleo da resistência seringueira, é descrita por Chico Mendes (*apud* Porto-gonçalves, 2003) como mutirões organizados que reuniam comunidades ameaçadas pelo desmatamento. Conforme registrado, Mendes destacava a realização de assembleias no meio da mata para formar grupos de resistência pacífica que confrontavam foices e motosserras. Esses grupos buscavam convencer os peões a desistirem do desmate, desmontavam acampamentos invasores e mantinham firmeza mesmo sob ataques policiais - com crianças estrategicamente posicionadas na frente para evitar disparos.

Complementar a esta visão, Porto-Gonçalves (2005) caracteriza o Empate como reuniões organizadas sob liderança sindical, envolve homens, mulheres e crianças para bloquear a devastação florestal. Os seringueiros alertavam os peões (geralmente migrantes aliciados) sobre as consequências da derrubada - expulsão de famílias tradicionais - e os convidavam a integrar sua luta, ofereciam acesso a "colocações" de seringa. Quando a persuasão falhava, expulsavam-nos dos acampamentos de forma resoluto. Esta prática tornou-se emblemática, consolidava a identidade coletiva dos seringueiros e ganhava projeção nacional após o assassinato de Wilson Pinheiro em 1980.

Paralelamente, como expõe Cidreira (2015), o avanço da grilagem dependia de fraudes documentais e violência institucional - denunciadas pelo Varadouro em reportagens como "Terra, a briga para ser dono" (agosto/1977), que expôs falsificações de títulos. A

cumplicidade estatal era satirizada em charges do mesmo jornal, como a de maio/1980 que criticava o financiamento do BANACRE a grileiros "paulistas".

"A corrida às terras acreanas, a partir da propaganda de Wanderley Dantas, contou inicialmente com a resposta de especuladores de fora da região. Essas pessoas (os grileiros) compravam a terra por um preço baixo, quase simbólico, e as ofereciam no Sul e Sudeste do país a um preço maior. Tanto grileiros quanto grandes proprietários fundiários gozaram de benefícios creditícios e fiscais junto ao Basa, aos governos federal e local (DUARTE, 1987, p. 56). Inicialmente, os novos donos utilizaram a terra como reserva de valor e, posteriormente, ao iniciarem os preparos para criação de gado, expropriaram os seringueiros-possesores nelas residentes. Os conflitos pela terra se intensificaram e se tornaram o meio pelo qual os expropriados lutavam por seus direitos legítimos. Desse modo, os conflitos funcionaram como autodefesa ou uma maneira desses segmentos sociais relacionarem-se com os aparelhos de poder e com a sociedade (ALMEIDA, 1989, p. 92)." (Cavalcante, 2022)

Com a influência conquistada na mobilização de CEBs e sindicatos, Chico Mendes se elege vereador pela cidade de Xapuri, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em 1978. Proferiu fortes discursos, como "A queda dos salários e a profunda deterioração do nível de vida dos trabalhadores e exaustiva penetração do latifúndio" (Mendes *apud* Grenzer, 2013) e logo foi vice-presidente da bancada do partido. Porém, já demonstrava descontentamentos e o fim do bipartidarismo se tornava evidente.

Contudo, seu descontentamento com a política tradicional crescia à medida que o fim do bipartidarismo se aproximava. Grenzer (2013) registra que, já em 1979, Mendes cultivava o sonho de um "verdadeiro partido popular", criticava o que chamava de "quadro vergonhoso da situação política" no Acre e a falta de renovação esperada pela população. Esta insatisfação culminou em maio de 1980 com sua ruptura formal com o PMDB e filiação imediata ao nascente PT, uma decisão aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Xapuri.

Esta transição, conforme analisa Michels (2024), não foi um mero realinhamento partidário, mas uma opção estratégica fundamentada. Mendes e seus companheiros enxergavam no Partido dos Trabalhadores uma alternativa genuína para o fortalecimento político dos trabalhadores, capaz de representar suas aspirações mais radicais em contraposição ao PMDB. Esta mudança refletia uma compreensão aguda de que a luta dos seringueiros precisava transcender o âmbito sindical e assumir contornos políticos explícitos para confrontar o "habitar colonial" representado pela expansão da agropecuária capitalista. Não por acaso, Mendes lançou-se como candidato a deputado estadual pelo PT já em 1982 e a prefeito de Xapuri em 1985. Dessa forma, organizavam-se as primeiras tentativas de transformar a resistência dos empates em um projeto de poder institucional.

A memória de Raimundão (2025, Entrevista), seringueiro e um dos fundadores do partido em Xapuri, confirma e personaliza essa gênese. Ele relata que

"Chico, quando estava em peregrinação, atrás de arrumar aliados e apoio para essa nossa luta, ele encontrou-se com o Lula, em São Paulo, e lá ele discutiu as questões que estavam acontecendo aqui. Naquele momento estava sendo discutida a criação do Partido dos Trabalhadores. Lula, já tendo a informação da personalidade do Chico, delegou-o para ser delegado do partido aqui no Acre".

Ao retornar, Chico Mendes teria compartilhado o entusiasmo com a base:

"Chico voltou muito entusiasmado e já nos convidou, porque toda vez que Chico saía para dialogar com as pessoas fora, nos outros estados, fora do Brasil, quando ele retornava aqui a Xapuri, ele nos convidava para se reunir no Sindicato e passar as informações daquilo que ele tinha discutido".

Essa narrativa ilustra o caráter missionário e profundamente orgânico da construção partidária, que se dava nas assembleias sindicais.

Essa trajetória de Chico Mendes e a fundação do PT no Acre não podem ser compreendidas sem considerar o solo fértil preparado por veículos como o Varadouro e o Nós Irmãos. Estes não eram meros instrumentos de denúncia, mas espaços de formação política e construção de um projeto comum. Como observa Costa Sobrinho (2001), o Nós Irmãos “definiu o seu formato” a partir de 1973, com tiragem crescente e periodicidade mensal, alcançava “mais de 80 mil exemplares” ao longo de dez anos. Suas páginas traziam não apenas notícias, mas também “textos do evangelho para discussão nos grupos religiosos; cadernos de notícias, reportagens, entrevistas, artigos, avisos, notas e cartas dos leitores”, funcionava como uma verdadeira escola política para as bases. Essa comunicação alternativa, aliada ao trabalho pastoral das CEBs, foi decisiva para que lideranças como Chico Mendes e Wilson Pinheiro pudessem transcender o âmbito local e projetar a luta dos seringueiros em âmbito nacional e internacional, articulando-se com a construção de um partido popular e de massas.

Nesse momento e de similar percurso, outras lideranças históricas dos seringueiros já se mobilizavam para a construção do partido. Wilson Pinheiro, por exemplo, havia sido convidado a conhecer Lula em São Paulo e retornara ao Acre para organizar o conselho municipal provisório do PT regional. Assim, as bases comunitárias e sindicais forjadas nas CEBs e nos empates encontravam, no Partido dos Trabalhadores, o instrumento político para fundamentar sua luta, o projeto petista de “Emancipação de Classe”.

A consolidação desse projeto de classe, contudo, enfrentaria seu “batismo de fogo” - conforme os entrevistados - nos conflitos sociais e jurídicos. O assassinato de Wilson Pinheiro em 21 de julho de 1980, dentro da sede do sindicato em Brasiléia, foi o catalisador

de uma ruptura que transcendeu a esfera local. A eliminação brutal da liderança foi interpretada pela base não meramente como um crime, mas como um ato de guerra do latifúndio. O funeral transformou-se em ato político com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, à época presidente do PT. Em entrevista concedida em novembro de 2025, a militante histórica Júlia Feitoza esclarece que a vinda de Lula ao Acre já estava programada como uma agenda organizativa do PT, na qual Wilson Pinheiro tinha papel central, mas que a tragédia reconfigurou a missão do líder sindical. Foi nesse contexto que ocorreu o comício onde Lula, citando Bertolt Brecht sobre a impossibilidade de "matar a primavera", proferiu a frase "a onça vai beber água", posteriormente instrumentalizada pelo regime para alegar incitação à violência (FEITOZA, 2025, Entrevista).

Os eventos subsequentes marcaram um ponto de inflexão. Após o comício, um grupo de seringueiros marchou até a propriedade de Nilo Sérgio de Oliveira - o jagunço identificado como executor da morte de Pinheiro - e o executou. A reação do regime foi enquadrar o ato na Lei de Segurança Nacional (LSN). Enquanto a defesa dos líderes nacionais (Lula, Chico Mendes) coube a juristas como Luiz Eduardo Greenhalgh e Idibal Piveta, que lograram a absolvição ao provar a incompetência militar, o peso punitivo recaiu sobre a base. Segundo relata Júlia Feitoza (2025, Entrevista), cerca de trinta seringueiros foram presos e processados. A defesa desses trabalhadores, desprovidos de recursos, foi assumida por advogados locais ligados à CPT e aos sindicatos, como Rubens Nunes e Genésio Natividade, além da banca do Dr. Edilardo (FEITOZA, 2025, Entrevista). A morosidade judicial resultou na prescrição de muitos desses casos, e apenas quinze réus enfrentaram o júri popular. Essa memória de impunidade - onde os mandantes da morte de Wilson Pinheiro jamais foram punidos - foi determinante para a criação do Comitê Chico Mendes em 1988, uma estrutura jurídica desenhada especificamente para garantir a responsabilização criminal no caso de Chico, rompendo com o padrão estabelecido em 1980 (FEITOZA, 2025, Entrevista).

Com a morte de Wilson, seu trabalho de certo reconhecimento nacional toma protagonismo e evidencia a luta dos seringueiros. Chico Mendes, então, se destaca pelos meios políticos e viaja o Brasil como militante e até se eleva a dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores, braço sindical do PT. Herdeiro político de Wilson Pinheiro, Chico Mendes radicalizou a estratégia dos Empates com novas contribuições. Em 1985, ao fundar o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, posteriormente, a Aliança dos Povos da Floresta, articula uma aliança inédita: uniu seringueiros, indígenas e ribeirinhos sob o lema "uma sociedade que combinasse socialismo com ecologia" (Porto-Gonçalves, 2005). Chico

Mendes via na Reserva Extrativista uma dupla ruptura: contra o latifúndio (ao garantir o usufruto coletivo da floresta) e contra o ambientalismo elitista (ao incluir o ser humano na conservação da natureza).

A criação do CNS em 1985 marcou uma virada estratégica. Como destaca Almeida (1992), a resistência dos seringueiros desafiou não apenas o latifúndio, mas também a lógica tecnocrática que o Estado tinha dos commodities florestais, que ignorava a economia doméstica das famílias extrativistas. A proposta das Reservas Extrativistas, analisada por Allegretti (2008), surgiu como síntese inédita entre reforma agrária e proteção ecológica.

Como destacou Silva (2025), os seringueiros transformaram a resistência em projeto político ao perceberem que os críticos os acusavam de querer “transformar a Amazônia em um santuário intocável”. Nas palavras de Chico Mendes: “Até 1984, a gente realizava empates, mas não tínhamos muita certeza do que queríamos. [...] A resposta veio através das Reservas Extrativistas. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la” (SILVA, 2025). Essa inovação, articulada pelo CNS, representou não apenas a defesa do território, mas uma crítica ao desenvolvimentismo predatório. Como sintetizou Raimundo Barros, líder sindical: era uma forma de evitar “a vinda do homem da floresta para as periferias da cidade” e garantir sua visão que “a única pessoa que preserva a floresta, é o seringueiro” (CAVALCANTE, 2005 *apud* SILVA, 2025). Contudo, essa visão sustentável coexistiu com tensões estruturais: a pecuarização posterior das RESEX revelaria o conflito entre a lógica comunitária e as pressões do capital. Conforme analisam Spínola e Carneiro Filho (2019), a introdução do gado preencheu o vácuo econômico deixado pela desvalorização dos produtos florestais, consolidando-se como uma "poupança viva" que oferece liquidez imediata e segurança alimentar às famílias em momentos de crise. Essa dinâmica insere um tensionamento as normativas ambientais (como o Art. 18 do SNUC) e gera conflitos internos pelo uso do espaço (como os danos do "gado solto" às roças comunitárias), evidenciando que a conservação da floresta depende também da viabilidade econômica das populações que a habitam.

Após a fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros, os conflitos transcendiam os limites político-territoriais do Acre, assumindo escalas complexas. Como registra Porto-Gonçalves (2003), Xapuri consolidava-se como epicentro das lutas: 97.3% dos conflitos ocorriam no Vale do Acre-Purus, sendo 46% concentrados neste município, quase todos se opunham fazendeiros a posseiros e seringueiros. Essa dinâmica inseriu-se no debate nacional da Constituinte, onde a Reforma Agrária e o destino da Amazônia tornaram-se

campos de batalha simbólica. Nesse contexto, a Aliança dos Povos da Floresta ganhava corpo não como abstração, mas através de encontros concretos. Os povos originários passaram a integrar as Comissões do CNS, com assembleias como a de Tarauacá reuniu 200 seringueiros e indígenas, e Cruzeiro do Sul testemunhou marchas conjuntas.

A inovação das Reservas Extrativistas surgiu dessa tessitura política. Rejeitou o modelo de lotes individuais, os seringueiros propunham áreas coletivas onde, nas palavras de Porto-Gonçalves (2003), a "não divisão das terras em lotes" era princípio fundante. Mais que uma categoria fundiária, as RESEX constituíam "espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista". Essa população, longe de ser mera beneficiária, assumia um *múnus público*¹⁷: seu conhecimento tradicional a capacitava para cumprir a dupla finalidade ecológica e social, de romper com a dicotomia entre exploração e preservação. O contrato de concessão de uso, com cláusulas de rescisão por danos ambientais, materializava essa corresponsabilidade, transformava o saber florestal em instrumento jurídico.

Como bem observa Almeida (1992), a domesticação da seringueira em pequena escala, associada a cultivos diversificados, apresentava viabilidade técnica, mas esbarrava na resistência dos padrões à reforma agrária necessária para implementá-la. As Reservas Extrativistas emergiram como resposta a esse impasse, garantindo o usufruto coletivo que rompia com o modelo de plantations e reconfigurava profundamente a luta dos povos da floresta. Ao sintetizar a reconquista do território pelas horizontalidades, as RESEX permitiram que os seringueiros revertessem a lógica vertical da grilagem pecuária, e reorganizasse a floresta, nas palavras de Santos (2005), em palco de uma economia solidária e ecologicamente embasada.

Esta transformação encontrou sua expressão política mais elaborada na Aliança dos Povos da Floresta, fundada em 1986, que representou uma genuína virada epistemológica no movimento. Conforme analisa Michels (2024), a aliança entre seringueiros e indígenas foi construída sobre o reconhecimento explícito de que seus conflitos históricos haviam sido fomentados por seringalistas e banqueiros interessados na exploração de ambos os grupos. Esta consciência histórica permitiu superar divisões seculares e forjar uma identidade política comum contra o inimigo compartilhado - o modelo de desenvolvimento que ameaçava

¹⁷ *Múnus público* (do latim *munus*, "dever", "encargo", "função") designa obrigação assumida em benefício da coletividade. No contexto das RESEX, refere-se ao papel ativo dos seringueiros como gestores do bem comum: seu conhecimento tradicional os investia de responsabilidade jurídico-política pela sustentabilidade socioambiental, transformando direitos de uso em deveres de conservação.

simultaneamente a floresta e os modos de vida tradicionais. Neste contexto, as Reservas Extrativistas, que Chico Mendes denominava "a reforma agrária dos seringueiros", consolidaram-se como proposta inovadora que recusava a separação entre homem e natureza, sintetizaria lutas sociais e ambientais em um projeto político coerente.

Longe de constituir mera reação à opressão, essa resistência coletiva materializou o que Georg Simmel (2011) conceptualiza como o caráter sociativo do conflito. Para o autor, o conflito opera não apenas como destruição, mas como mecanismo de síntese social destinado a "resolver dualismos divergentes" e a "conseguir algum tipo de unidade". Os Empates e a fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros exemplificam essa dinâmica: a luta contra grileiros e o Estado, longe de fragmentar os seringueiros, forjou alianças inéditas e estruturas de resistência duradouras. O trágico assassinato de Wilson Pinheiro, nessa perspectiva, catalisou uma unidade política que transcendia diferenças históricas, redefiniu vínculos sociais em torno de um projeto comum. Desta forma, confirma que o conflito, nas palavras de Simmel, pode ser fator de coesão e reconstrução identitária.

A RESEX ofertava não apenas direitos territoriais, mas a manutenção do modo de vida extrativista. Essa inovação política só foi possível graças à articulação entre a resistência local e pressões políticas interregionais, que transformaram os seringueiros em protagonistas de uma mudança no paradigma socioambiental. Como destaca Porto-Gonçalves (2003), a identidade política dos seringueiros não foi uma essência pré-existente, mas um produto dialético de múltiplos “encontros/confrontos” materiais e simbólicos:

"Nossa pesquisa permitiu identificar alguns desses encontros [...] com/contra o Capital [...], com/contra o Estado [...], com/contra a Igreja [...], com/contra o movimento sindical [...], com/contra o Movimento Ambientalista [...], com/contra os Partidos Políticos [...], com/contra o Movimento Cultural" (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Essa construção identitária - que, nas palavras do autor, “se fazia a partir de diferentes lugares e escalas” - transcendia diferenças históricas. Ao autodenominar-se "extrativista", esse grupo não apenas reivindicava direitos territoriais, mas forjava uma relação social, não um objeto. Uma subjetividade política oposta ao latifúndio e ao ambientalismo fetichizado. Ancorada na luta concreta, essa identidade emergiu como um processo dinâmico de autoafirmação frente a poderes hegemônicos.

Essa identidade, enraizada na relação material com a floresta, permitiu que a luta local se conectasse a redes de solidariedade. A análise de Silva (2010) sobre os “marcadores territoriais” oferece uma chave para decifrar essa geografia simbólica: práticas como os Empates tornaram-se "marcadores vivos" que codificavam no espaço uma nova gramática

política. Ao garantir o usufruto coletivo, essas reservas transformaram a floresta - outrora mero "recurso" - em um símbolo de autonomia

Essa relação intrínseca entre sujeito coletivo e paisagem configura-se como base ontológica da territorialidade seringueira. Conforme Silva (2010), o sujeito extrativista compõe a paisagem, qualifica-se através dessa simbiose com a cultura, identidade e territorialidade. Essa dinâmica materializa-se nos "marcadores territoriais" - categoria cunhada por Henriques (*apud* Silva, 2010) e ampliada no estudo -, que codificam nos espaços da floresta processos geográficos e culturais.

Os marcadores (vivos, simbólicos, fabricados, históricos, musicais e funcionais) atuam como expressões concretas dos múltiplos "encontros/confrontos" identificados por Porto-Gonçalves. Eles definem a originalidade dos territórios, "impondo sua própria estrutura e afirmando a autonomia dos participantes" (Henriques *apud* Silva, 2010).

Assim, sujeito e paisagem fundem-se em uma reciprocidade insurgente, materializa a "Territorialidade Seringueira" (PORTO-GONÇALVES, 2003) como geografia viva dos encontros/confrontos que forjaram a identidade extrativista.

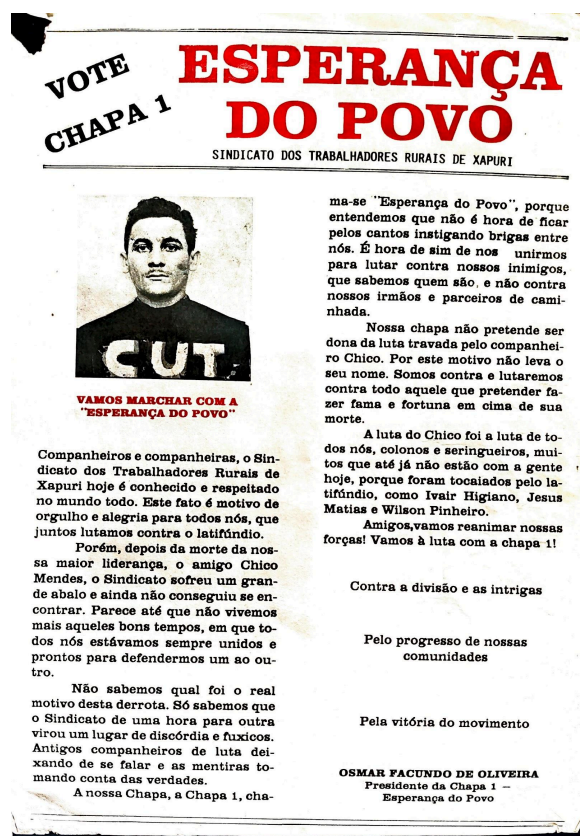
A espoliação acreana insere-se em uma tradição que reduz a natureza a "fonte de matéria-prima", ignora-se seu valor ecológico e cultural. Como visto ao longo da obra, a Amazônia foi historicamente vista como "lugar do atraso" a ser "redimido pelo progresso" - narrativa que justificou a grilagem e o aviamento. Essa lógica contrastava radicalmente com a cosmovisão dos seringueiros, para quem a floresta era "mundo vital" (GORZ *apud* SILVA, 2025). Ainda que o PT tenha ressignificado a natureza como "capital político" - usa o legado de Chico Mendes para acessar financiamento internacional -, sua gestão manteve dicotomias: reproduziram a lógica das "verticalidades" (SANTOS, 2005), que beneficiava cadeias produtivas globais em detrimento das economias comunitárias.

Dessa forma, a luta social acreana alcançou seu ápice com a criação das RESEX. A subsequente gestão petista, porém, ao mesmo tempo que capitalizou politicamente este legado, reproduziu práticas desenvolvimentistas verticais, expôs as contradições e desafios contínuos na construção de alternativas verdadeiramente comunitárias na Amazônia. Além de outros problemas de capilaridade social, quebra de quadros e dores de crescimento inerentes a inserção do partido em organismos públicos.

O assassinato de Chico Mendes é narrado pelos entrevistados não apenas como uma tragédia pessoal, mas como um ponto de inflexão que expôs a fragilidade da luta seringueira e, simultaneamente, a projetou para um patamar nacional e internacional. Raimundão, seu

primeiro, descreve a comoção local como "um grande abalo" que fragmentou a unidade do sindicato em Xapuri, enquanto Nilson Mourão e Marcos Fernandes ressaltam como a morte transformou Chico em símbolo global da resistência socioambiental, catalisando apoios externos e pressionando o Estado a criar as Reservas Extrativistas. No entanto, essa ressignificação também gerou contradições: segundo Osmarino Amâncio, a imagem de Chico foi instrumentalizada por setores do próprio PT e de ONGs, esvaziando paulatinamente o caráter comunitário e insurgente da luta que ele representava. O legado de Mendes, portanto, tornou-se um campo de disputa entre a memória militante e a apropriação institucional, entre a continuidade da resistência nas bases e a conversão de sua história em capital político.

Figura 16. Acervo pessoal (2025). Cartaz para as eleições do STR - Xapuri.



Essa crise de direção e identidade no seio do movimento que Chico ajudou a construir não é apenas uma leitura analítica posterior, mas encontra eco vívido em documentos da época. Um panfleto eleitoral para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, intitulado "Chapa 1 - Esperança do Povo", sintetiza o clima de divisão e a luta pela definição do legado Chico Mendes no período imediatamente posterior ao seu assassinato.

O texto, assinado por Osmail Facundo de Oliveira, é um artefato discursivo poderoso que revela as fissuras internas: "Entendemos que não é hora de ficar pelos cantos instigando brigas entre nós. É hora de sim de nos unirmos para lutar contra nossos inimigos [...] e não

contra nossos irmãos". A Chapa se distancia explicitamente de uma apropriação personalista da luta de Chico, afirmando: "Nossa chapa não pretende ser dona da luta travada pelo companheiro Chico. Por este motivo não leva o seu nome. Somos contra [...] todo aquele que pretender fazer fama e fortuna em cima de sua morte". O documento ainda lamenta a perda da unidade anterior: "o Sindicato de uma hora para outra virou um lugar de discórdia e fixeiros. Antigos companheiros de luta deixando de se falar e as mentiras tomando conta das verdades". Este fragmento é uma evidência primária e crua do "grande abalo" sofrido pela organização, confirmando que a morte do líder não só causou dor, mas também catalisou disputas pelo sentido político de sua herança, fragmentando a base comunitária que fora a força dos Empates.

É precisamente na velocidade avassaladora deste novo circuito, desta vez pecuário, que ao ameaçar a existência física do campesinato florestal se fez necessária uma organização política de novo tipo. Desta vez popular e capaz de travar a luta não apenas no âmbito sindical, mas na disputa pelo próprio modelo de organização do estado.

3. PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA FLORESTA

Nesse movimento contraditório após o Assassinato de Chico Mendes - de consolidação de territórios extrativistas e a posterior erosão eleitoral - inscreve-se a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT). Fruto orgânico daquela mesma “autogestão e reorganização dos povos” que popularizara a luta acreana, o PT surgiu como síntese política das lutas populares no arrefecimento da ditadura: uma organização de massas voltada às articulações pela base.

O Partido dos Trabalhadores emergiu no cenário político brasileiro como uma "anomalia" (Keck, 2010), que coaduna com a efervescência dos movimentos sociais durante a redemocratização. Sua fundação em 1980 representou uma ruptura com os modelos partidários tradicionais, estrutura(va)-se a partir das bases e não de vanguardas políticas. Ao contrário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acusados de burocratização pelas bases do partido, o PT nasceu da "súbita e generalizada onda de protesto operário do final da década de 70", combinada com debates sobre um partido que permitisse aos excluídos “falar por si mesmos” (Keck, 2010). Essa inovação refletiu-se em sua composição de quadros: lideranças sindicais, católicas, intelectuais e representantes de movimentos sociais convergiram para criar uma força política policromática e de correntes.

A gênese do PT está intrinsecamente ligada à "centralidade da luta direta" (Fontes e Pomar, 2023). No final dos anos 1970, greves como as dos metalúrgicos do ABC paulista, somadas a mobilizações de bancários, servidores públicos e trabalhadores rurais, desafiaram o regime militar e reivindicaram democracia substantiva. Três matrizes discursivas alimentaram esse processo: a Teologia da Libertação (via Comunidades Eclesiais de Base), grupos marxistas em rearticulação e o "novo sindicalismo", que criticava a estrutura sindical oficial. Como destacam Oliveira e Costa (in Pomar e Fontes, 2023), essas correntes entrecruzaram-se, assim criou uma "nova política" baseada na participação popular.

No campo, o PT construiu relações orgânicas com as lutas rurais. Inicialmente, seu programa (1979-1980) tinha um viés urbano, os "boias-frias" eram vistos como símbolo da precarização (Medeiros in Fontes e Pomar, 2023), mas rapidamente incorporou demandas agrárias. Figuras como Manoel da Conceição (Maranhão) e o já dito Wilson Pinheiro vinculavam o partido a resistências locais.

A Plataforma Eleitoral do PT de 1982 explicitou o compromisso com a reforma agrária "controlada pelos trabalhadores", combativo aos latifúndios e grileiros. Essa postura alinhou-se às mobilizações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983. A CUT, onde 40% dos dirigentes locais eram rurais (Medeiros in Fontes e Pomar, 2023), tornou-se espaço de disputa: enquanto a Contag mantinha neutralidade partidária, "oposições sindicais" ligadas ao PT e ao MST defendiam ocupações de terra como tática. Leonilde Medeiros ressalta que o partido ampliou sua base entre pequenos produtores do Sul, posseiros da Amazônia e assalariados, mas teve penetração limitada em áreas hegemônicas pela Contag, como Pernambuco.

Na Constituinte (1987-1988), o PT atuou como voz agrária radical. Plínio Sampaio, um de seus constituintes, defendia que a reforma agrária não visava apenas produtividade, mas "assegurar a democracia" e "não agredir a natureza" (Wagner in Fontes e Pomar, 2023). Apesar da emenda popular com 1,2 milhão de assinaturas, a bancada foi minoritária frente aos grupos parlamentares rurais. A Constituição de 1988, embora garantisse direitos previdenciários aos rurais, manteve antíteses: o conceito de "função social da propriedade" (Art. 184) foi esvaziado ao excluir terras "produtivas" da desapropriação.

O Programa de Governo de 1989 (Frente Brasil Popular) sintetizou o projeto petista: reforma agrária para "acabar com o latifúndio" e uma política agrícola "democrática e popular", aliada à defesa ambiental. Propunha-se reservas extrativistas - como as idealizadas por Chico Mendes - e a revisão de projetos predatórios na Amazônia. Apesar da derrota para Collor, o PT elegeu 38 deputados, incluiu quatro agricultores, criou o Núcleo Agrário, e fortaleceu sua atuação parlamentar.

O êxito da transição das bases comunitárias para a via institucional refletiu, no Acre, um movimento de abrangência nacional. Conforme Keck (2010) descreve, o PT expandiu sua base geográfica e social ao longo da década de 1980. O partido, que elegera 8 deputados federais em 1982, alcançou 35 parlamentares eleitos em 1990 e conquistou sua primeira cadeira no Senado. Este avanço quantitativo e qualitativo comprovou a eficácia inicial de uma estratégia partidária fundamentada na articulação orgânica com os movimentos rurais e sindicais.

O percurso inicial do PT revela uma tensão estrutural: como "partido de massas, de lutas, democrático e socialista", buscou transformar demandas locais - dos seringueiros acreanos aos sem-terra - em projeto nacional (Costa e Oliveira in Pomar, 2023). Essa

construção, porém, enfrentou o dilema entre institucionalização e radicalidade. Nas palavras de Lula em 1982, a afinidade com as CEBs e o sindicalismo combativo era clara: as formas organizativas das comunidades de base "coincidem com as do PT". Contudo, à medida que o partido ganhava espaços de poder, a integração de projetos de partido e Estado, "floresta e o socialismo", precisariam navegar entre as urgências das alianças de coalizão, a utopia das bases e as políticas das direções.

3.1. Povos da Floresta, o PT e as eleições

No Acre, essa anomalia adquiriu contornos únicos. Enquanto no eixo industrial o PT estruturou-se via sindicalismo urbano (Keck, 2010), na Amazônia Ocidental ele "brotou das entranhas da floresta", alimentado pela capilaridade das CEBs e sindicatos dos trabalhadores rurais que formavam uma base interconectada (Keck, 2010). Essa gênese explica porque, nos anos 1980, o PT acreano era chamado nas colocações de seringa de "o partido dos empates" - expressão que sintetizava sua identidade insurgente e a inédita articulação entre lutas pela reforma agrária e a posteriormente incorporada pauta ambiental. É crucial destacar que os conflitos fundiários locais, inicialmente marcados por tensões entre posseiros e paulistas, transformaram-se em lutas pela terra lideradas por seringueiros apoiados pela Prelazia do Acre e Purus (Andrade, 2016).

Essa característica de "anomalia" política, termo recorrente e carregado de significado nas análises dos militantes históricos, como Marcos Inácio Fernandes (2025, Entrevista), não deve ser lida como mera retórica, mas como a constatação de uma inversão fundamental na lógica clássica de formação partidária da esquerda brasileira. Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista), o Carioca, (ambos entrevistados 11/2025) aprofunda essa análise sociológica ao destacar que o PT no Acre não possuía as pré-condições materiais tradicionais para sua existência segundo a ortodoxia marxista ou trabalhista: isso se dá porque não havia no Acre parque industrial consolidado, não havia um operariado urbano massivo concentrado em fábricas e a classe média urbana era incipiente e majoritariamente conservadora. O partido, portanto, teve que operar uma tradução cultural e política radical para sobreviver e florescer.

Se no Sul e Sudeste o PT era a expressão orgânica do "novo sindicalismo" fabril do ABC, forjado nas greves metalúrgicas, no Acre ele se constituiu como a expressão política de uma "sociedade civil em formação" na floresta, onde a categoria "trabalhador" foi dilatada e ressignificada para abarcar o seringueiro, o ribeirinho, o indígena e o pequeno servidor público precarizado. A singularidade reside no fato de que, enquanto o PT nacional debatia a mais-valia industrial e o controle operário da produção, o PT acreano, através de figuras

visionárias como Chico Mendes e intelectuais orgânicos como Nilson Mourão, fundia indissociavelmente a luta de classes com a luta pelo território e a sobrevivência física e cultural da floresta e de seus habitantes.

Júlio Barbosa reforça essa visão pioneira ao afirmar categoricamente que foi o PT do Acre o responsável por "levar para dentro do PT nacional um debate muito importante: o debate da ecologia", uma pauta que, na década de 1980, era vista com desconfiança ou considerada "jardinagem" por setores da ortodoxia operária e da esquerda tradicional. O partido no Acre, portanto, não funcionou como uma filial periférica do projeto paulista, mas como um laboratório político autônomo e de vanguarda que antecipou a pauta socioambiental global, forjando sua identidade na "epopeia" de construir uma estrutura partidária onde a geografia impunha o isolamento e a dispersão. A militância não se fazia na porta da fábrica com panfletos, mas nas "viagens a pé de 60 quilômetros" narradas por Osmarino Amâncio, conectando colocações dispersas na mata em uma rede de solidariedade.

Enquanto a esquerda tradicional brasileira operava com narrativas importadas do industrialismo urbano (o operário fabril como sujeito revolucionário), Chico Mendes e seus companheiros realizaram um ato de criação poética e política ao tecer uma intriga que unificava elementos aparentemente díspares: a luta sindical, a fraternidade da Teologia da Libertação e o debate ecológico emergente. Na terminologia de Ricoeur, eles forjaram uma nova identidade narrativa para o sujeito amazônico. O seringueiro deixou de ser um mero extrativista para se tornar o "Guardião da Floresta", uma identidade política e global. Essa reconfiguração narrativa foi fundamental porque permitiu a articulação de alianças em múltiplas escalas; ela transformou a defesa da seringueira, que poderia ser vista como uma pauta atrasada, em uma luta universal pela preservação da vida.

A especificidade do PT acreano manifestou-se desde seus primórdios por um caráter radicalmente popular e uma desconfiança visceral em relação à política tradicional. Conforme analisa Fernandes (1999), a postura do partido era a de "construir a sua própria identidade e se afirmando, historicamente, 'contra tudo e contra todos'" (FERNANDES, 1999). Essa identidade foi forjada a partir de uma base social bem estabelecida, composta fundamentalmente pelos sindicatos rurais e pelas CEBs, que funcionavam como uma verdadeira "matriz de movimentos sociais mais amplos" (FERNANDES, 1999). As CEBs funcionaram como escolas políticas sob as seringueiras, oferecendo espaços de debate onde se discutia a almejada libertação material, conforme relato de Osmarino Amâncio. Ela

transformou-se em uma central de formação de quadros que nutriu a concepção de um "partido popular e de massas".

A fundação do PT no Acre gestou-se nesse caldo organizativo, tinha como um de seus pilares o "Decálogo da Participação Partidária", manifesto lançado pelas CEBs em 1978 que reivindicava um partido com participação popular efetiva, defesa dos oprimidos e mudanças socialistas (Keck, 2010). O documento refletia o trabalho de conscientização da Prelazia, alinhada ao Vaticano II e à Conferência de Medellín (1968) em sua orientação pastoral. A militância petista era marcada por um voluntarismo e uma abnegação que supriam a falta de recursos materiais, enquanto os critérios para ser candidato pelo partido refletiam um *ethos* rigorosa: era preciso "ser conhecido por sua luta em favor do povo", "não se deixar vender", ser "comprovadamente honesto" e, crucialmente, "não pode pensar em mandar, não pode ser mandão" (FERNANDES, 1999). Esse rigor, que beirava o sectarismo, tinha um objetivo claro: forjar um partido genuinamente dos trabalhadores, um "partido com um 'Jamaxi' nas costas e uma 'poronga' na cabeça", consolidava uma identidade política que se mostraria fundamental para sua inserção como principal força da esquerda acreana (FERNANDES, 1999).

O processo de construção partidária é lembrado por militantes como uma "epopeia política gigante", que resultou no registro do partido em "100%" dos municípios acreanos e num profundo enraizamento do PT "na história do povo do Acre" (FERNANDES, 2025, Entrevista). Contudo, essa construção não foi homogênea, sendo marcada pela atuação de correntes internas que, na prática, disputavam bases sociais em territórios específicos.

Nilson Mourão (2025, Entrevista) é categórico ao afirmar que "o PT surgiu aqui no Acre pela convergência de duas forças: o sindicalismo rural, liderado por Chico Mendes e João Maia, e as Comunidades Eclesiais de Base". Essa síntese entre o sindicalismo combativo dos seringais e a pastoral social das CEBs explica a matriz popular e profundamente enraizada do partido no estado, diferenciando-o de sua gênese industrial no Sudeste.

Existiam também espaços de sociabilidade e formação. Como relata Júlia Feitoza (2025, Entrevista), militante histórica, "enquanto artistas todos nós nos conhecemos no teatro. Alguns de nós nos conhecemos porque militávamos nas Comunidades Eclesiais da Igreja Católica, e a gente se encontrava no teatro". O teatro popular e as CEBs funcionavam como incubadoras informais de lideranças, onde se estreitaram laços que depois se desdobraram na construção partidária. Foi nesse caldo cultural que conheceram Chico Mendes, a quem Júlia descreve como "um companheiro bem além do seu tempo, um cara que lia muito, que

estudava muito, e que tinha sonhos socialistas, assim como a gente". Essa convivência precoce entre a juventude urbana e a liderança sindical rural foi fundamental para a singularidade do PT acreano.

A consolidação do PT como uma força política distinta passava necessariamente pela formação de uma militância comprometida e por um rigoroso crivo na seleção de seus candidatos. Na convenção municipal de 1988, o partido adotou critérios rígidos, exigia que os postulantes a vereador em Rio Branco levassem "o apoio de mais de 15 filiados" e fossem submetidos à apreciação da convenção com base na "militância comprovada no movimento popular organizado", na "integridade moral comprovada" e na "convicção das propostas e objetivos do partido" (FERNANDES, 1999). A direção municipal era enfática ao advertir que não lançaria "candidatos que não consigam sequer defender as propostas do partido em praça pública", estabelecia ainda um "termo de compromisso" onde uma das cláusulas reafirmava que "o mandato não pertence ao eleito, mas será exercido alternadamente" entre os mais votados, assegurando que o mandato pertencia ao partido e não ao indivíduo (FERNANDES, 1999). Esse rigor inicial refletia a busca por uma prática política ética e coerente com suas bases.

Essa ética de militância se expressava também na precariedade material e no esforço coletivo de sustentação do partido. Como recorda Júlia Feitoza, integrante da primeira Comissão de Finanças do PT no Acre,

"não tínhamos dinheiro nenhum. E como todos nós éramos estudantes ou funcionários que ganhavam muito pouco, decidimos: 'Vamos criar uma forma de ganhar dinheiro, vendendo coisas, vendendo balão, fazendo camiseta'. O PT foi um pouco assim em todo canto".

A venda de bolinhos e suco na praça, a pintura manual de camisetas para as campanhas, a cópia artesanal de materiais em gráficas como a "Copy Arte" - detalhes aparentemente prosaicos revelam a dimensão comunitária e quase artesanal da construção partidária em seu início. Esse espírito de mutirão contrastava com as máquinas partidárias tradicionais e forjava um sentimento de pertencimento e propriedade coletiva sobre o partido.

Esta gênese florestal do PT acreano contrasta radicalmente com a matriz industrial do partido no eixo São Paulo-ABC. Enquanto no sudeste o PT consolidou-se como "expressão institucional da luta de classes urbana" articulada pelo sindicalismo fabril (Assirati in Pomar; Fontes, 2021), no Acre ele emergiu de uma "revolução nascida não das fábricas, mas da floresta em pé". Essa divergência refletiu-se nos documentos fundantes: se a Carta de Princípios (1979) centrou-se no trabalho assalariado e na luta operária - "temática distante das economias não monetarizadas indígenas" (Assirati in Pomar e Fontes, 2023) -, o Manifesto

do PT (1980) inovou ao incluir "índios entre os setores explorados mobilizados" (Assirati, 2023). Contudo, como ressalta Assirati, essa menção foi mais "simbólica que programática", pois a agenda petista manteve "ancoragem na reforma agrária camponesa" sem dialogar com a especificidade do "direito territorial originário indígena" (Assirati, 2023). Muito por isso, seria justamente no Acre - onde o PT se estruturou fora da lógica industrial - que o partido desenvolveria políticas de interface entre trabalhadores e povos da floresta, como as reservas extrativistas inspiradas em terras indígenas. Essa trajetória singular, como demonstra Andrade (2016), só foi possível pela "base homogênea" de seringueiros e CEBs, documentada em fontes alternativas (como o Jornal Varadouro) e depoimentos orais que reconstituíram "as relações de dominação nos seringais" (Andrade, 2016).

"Os acertos no caso do Acre se destacaram bastante pelo fato de ser rara, até hoje, a cooperação de órgãos estaduais na implementação da política indigenista [...] Outro destaque importante [...] foi a abordagem que ali foi adotada no que se refere ao tema de terras, distinguindo as lutas territoriais indígenas daquelas empreendidas pelos movimentos do campo" (Assirati in Pomar e Fontes, 2023).

Conforme análise de Maria José Bezerra (2006), o partido congregava no Acre correntes políticas distintas desde sua fundação em 1980: a Articulação (ligada às lideranças comunitárias e sindicais da Igreja), o PRC (facção leninista) e a Organização Socialista Internacionalista, além de independentes. Essa composição plural explica em parte como o PT, mesmo com modestos 5,4% dos votos em 1982 - supera porém a meta legal de 3% como destacado por Bezerra -, consolidando-se ao abraçar a causa extrativista como "razão de ser".

A atuação dessas correntes não passou despercebida pelo aparato repressivo da ditadura. Documentos inéditos do Serviço Nacional de Informações (SNI) revelam que a militância de Marina Silva e Chico Mendes no Partido Revolucionário Comunista (PRC) - organização clandestina fundada a partir de uma dissidência do PCdoB - foi minuciosamente monitorada pelos serviços secretos. Relatórios confidenciais do Comando Militar da Amazônia identificaram ambos como as lideranças de "maiores atuações" no PRC acreano, detalhava-se inclusive os conflitos internos no PT local, como a eleição de 1987 para a presidência regional que isolou Mendes e Silva das instâncias decisórias partidárias. A vigilância persistiu mesmo após o fim formal da ditadura, com documentos de 1991 ainda classificando Marina Silva, ex-vereadora e deputada estadual, como militante do PRC (Silva, 2012). Esses registros não apenas comprovam o caráter plural e combativo das origens do PT acreano, mas também revelam como as disputas internas entre correntes - como o PRC e setores ligados à Igreja Católica - eram acompanhadas com atenção pelo Estado. Coloca em

evidência o temor estatal da hegemonia em relação ao potencial transformador dessa nova força política emergente da floresta.

A atuação do PRC no Acre não se limitava à militância de Chico Mendes e Marina Silva. Documentos revelam que o futuro governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior, o Binho Marques, também integrava o Comitê Regional do partido. Isso demonstra como essa corrente revolucionária conseguiu capturar algumas das principais lideranças emergentes do PT local. A militância de Júlio Barbosa, duas vezes prefeito por Xapuri, exemplifica a complexidade ideológica daquela geração:

"Eu fui militante do PRC [...] Era uma contradição. Ao mesmo tempo que eu era um militante de Igreja, como sou até hoje, uma pessoa de muita fé, eu também era militante do PRC, porque achava que a situação era tão grave que em algum momento ia ter que resistir até com a arma na mão, se necessário fosse" (BARBOSA, 2025, Entrevista).

O PRC, fundado em 1984 a partir de uma dissidência do PCdoB crítica ao balanço da Guerrilha do Araguaia, definia-se como marxista-leninista e atuava como tendência interna organizada dentro do PT, chegava a contemplar em sua fase inicial a possibilidade da luta armada. Esta configuração conferiu ao PT acreano uma "dupla natureza" peculiar: um caráter público e de massas, derivado de sua conexão visceral com o movimento social dos seringueiros, que convivia com um núcleo interno vanguardista, secreto e disciplinado, herdado do PRC.

A capilaridade do PT no território acreano não se deu de forma homogênea ou aleatória, mas seguiu uma lógica rigorosa de territorialização das tendências internas, onde a geografia física do estado se sobrepunha e se confundia com a geografia ideológica do partido. Francisco Nepomuceno oferece um mapeamento preciso e revelador dessa dinâmica, demonstrando como a luta fundiária específica de cada região servia de lastro material para a construção das identidades e das bases sociais das correntes.

Segundo seu relato analítico, havia uma divisão de áreas de influência que transcendia a mera preferência política, configurando verdadeiros territórios de atuação: a corrente "Articulação", majoritária nacionalmente e ligada organicamente à Igreja Católica e a figuras como Nilson Mourão e Sibá Machado, consolidou sua base hegemônica em Plácido de Castro e nas áreas de colonização agrícola e periferias de Rio Branco, onde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tinham forte penetração e capacidade de mobilização de massa.

Por outro lado, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), de orientação marxista-leninista, atuando na clandestinidade dentro do PT e onde militavam lideranças como Chico Mendes, Marina Silva e o próprio Carioca, fincou suas raízes profundas em Xapuri, tornando-se hegemônico na organização dos seringueiros daquela região e imprimindo uma visão estratégica de longo prazo à luta. Já a "Libelu" (Liberdade e Luta), de viés trotskista e foco na ação direta, encontrou terreno fértil em Brasiléia sob a liderança combativa de Osmarino Amâncio e na Universidade Federal do Acre (UFAC), mobilizando a juventude estudantil. Essa espacialização das correntes não era apenas uma divisão administrativa, mas definia o modus operandi da luta em cada localidade: onde a Libelu predominava, a ação direta, o confronto físico e a desconfiança das instituições tendiam a ser mais radicalizados; onde a Articulação governava, a mediação, a via institucional e o trabalho pastoral ganhavam peso; e em Xapuri, sob a direção do PRC, a estratégia fundia a defesa intransigente do território com uma visão revolucionária e internacionalista.

Entender essa geografia interna é crucial para compreender como o PT acreano conseguiu, ao mesmo tempo, ser um partido de massas e de vanguarda, abrigando em seu interior desde beatos das comunidades eclesiais até militantes que, como confessa Júlio Barbosa, "achavam que a situação era tão grave que em algum momento ia ter que resistir até com a arma na mão", convivendo em uma tensão dialética produtiva que só seria pacificada - e, paradoxalmente, enfraquecida - com a chegada ao poder estadual

Corrente Interna	Lideranças Chave	Território de Influência	Perfil da Luta e Características
PRC (Partido Revolucionário Comunista) (Majoritário)	Chico Mendes, Marina Silva, Carioca, Binho Marques	Rio Branco / Xapuri	Marxista-leninista, foco na formação de quadros, visão estratégica de longo prazo. Atuava na clandestinidade dentro do PT.

Libelu (Liberdade e Luta / OSI) (Expulso)	Osmarino Amâncio	Brasiléia/ UFAC	Trotskista, foco na ação direta, radicalização dos conflitos, desconfiança das instituições.
Articulação (Campo Majoritário)	Nilson Mourão, Francisca Marinho	Rio Branco / Plácido de Castro	Eclesial, ligada às CEBs e à Igreja institucional. Perfil mais conciliador e de massa.

Essa configuração explica a rápida assimilação das Reservas Extrativistas como bandeira petista em 1985. Contudo, como observa Assirati (2023), a aproximação manteve contradições: se por um lado os governos petistas estadualizaram políticas de inclusão, por outro perpetuaram a distinção entre "lutas territoriais" e "movimentos do campo", revelando a dificuldade de incorporar plenamente o "direito territorial originário" à agenda da reforma agrária e dos assalariados rurais.

Isso corrobora com a avaliação de Júlio Barbosa, que é contundente ao afirmar o papel pioneiro e combativo do PT acreano na história do partido. "Na Amazônia, especificamente no Acre, ele tem uma diferença grande. Eu acho que foi o PT do Acre que levou para dentro do PT nacional um debate muito importante: o debate da ecologia, que hoje é o debate sobre a sustentabilidade e a questão climática. Foi o Acre que fez isso", afirma que o diretório estadual desempenhou um papel crucial "pela criação da Secretaria Setorial de Meio Ambiente" dentro do partido (BARBOSA, 2025, Entrevista).

No entanto, esse processo não foi pacífico, encontrou resistência na cúpula partidária de origem industrial. Barbosa ressalta que "os grandes dirigentes do partido sempre foram muito resistentes a não entender que a pauta ambiental, da ecologia ou da sustentabilidade, era uma pauta importante para ser incorporada pelo partido" (BARBOSA, 2025, Entrevista). Essa perspectiva da base confirma que a luta concreta dos seringueiros, forjada nos empates e na defesa do território, foi um fator fundamental e disruptivo para o avanço da agenda do partido.

Essa singularidade acreana deve ser compreendida ainda à luz das transformações da esquerda brasileira no exílio. Conforme demonstra Marques (2014), a experiência europeia,

particularmente na França a partir de meados dos anos 1970, gestou uma "esquerda alternativa" que, ao romper com oligarquias rígidas, incorporava novas pautas - notadamente a questão ambiental. Estes exilados, a partir de uma perspectiva marxista, denunciavam a política de ocupação da Amazônia pela ditadura como uma forma de imperialismo favorável a latifundiários e investidores estrangeiros. Este caldo ideológico, que conjugava crítica ao desenvolvimentismo predatório com novas sensibilidades ecológicas, criou o ambiente propício para que o PT emergisse como espaço natural para acolher a luta de Chico Mendes - qualificado por Carlos Walter Porto-Gonçalves (*apud* Marques, 2014) como "ecosocialista" precisamente por sua capacidade de articular o combate à devastação ambiental com a luta anticapitalista.

Essa base social única - forjada na resistência dos povos da floresta à ditadura - não apenas moldou o PT acreano, mas também pavimentou sua inserção no cenário político pós-abertura. Quando o regime militar iniciou seu lento processo de distensão (1979-1985), os seringueiros já possuíam uma infraestrutura e base local capazes de converter lutas comunitárias em força eleitoral. O gráfico abaixo captura essa transição histórica.

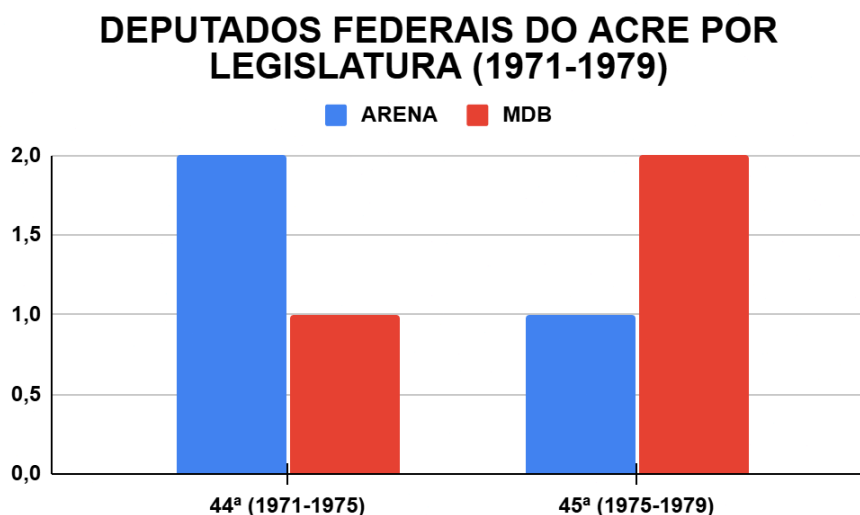
Os gráficos revelam um percurso de transformações profundas na representação política acreana que espelha a dinâmica nacional descrita por Keck (2010). Durante o período ditatorial (1971-1979), a cena local era dominada pela ARENA e MDB - partidos artificiais criados pelo regime. Na 44ª Legislatura (1971-1975), a hegemonia da ARENA (braço partidário do autoritarismo) refletia o controle férreo do poder central. Contudo, na 45ª Legislatura (1975-1979), a inversão dessa correlação de forças - com o MDB a superar a ARENA - ecoou um fenômeno nacional: como analisa Keck (2010), após as eleições de 1974 e 1976, o MDB convertera-se em veículo de protesto "plebiscitário" contra o regime, agregou desde "comunistas clandestinos" até trabalhistas dissidentes. No Acre, essa virada coincidiu com a mobilização documentada pelo Jornal Varadouro e a organização sindical rural emergente.

A reação do regime veio através da Lei Falcão (1976) - que restringiu a propaganda eleitoral - e culminou na extinção do bipartidarismo em 1979. Como argumenta Keck (2010), essa reformulação visava "quebrar o ambiente plebiscitário" e formar "um amplo bloco conservador". Os efeitos aparecem nos gráficos a partir de 1983: o PMDB (herdeiro do MDB) e o PDS (sucessor da ARENA) mantiveram protagonismo, mas a transição para a

Nova República (1987-1991) consolidou o PMDB como força majoritária (50% das cadeiras), enquanto o PFL dissidência do PDS emergia como polo direitista. Essa reconfiguração, porém, não eliminou continuidades: velhas oligarquias migraram para novas siglas, mantendo seu poder no cenário pós-ditatorial.

GRÁFICO 1

Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE.

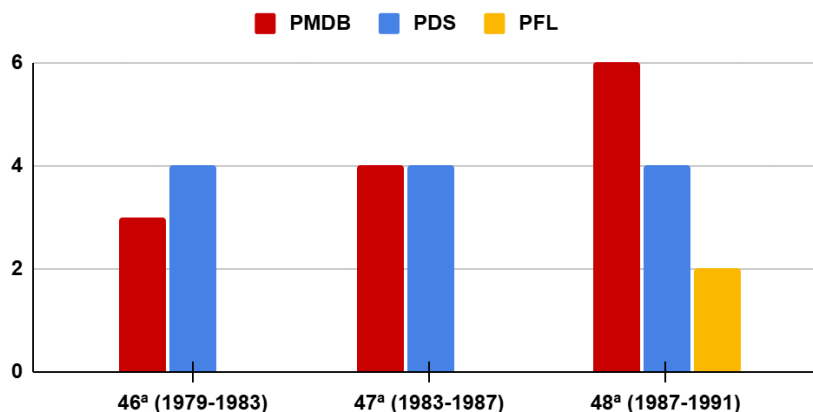


Paralelamente a essa reorganização das elites políticas, gestava-se nas bases um movimento que almejava romper com esse cenário. O PT acreano, ainda incipiente e marcado por derrotas eleitorais iniciais - como as candidaturas de Chico Mendes a deputado estadual em 1982 e a prefeito de Xapuri em 1985 -, construía sua trajetória em um contexto nacional conturbado pela crise do "socialismo real" e pelos sucessivos planos econômicos fracassados do governo Sarney. Foi neste cenário de "estelionato eleitoral" e "arrocho econômico", conforme documenta Fernandes (1999), que o partido começou a ganhar visibilidade ao participar ativamente de mobilizações unitárias com outras forças de esquerda, como a greve geral de 1986. Essa atuação conjunta nas ruas, que levou o PT a sair do "porão do Lhe"¹⁸ e a se tornar "mais visível e mais respeitado pelas demais forças políticas e pela sociedade acreana em geral" (FERNANDES, 1999). Um laboratório essencial para adquirir capital político e cultural necessários para chefiar as unidades políticas posteriores e alianças múltiplas, pavimentava o caminho para sua futura consolidação eleitoral.

¹⁸ "Lhe" é Abrahim Farhat, militante histórico do PT em Rio Branco e carinhosamente lembrado pelos contemporâneos por ter sediado os debates do partido na capital.

GRÁFICO 2

DEPUTADOS FEDERAIS DO ACRE POR LEGISLATURA (1979-1991)



Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

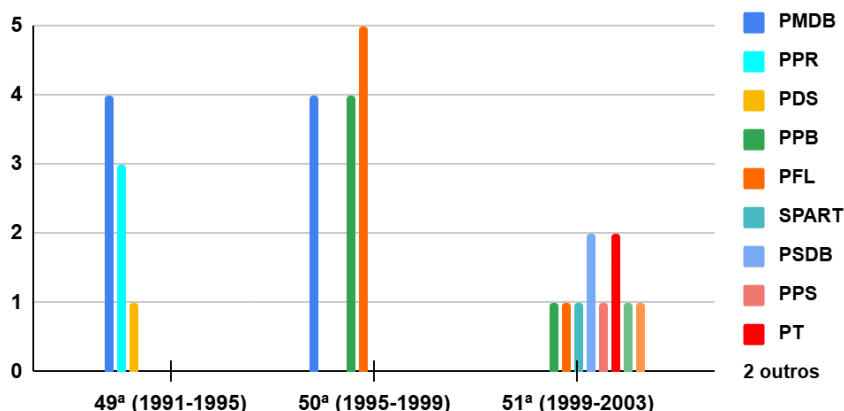
A década de 1990 testemunhou uma reconfiguração paradoxal do espectro político acreano. Refletiu as tensões nacionais descritas por Keck (2010) e Lopes (in Pomar e Fontes, 2023). Enquanto globalmente avançava a hegemonia neoliberal, no Brasil o PT consolidava-se como principal força oposicionista (*In Pomar e Fontes, 2023*), em disputa contra a onda conservadora através de inovações como o "orçamento participativo" em municípios sob gestão petista. No Acre, essa dinâmica manifestou-se na pulverização partidária: o PMDB manteve relevância, mas perdeu espaço para siglas como PPB, PFL, PSDB e, gradualmente, para o PT, que passou a dividir a bancada estadual.

Essa fragmentação - visualizada nos gráficos como "barras multicoloridas" - relacionava-se a dois fenômenos interligados: a pluralização de interesses econômicos na Amazônia pós-abertura comercial, com avanço de madeireiras, pecuaristas e grupos sulistas; e o processo de descompressão democrática analisado por Keck (2010), onde velhas oligarquias migraram para novas siglas (PFL, PSDB) para manter poder, enquanto o PT surgia como "nova experiência política" oriunda das bases - pelo menos a princípio (Keck, 2010).

A predominância de legendas de centro-direita (PMDB, PFL, PSDB) refletia o que Lopes (In Pomar e Fontes, 2023) chama de "resistência oligárquica adaptativa": grupos tradicionais se reciclavam no novo sistema, usavam recursos estatais e controle midiático para conter o avanço petista. Como sintetiza Keck (2010), "os políticos de elite mantiveram alto grau de controle arbitrário sobre o processo político, em nome da conciliação".

GRÁFICO 3

DEPUTADOS FEDERAIS DO ACRE POR LEGISLATURA (1991-2003)



Elaborado pelo autor com dados eleitorais do TSE.

A construção da hegemonia petista no Acre combinou mobilização de bases com arranjos pragmáticos com as oligarquias que o partido originalmente combatia. Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista) confirma as suspeitas que circulavam nos bastidores: "Muita gente fala que ali teria vindo um pacto entre os Viana e os Camelis. Ou seja, o Orleir não é candidato a governador". A não candidatura de Orleir Cameli em 1998 foi decisiva para a vitória de Jorge Viana no primeiro turno. Embora Nepomuceno ressalte não ter "nenhuma prova para dizer isso", a persistência dessa narrativa revela como o projeto petista negociou na prática com as estruturas de poder que publicamente contestava.

A narrativa da "vitória da cidadania" e da "Frente Popular" em 1998, embora mobilizadora e historicamente significativa, encobre as complexas e pragmáticas articulações de bastidores que permitiram a ascensão do PT ao governo estadual. A análise retrospectiva lança luz sobre o que ele denomina, com a cautela de quem conhece os meandros do poder, como um provável "pacto" de não agressão entre as elites políticas emergentes (representadas pelos irmãos Viana) e as oligarquias tradicionais (representadas pela família Cameli). A ausência surpreendente de Orleir Cameli na disputa pela reeleição, abrindo caminho estratégico para a vitória avassaladora de Jorge Viana no primeiro turno, sugere que a ruptura com a "velha política" não foi tão absoluta ou conflituosa quanto a propaganda partidária sugeria à época.

Para compreender a densidade desse arranjo, é imperativo dissecar a genealogia política dos atores envolvidos. De um lado, a família Cameli, radicada no Vale do Juruá, representa o capital mercantil e empreiteiro tradicional da Amazônia. Consolidada economicamente através da Construtora Marmud Cameli e do extrativismo, a família ascendeu ao poder estadual com Orleir Cameli, governador entre 1995 e 1998, cuja gestão foi marcada por grandes obras de infraestrutura, como o asfaltamento das BR-364 e BR-317, e cuja herança política seria posteriormente retomada por seu sobrinho, Gladson Cameli.

Do outro lado, a família Viana personifica uma transição sofisticada no interior da direção do Partido dos Trabalhadores. O patriarca, Wildy Viana, atuou com extrema familiaridade junto ao poder: ocupou os cargos de vereador, prefeito de Rio Branco e deputado federal pela ARENA e pelo PDS, legendas basilares da Ditadura Empresarial-Militar. Esta linhagem adquire lastros ainda mais profundos quando se nota que Jorge e Tião Viana são sobrinhos de Joaquim Falcão Macedo, governador do Acre nomeado pelo regime ditatorial (1979-1983). Embora alçados como figuras exponenciais da "florestania", os irmãos dispunham de um capital social e de um sobrenome consolidados pela direita acreana.

Este perfil híbrido revelou-se um escudo tático eficaz, pois permitiu às elites conservadoras locais perceber o projeto petista não como ruptura abrupta, mas como arranjo tolerável. A historiografia militante internacional registra vasto repertório de lideranças oriundas da elite que estabelecem rupturas ideológicas à revelia de seus ascendentes. Dessa forma, a posição de “tradicionalidade” familiar não instaura, sob rigor analítico, uma contradição sociológica inédita. Interpreta-se, desta vez, que o PT do Acre teve uma revisão de suas premissas originárias. O partido outrora cristalizado no dogma obreirista¹⁹ do “trabalhador vota em trabalhador” ajustou a sua rota, diluiu suas restrições classistas e abrigou perfis das velhas elites para encampar de fato um projeto de governo elegível.

A virada do século consolidou a hegemonia petista no Acre. A partir de 2003, o PT conquistou, de modo consistente, entre 25% e 30% das cadeiras na assembleia legislativa. Elegeu três deputados federais e superou as legendas tradicionais. Esse avanço refletiu a

¹⁹ Esta transição de uma base orgânica classista e restrita para a formação de alianças policlassistas repete padrões estruturais e táticos da esquerda brasileira. Conforme analisa Ferreira (2021), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vivenciou um dilema semelhante nas décadas de 1920 e 1930. Para romper o asfixiamento político e repressor decorrente de sua política estritamente “obreirista” inicial, o PCB cedeu ao “aliancismo”. Naquele momento, o partido comunista flexibilizou dogmas e buscou aglutinar o agrupamento da esquerda tenentista e da pequena burguesia, fenômeno corporificado de forma nítida no engajamento ao lado da figura de Luiz Carlos Prestes para a viabilização de Frentes Populares.

conjuntura nacional favorável dos governos Lula e Dilma, aliada à materialização local do "modo petista de governar". Este modelo fundamentou-se na democratização da gestão pública e na transferência de recursos aos extrativistas e aos setores mais pobres, mecanismo testado e aperfeiçoado nas experiências municipais da década de 1980.

Contudo, mesmo no auge de sua força eleitoral entre 2003 e 2011, a bancada legislativa do PT jamais ultrapassou o teto de 50% das vagas. Essa barreira quantitativa revelou limites estruturais muito similares aos dilemas partidários nacionais. Por um lado, a inserção contínua de lideranças sindicais e comunitárias nos altos quadros do aparelho estatal provocou cisão orgânica. Tal transferência enfraqueceu a base social do partido de forma simétrica ao fortalecimento da máquina governamental. Por outro, a necessidade contínua de obter quórum para transformações legislativas exigiu o balanço entre concessões políticas ao mercado e os freios impostos a reformas territoriais mais radicais.

Pode-se inferir, de forma analítica, que tamanha dificuldade parlamentar ocasionou uma nítida acomodação de interesses pragmáticos. A modernização administrativa e a "Florestania" propostas pelo projeto petista não ameaçaram os negócios fundiários centrais das oligarquias regionais - com ênfase particular na construção civil, na agropecuária e na grande empreitada de obras públicas.

As instâncias partidárias forjaram e assumiram o encargo de manter uma governabilidade estritamente híbrida: ocupavam o Executivo, conduziam a burocracia governamental e estabeleceram uma rede potente de inovações sociais. Mas preservaram, de forma praticamente ileso, a antiga hierarquia local de riqueza material. Muitas vezes, até ampararam financeiramente a expansão deste adversário de classe, mediante recursos liberados e o provimento logístico em contratos estruturais do estado.

O desfecho histórico de tal articulação assume caráter tragicamente dialético no fim do período abordado, sintoma que a base de memória aponta agudamente nas entrevistas orais desta pesquisa. Agentes essenciais do avanço reacionário e conservador responsável pela queda de votos ao final da década, tal como o atual governador Gladson Cameli e o prefeito Tião Bocalom, já operaram e constituíram o círculo de articulação interna de gestões estaduais prévias da Frente Popular. O depoimento de Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista) explicita com fatalidade este espasmo pragmático de aparelhamento bilateral de Estado: "O Gladson era nosso, o Bocalom era nosso".

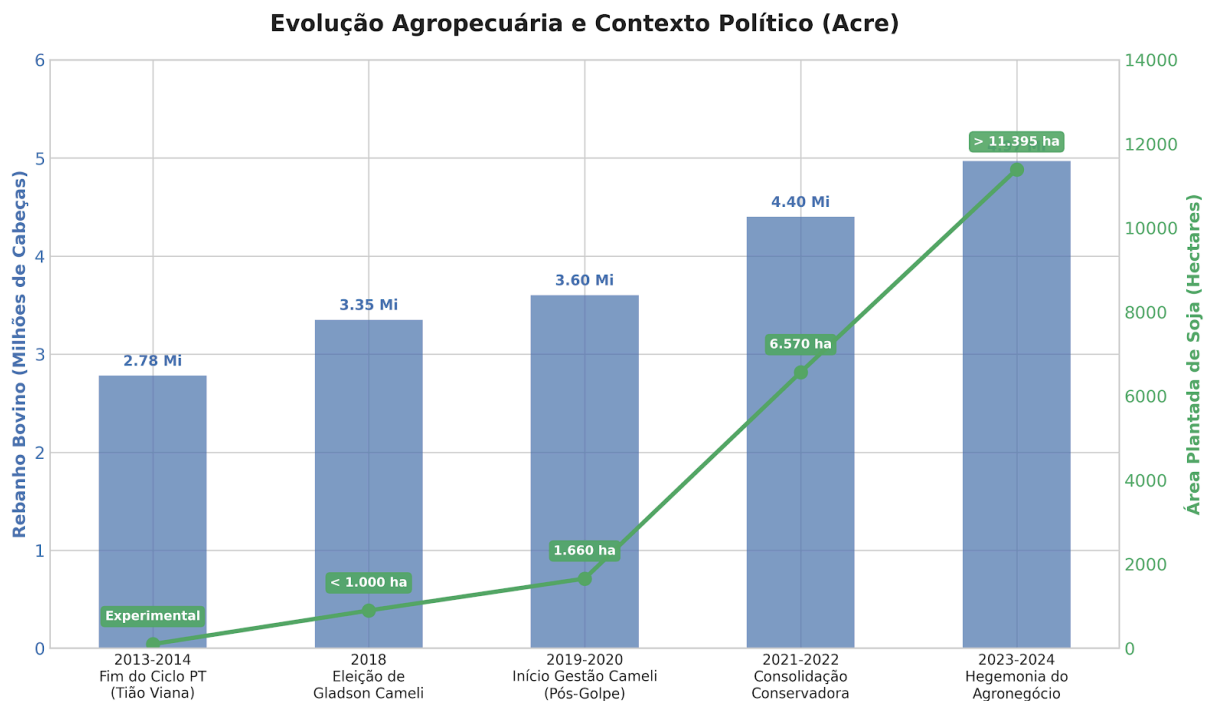
Tratou-se não de filiação orgânica das oligarquias as fileiras operárias da base ou ao programa sustentável dos seringais originais, mas sim de um elo temporário motivado pela

vantagem da colheita nos anos das "vacas gordas" estatais. O epílogo ocorreu nas urnas em 2018 com a tomada do controle principal, de maneira formal e representativa. O governo aparelhou tecnologicamente todo o eixo da estrutura sem desapropriar quem usufruía dela adiante, pois pavimentou todo o solo amazônico sem destruir em nada quem iria acelerar novos fluxos globais por ele futuramente e submetê-los outra vez como ativos de mercado de uma frente predatória atual. A escalada predatória contra a Amazônia acreana exemplifica as drásticas sequelas oriundas de quem nutre coalizões estapafúrdias baseadas nas concessões sistêmicas de classes dominantes: capitalizar os que o abatem antes em suas estruturas primordiais para mais farta rentabilidade pós-recompra reacionária.

Essa institucionalização reproduziu no Acre um movimento nacional descrito por teóricos do partido, no qual o projeto inicial de "construir o poder desde as bases" cedia gradualmente espaço às demandas da governabilidade. O resultado foi uma crescente desconexão entre o discurso ecossocialista da Aliança dos Povos da Floresta e a prática desenvolvimentista que, sob pressão de coalizões, mantinha alianças com setores madeireiros e agropecuários.

GRÁFICO 4

Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do IBGE.



A consolidação no poder, portanto, acabou por materializar as tensões internas do partido. Conforme apontam Oliveira & Costa (In Pomar e Fontes, 2023), a experiência de

governo impôs um "tensionamento" entre os compromissos com a representação das bases e a responsabilidade da gestão pública. A política de alianças alargava-se para além dos movimentos sociais, passando a abarcar "setores hegemônicos da economia" (Assirati in Pomar e Fontes, 2023). Essa expansão, porém, ocultava um problema estrutural: o nítido "descompasso" entre o crescimento eleitoral e a capacidade orgânica do partido, que acabaria por pavimentar a desconexão com suas bases históricas.

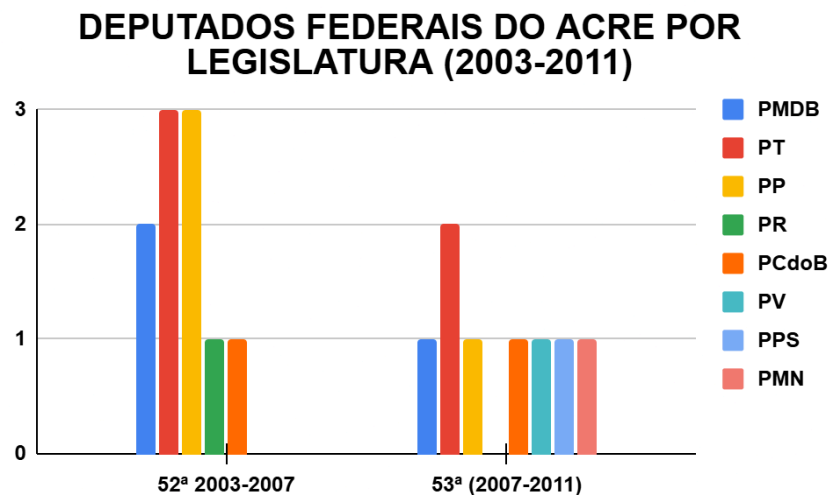


GRÁFICO 5

Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

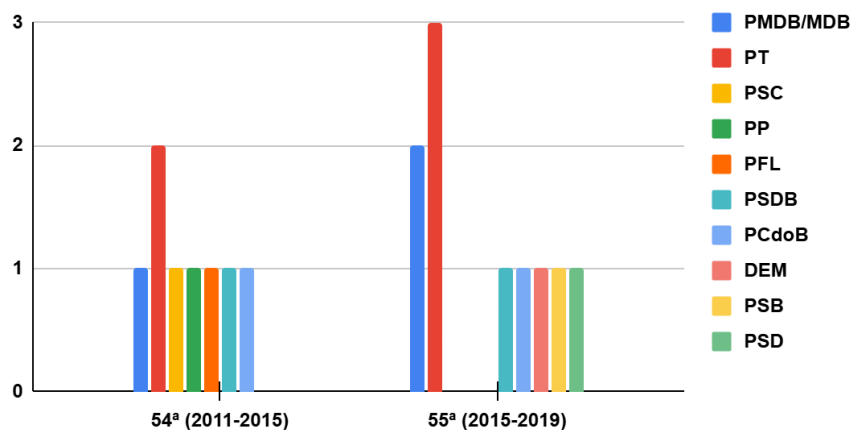
Como observa França (2006), mesmo nas gestões petistas que introduziram inovações como a “maior participação dos setores subalternos na formulação das políticas públicas”, persistiam elementos de continuísmo da tradição política local. A reorganização política em cinco regionais e a reestruturação administrativa sob Jorge Viana (1999-2002) representaram tentativas de racionalizar a máquina estatal, mas não eliminaram por completo as estruturas clientelistas herdadas. O governo manteve, nas palavras do autor, uma “bifrontalidade”: uma mescla de modernização técnica com práticas patrimoniais nos escalões intermediários, onde o preenchimento de cargos ainda respondia a alianças partidárias.

A fase pré-pandemia de COVID-19 do ciclo petista no legislativo federal se complexificou profundamente, ela revelou uma trajetória marcada por contradições e rupturas. Entre 2011 e 2015, o PT manteve aproximadamente 25% das cadeiras na Câmara dos Deputados, conforme dados eleitorais, recuperou temporariamente cerca de 30% no período 2015-2019. Essa recuperação paradoxal ocorreu mesmo após os massivos protestos

de junho de 2013. Mesmo com um crescente descontentamento da classe média urbana com limitações da representação política tradicional, embora não tenham revertido imediatamente a base eleitoral petista.

GRÁFICO 6

DEPUTADOS FEDERAIS DO ACRE POR LEGISLATURA (2011-2019)



Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

O golpe de 2016, contudo, catalisou um refluxo histórico. Como apontam Pomar e Fontes (2023), esse evento não foi mera conjuntura, mas uma ruptura democrática que reconfigurou forças políticas. Nas eleições de 2018, pela primeira vez em duas décadas, apenas um deputado federal petista foi eleito. Os gráficos de composição partidária, citados no material, mostram a bancada majoritariamente ocupada por PSDB, MDB e partidos satélites do agronegócio. Grupos que, segundo estudos de Leonilde Medeiros (In Pomar e Fontes, 2023), sempre estiveram bem articulados por velhas oligarquias regionais dentro dos próprios governos Lula:

“Por um lado, desde a campanha eleitoral, foi assumido um compromisso de valorização do agronegócio, que se expressou na indicação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de um dos mais bem preparados e experientes quadros da agricultura empresarial brasileira, Roberto Rodrigues, que tinha amplo respaldo do setor empresarial rural e já havia sido diretor das suas mais importantes entidades representativas: Sociedade Rural Brasileira; Confederação Nacional da Agricultura; Organização das Cooperativas do Brasil. Além disso, a necessidade de ampliação de base parlamentar do governo fez com que dela passassem a fazer parte deputados sem comprometimento com a reforma agrária. O aumento da bancada do PT e, dentro dela, de parlamentares ligados aos camponeses, não foi suficiente para se contestar posições contrárias à reforma agrária”

Este esgotamento organizativo associado à resistência oligárquica local e nacional culminou na ruptura institucional da década de 2010. A reemergência de estruturas de poder político e econômico anteriores aos anos 2000 consolidou-se sob uma nova gramática neoliberal. Tal fenômeno se materializou na agenda regressiva do governo federal instaurado

após o impeachment de 2016. A aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 tornou-se o principal instrumento dessa inflexão, pois desmontou as garantias fixadas na Constituição de 1988, asfixiou o financiamento dos sindicatos e desarticulou as estruturas de proteção dos trabalhadores rurais e urbanos. O aparato governamental e o setor privado alvejaram de forma calculada exatamente a base associativa e material que, décadas antes, permitiu a própria fundação e ascensão do Partido dos Trabalhadores.

O percurso petista no Acre confirma a análise de Regalado (*In Pomar e Fontes, 2023*) sobre a "desmobilização popular" como custo da opção governista. A "acomodação ao espaço institucional", segundo Maricato (*In Pomar e Fontes, 2023*), minou a conexão orgânica com as bases, resultou no "evidente distanciamento entre petistas e indígenas"²⁰ (*Assirati, In Pomar e Fontes, 2023*) e na alienação da própria base seringueira que forjou o "partido dos empates".

A conquista do governo estadual consolidou esse paradoxo: o ápice eleitoral coincidiu com a perda da hegemonia sobre os movimentos sociais. Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista), assessor por duas décadas, expõe a contradição: "quando nós assumimos o governo [1998], 100% dos sindicatos do Acre eram do PT ou do PC do B. [...] Quando o PT saiu do governo em 2018, sabe quantos petistas tinham em sindicato? Ninguém. Zero". Essa inversão radical evidencia o que Nepomuceno define como lei política inexorável: "é impossível você manter a hegemonia na institucionalidade [...] e na sociedade civil, na rua". Na frágil economia acreana, onde "todo mundo depende do governo", a máquina estatal tornou-se instrumento de influência tão poderoso que o partido que surgira das lutas sindicais divorciou-se completamente delas.

Raimundão (2025, Entrevista), da perspectiva da base extrativista, confirma e detalha esse esvaziamento, aplicando-o ao território simbólico da luta:

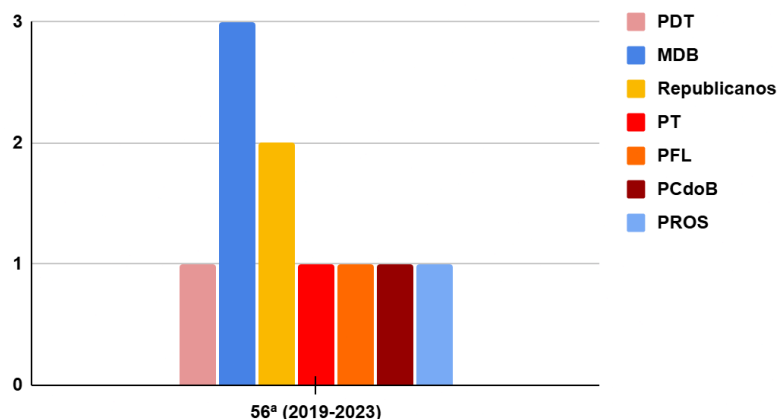
"hoje a Reserva Extrativista Chico Mendes, que é um dos maiores legados da luta do nosso líder, nós temos sete associações, e praticamente nós temos duas ou três no máximo que são de esquerda. O resto é direita, fazendo conchavos com políticos mais espúrios que tem dentro do Estado".

Esta fala demonstra que o refluxo não foi apenas um fenômeno de cúpula ou sindical, mas uma erosão que atingiu o coração do território onde o projeto político do "partido dos empates" nasceu.

GRÁFICO 7

²⁰ Pode-se entender como um distanciamento das comunidades tradicionais no todo.

DEPUTADOS FEDERAIS DO ACRE (2019-2023)

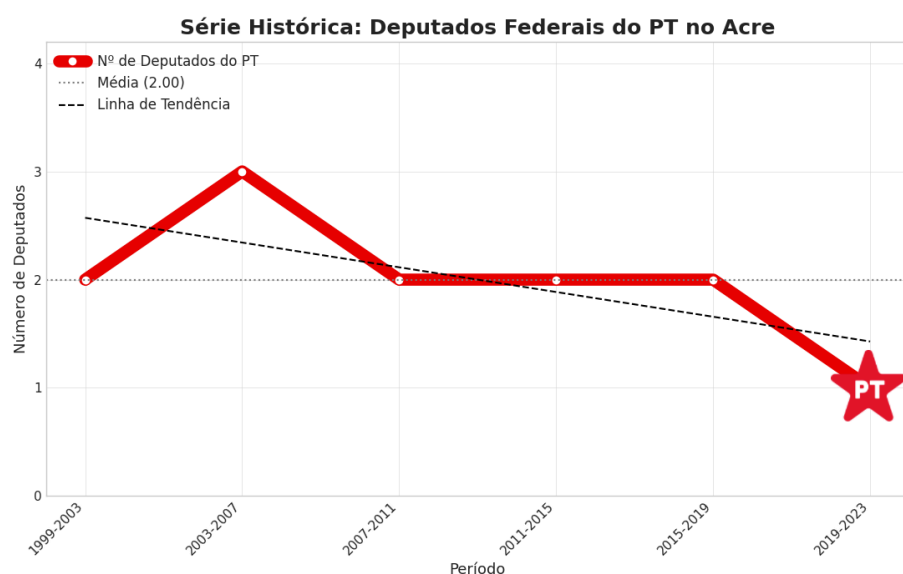


Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

A erosão petista, portanto, não se deve apenas a fatores contingentes, mas a uma falha estrutural na manutenção do trabalho de base que lhe deu origem. A avaliação de militantes históricos aponta para o abandono da formação política e ideológica como fator decisivo para o refluxo. Na análise de Marcos Inácio Fernandes (2025, Entrevista),

"A gente melhorou fisicamente as estruturas aqui todas, de escola e tudo, mas a gente falhou, acho que na questão da politização, de formar consciência de classe, formação política ideológica. Acho que a gente deixou muito a desejar nesse aspecto. Acho que isso foi o principal fator para a gente não ter ficado mais um mandato no governo".

Esse distanciamento da militância de base, substituída por uma estrutura de "militância paga" e pela entrada de "oportunistas" no aparelho estatal, criou um "descompasso" organizativo (Maricato in Pomar e Fontes, 2023) que ficou explícito nos anos posteriores ao Golpe sofrido pela Dilma em 2016. O cenário final expõe a recomposição de elites sob roupagem institucional moderna, onde velhos poderes, que se nutriram da máquina estatal petista, rearticularam-se em novas coalizões conservadoras.



Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados eleitorais do site do TSE

O refluxo petista, contudo, não se explica apenas por dinâmicas internas - distanciamento das bases, guinada governista ou funcionalização pública (AMARAL, 2011). É crucial reconhecer que o PT não caiu em um vácuo político: foi derrotado por um projeto alternativo que se mostrou hegemônico em 2018. Originou-se no circuito espacial do agronegócio (Castillo, 2010), a eleição de Gladson Cameli (PP) representou a consolidação das forças que o PT originalmente combatia. Sob governo Cameli, o rebanho bovino acreano cresceu 82% em uma década, superou as 5 milhões de cabeças em 2023 - cifra que sintetiza a reconversão do território em plataforma exportadora. Enquanto o “Governo da Floresta” se fundamentava na “Florestania”, o projeto de Cameli é explicitamente antiambiental: declara ter resgatado um setor “esquecido e desestimulado” pelas políticas petistas.

O colapso do PT é, assim, não apenas história de decadência interna, mas de superação por um modelo de desenvolvimento baseado na expansão de circuitos espaciais hegemônicos que se revelou mais convincente para parcelas do eleitorado. A dinâmica de construção de hegemonia, seguida por um processo de esgarçamento e erosão, pode ser observada de forma ainda mais contundente na disputa pelo poder executivo. Aqui podemos ver os resultados no governo:

TABELA 1: Eleições para governador, dados do TSE.

Ano	Candidato do PT	% Votos PT	Principal Opositor (e Partido)	% Votos Oposição	Vencedor	Notas
1998	Jorge Viana (PT)	57,5%	Flaviano Melo (PMDB)	26,3%	Jorge Viana (PT)	Vitória no 1º turno

2002	Jorge Viana (PT)	63,6%	Flaviano Melo (PMDB)	34%	Jorge Viana (PT)	Reeleito no 1º turno
2006	Binho Marques (PT)	53%	Tião Bocalom (PSDB)	35%	Binho Marques (PT)	Vitória no 1º turno
2010	Tião Viana (PT)	50,4%	Tião Bocalom (PSDB)	49,6%	Tião Viana (PT)	Vitória no 1º turno (margem estreita)
2014	Tião Viana (PT)	51,3%	Márcio Bittar (PSDB)	48,7%	Tião Viana (PT)	Vitória no 1º turno (margem estreita)
2018	Marcus Alexandre (PT)	34,5%	Gladson Cameli (PP)	53,7%	Gladson Cameli (PP)	Fim da hegemonia do PT no 1º turno
2022	Jorge Viana (PT)	24,2%	Gladson Cameli (PP)	56,8%	Gladson Cameli (PP)	Reeleito no 1º turno

A esfera executiva estadual elaborava a ruptura desse ciclo político. Após duas décadas de hegemonia petista (1998-2014), com vitórias consecutivas no primeiro turno como evidenciam os dados tabulares, o Acre assistiu a um colapso eleitoral sem precedentes: de 63,6% dos votos em 2002 para 24,2% em 2022. Todavia, é importante relatar que Gladson Cameli, o governador eleito, é de uma família com tradição na política. Então, demonstra que o esgarçamento político não apenas teve uma perda de base, mas que em 2 décadas de mandato não foi possível desmobilizar os interesses privatistas das oligarquias.

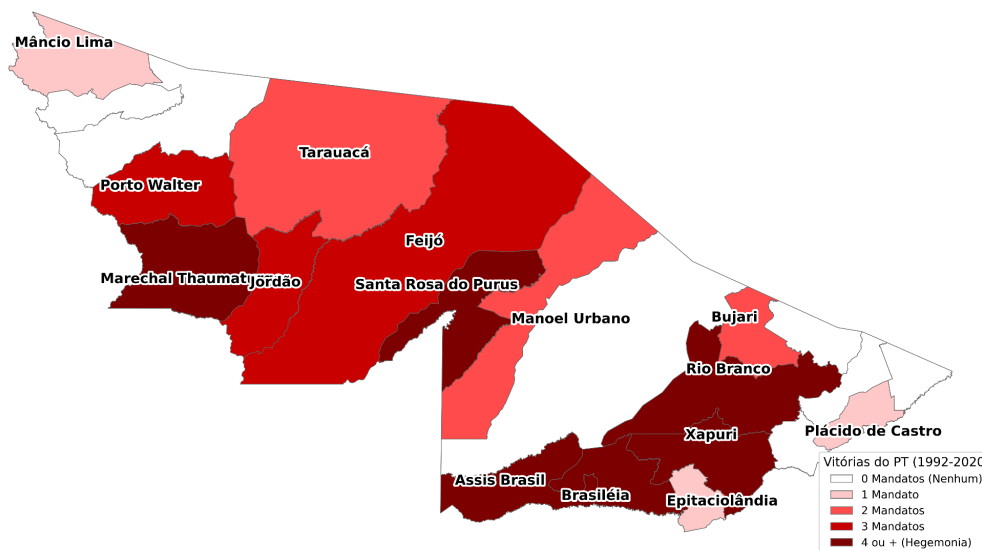
Os dados quantitativos revelam a construção de uma hegemonia eleitoral petista incontestável no período. Conforme ilustram os gráficos citados, o partido atingiu picos de 63,6% nas eleições majoritárias de 2002 e chegou a comandar 45,4% dos municípios acreanos em 2004. No entanto, longe de configurar uma genuína "república petista" - como definida de forma crítica por Osmarino Amâncio (2025) em sua entrevista -, essa dominância numérica ocultava uma contradição profunda: a crescente dissociação entre a máquina partidária no poder e o movimento social que lhe deu origem. Na percepção do militante, o PT acreano teria sido capturado por elites recicladas dos períodos ditatoriais: "as principais lideranças do PT já vieram da direita. O primeiro deputado era um grande empresário do Cruzeiro do Sul. São filhotes da ditadura. Os Viana - o pai do Jorge Viana - eram filhos de um deputado biônico da ditadura". Esta denúncia de infiltração oligárquica sugere que a hegemonia não refletia a autonomia popular, mas a funcionalização do partido por estruturas tradicionais de poder.

A expansão das prefeituras petistas, detalhada na Tabela 2 - que saltou de 1 (1992) para 10 (2004) -, paradoxalmente ilustra esse processo. Esse crescimento municipal coincide com o que Amaral (2011) identifica como "funcionalização pública", um movimento de absorção de agendas e personagens da velha política.

TABELA 2: Prefeituras do PT eleitas, dados do TSE.

Ano	Prefeituras (PT)	% sobre o Total	Municípios Governados pelo PT	Análise e Contexto
1992	1	4,5%	Rio Branco	Criação de 10 novos municípios. Primeira vitória significativa do PT com Jorge Viana na capital.
1996	3	13,6%	Manoel Urbano, Tarauacá, Xapuri	PT perde a prefeitura da capital, mas conquista municípios com forte simbolismo e base rural.
2000	7	31,8%	Assis Brasil, Brasiléia, Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Tarauacá, Xapuri	Início da expansão. PT consolida bases no interior e se prepara para a hegemonia estadual.
2004	10	45,5%	Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Walter, Rio Branco, Santa Rosa do Purus	Auge da hegemonia municipal. Sinergia com o governo federal (Lula) e estadual (Jorge Viana).
2008	9	40,9%	Assis Brasil, Brasiléia, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Xapuri	Manutenção da hegemonia. Reeleição confortável na capital.
2012	10	45,5%	Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Epitaciolândia, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Xapuri	Sinais de desgaste. Vitória apertada na capital (2º turno).
2016	5	22,7%	Brasiléia, Marechal Thaumaturgo, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Xapuri	Início do refluxo acentuado, apesar da vitória na capital. Pós-impeachment de Dilma Rousseff.
2020	4	18,2%	Assis Brasil, Brasiléia, Mâncio Lima, Xapuri	Colapso da hegemonia. Perda da capital e consolidação da direita no poder estadual e municipal.

Geografia da Hegemonia: Prefeituras Conquistadas pelo PT no Acre (1992-2020)



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do TSE.

FIGURA 17

Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE.

Nas palavras de Osmarino Amâncio, essa capilaridade institucional não se traduziu em poder de base: "o movimento embaixo... não tinha como intervir nas decisões políticas que era decidida pelos Viana... então fazia um discurso melancólico pro movimento e na prática fazia outra". Esta fala sintetiza o cerne da assincronia analisada: pressionado pelas demandas da governabilidade, o partido acelerou seu ritmo (aderiu as verticalidades do capital) e distanciou-se de seu debate original (o debate horizontal, a assembleia comunitária). O resultado, segundo o militante, foi uma "traição" e o "aparelhamento" completo do movimento, deixado "à revelia".

O processo reflete o dilema da "via institucional" teorizado por França (2006). Ao ampliar sua base para incluir classes médias e microempresários, o PT acreano transformou-se de "partido de massas" em "partido de quadros", aprofundou o fosso entre bases e dirigentes. As gestões petistas trouxeram melhorias concretas - da regularização funcional às RESEX -, mas a eficiência administrativa não superou a contradição fundamental. O partido oscilou entre resgatar "o papel do Estado como promotor do bem comum" e reproduzir a "bifrontalidade" da política acreana, onde reformas coexistiam com o fisiologismo das alianças. De tal modo, fortaleceu as próprias oligarquias que pretendia superar.

A conquista do governo estadual reconfigurou profundamente a base social partidária. Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista) define esse fenômeno como a entrada da "classe média cheirosa" que "entrou no PT com gosto" após a vitória eleitoral. Ele descreve que "muita gente participava das plenárias do PT [...] Muita gente jovem, muita gente bem vestida que não sabe quem está [ali], quer o cargo comissionado". Nepomuceno sintetiza essa transformação na metáfora da mangueira: "O PT é como uma mangueira [...] Quando ele está aqui no governo, é aquele enxame de manga. Depois a gente vai pegar e vai dar uma balançada na mangueira e vai ver quem é PT para ficar lá em cima". A migração para uma base mais interessada nos benefícios do poder do que no projeto político explica a erosão dos vínculos orgânicos com os movimentos fundadores.

Essa reconfiguração radical da base social do partido, metaforizada brilhantemente por Carioca como uma "mangueira carregada" que, ao dar frutos, atrai todo tipo de oportunista para debaixo de sua sombra, teve efeitos corrosivos e irreversíveis sobre a organicidade da legenda. A militância petista, que nas décadas de 1980 e 1990 era caracterizada pela abnegação, pelo voluntarismo, pela "venda de bolinhos na praça" e pela confecção artesanal de bandeiras e camisetas relatada com nostalgia por Júlio Barbosa e Marcos Inácio, foi gradativamente substituída, ao longo dos mandatos estaduais, por uma lógica clientelista e mercenária de "militância paga" ou condicionada a cargos.

Marcão é incisivo ao diagnosticar essa mudança de ethos: nas campanhas finais da hegemonia petista, a mobilização de rua já não era espontânea, mas dependia da "gasolina" e do "soprinho nas costas", ou seja, do incentivo financeiro direto ou da promessa de manutenção de cargos comissionados. O partido, ao se confundir simbioticamente com a máquina do Estado, atraiu uma massa de filiados e apoiadores cuja fidelidade estava atrelada estritamente ao contracheque e não a um programa político ou ideológico de transformação.

Esse inchaço artificial criou uma ilusão de força hegemônica - o PT parecia onipresente, controlando sindicatos, associações de moradores e a maioria das prefeituras - mas essa estrutura revelou-se frágil como um castelo de cartas assim que a máquina estatal mudou de mãos e os recursos cessaram. A "balançada na mangueira" mencionada por Carioca, que ocorreu com a perda traumática do governo em 2018, fez cair não apenas os oportunistas, mas revelou o vazio abissal de formação política deixado por duas décadas de priorização da gestão técnica em detrimento da conscientização de base. Como lamenta Marcão, "a gente melhorou fisicamente as estruturas... mas a gente falhou na questão da politização, de formar consciência de classe". O resultado foi um partido que entregou

pontes, escolas de tempo integral e hospitais modernos, mas não conseguiu entregar, ou manter, a narrativa política que dava sentido a essas obras, permitindo que a direita se apropriasse do descontentamento social e, ironicamente, utilizasse a própria máquina estatal modernizada pelo PT para implementar sua agenda neoliberal e conservadora.

A despeito dos avanços administrativos, a gestão petista não rompeu com as estruturas tradicionais de poder. Como alerta França (2005), houve uma "transição pelo alto": mesmo ao priorizar critérios técnicos, o PT manteve alianças com elites locais e reciclou figuras do antigo regime. Jorge Viana, embora projetado como renovador, era filho de Wilde Viana (ex-prefeito da ditadura) e seu governo incorporou ex-secretários de governos do PMDB, confirmando o que Carneiro (2014) identifica como a assimilação dos "inimigos da véspera" que se tornaram "companheiros na posse".

Essa ambiguidade refletia o dilema central entre ruptura e governabilidade. Como observa Carneiro (2014, p. 158), "muitos daqueles que se filiaram ao PT após 1999 haviam sido assessores de governos anteriores [...] os 'inimigos' da véspera se tornaram 'companheiros' no ato da posse". Esse processo de assimilação de elites tradicionais reverberou na progressiva erosão da identidade petista original. Na prática, projetos de infraestrutura emblemáticos, como a pavimentação das BR-364 e BR-317 - que instaurou novas verticalidades de fluxo mercantil (SANTOS, 2005) -, facilitaram sobretudo o escoamento da produção pecuária, contradiz abertamente a retórica fundante da "Florestania". Ao priorizar a integração logística, uma demanda histórica dos seringueiros, o governo petista inadvertidamente armou o cenário para o avanço do agronegócio, reproduziu a lógica espoliativa das rugosidades históricas do território acreano (SANTOS, 2005).

A promessa de um "governo da floresta" frequentemente colidia com a lógica econômica hegemônica. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), bandeira dos governos Viana, é um exemplo paradigmático. Institucionalizado como a espinha dorsal da política ambiental de Jorge Viana, o ZEE foi apresentado como um instrumento técnico-político de ordenamento territorial, inédito em sua escala na Amazônia. Oficialmente, o ZEE tinha por escopo mapear as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos naturais do estado, dividindo o território em zonas rígidas de uso consolidado, uso sustentável e conservação estrita. Sob a égide da "florestania", essa ferramenta visava racionalizar a ocupação fundiária, condicionando o acesso a crédito e licenciamento ambiental à conformidade com as diretrizes de cada zona. Objetivava pelo governo substituir a expansão predatória da fronteira por um modelo de gestão planejada e tecnicamente embasada.

Críticos apontam que, na prática, o instrumento serviu menos para conter a espoliação e mais para racionalizá-la e legitimá-la. Na contundente percepção do líder social Osmarino Amâncio, "o Jorge chamou os madeireiros, chamou os grandes fazendeiros e fizeram o tal do zoneamento... na realidade ele foi um estudo das áreas ricas em madeira para entregar para as madeireiras... e rica para entregar pros fazendeiros". Este relato corrobora a tese de que o PT no poder não desmontou as estruturas de espoliação, mas, em muitos casos, as modernizou e tornou mais eficientes. Neste ponto, o ZEE operou uma reconfiguração que não rompeu com as verticalidades do capital. Organizou-se um grau de otimização ao mapear e destinar territórios para os mesmos agentes econômicos (madeireiros, pecuaristas) historicamente responsáveis pela "guinada pecuária". A natureza, assim, foi novamente convertida em tecnologia de produção a serviço de circuitos espaciais hegemônicos, agora revestida por uma roupagem técnica e discursiva de "sustentabilidade".

A crítica contundente de Osmarino Amâncio ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e às políticas de manejo florestal não deve ser lida apenas como um desabafo de uma liderança alijada do poder, mas como uma denúncia estrutural que desafia a própria essência do conceito de "desenvolvimento sustentável" e "economia verde" aplicado no Acre durante as gestões petistas. Para o líder seringueiro, ferramentas técnicas como o ZEE e os Planos de Manejo Florestal Sustentável, celebrados internacionalmente e por organismos multilaterais como vitórias da racionalidade ambiental, operaram na prática como mecanismos sofisticados de legitimação da espoliação capitalista sobre a floresta e seus povos.

Ao afirmar que o zoneamento serviu primordialmente para mapear e "entregar" as áreas ricas em recursos madeireiros para empresas e as áreas aptas para a pecuária para fazendeiros, Osmarino expõe a contradição insanável entre a técnica e a política: o mapeamento do território, longe de apenas protegê-lo, tornou-o legível, quantificável e acessível para os circuitos globais de commodities. Sob esta crítica, a "Florestania" petista teria, inadvertidamente ou por design, acelerado a mercantilização da natureza ao transformar a floresta em ativos econômicos (madeira certificada, crédito de carbono) que exigem escala industrial, capital intensivo e gestão tecnocrática, marginalizando o modo de vida tradicional que funciona em outra temporalidade e lógica produtiva.

A avaliação sobre os legados materiais da gestão petista é contraditória entre os entrevistados. Para Júlia Feitoza (2025, Entrevista), ainda que crítica a certos rumos, considera o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) "uma grande ousadia" e um acerto, por organizar os espaços do estado. Ela também destaca políticas de inclusão produtiva que

deram certo, como a cadeia do pescado em Brasília e a avicultura (Acre Aves), além do fortalecimento das cooperativas como uma organização sólida do movimento social. No entanto, faz uma crítica contundente à tendência, especialmente no governo Tião Viana, de investir em "coisas grandes" sem uma base estruturada para sustentá-las, o que gerou "elefantes brancos". "Pensando sempre também nessa coisa maior, no grande [...] e depois você não tinha uma base estruturada para poder abastecer essa coisa grande", reflete. Essa observação aponta para um descompasso entre o planejamento de grandes projetos de infraestrutura ou industrialização e a capacidade real da economia local e comunitária, uma falha de articulação entre verticalidades e horizontalidades que marcou o final do ciclo petista.

Raimundão (2025, Entrevista) oferece um testemunho vívido do que significou a chegada do PT ao governo estadual. O relato militante relata o cenário de abandono e violência que o antecedeu:

"O Acre estava na vala do lixo. Não só o interior, era um descaso estrutural, como era um descaso em violência. A Polícia Civil com a Polícia Militar tinham se institucionalizado na bandidagem, inclusive estavam matando uns aos outros [...] E o Jorge [Viana] botou freio nisso, acabou com essa rivalidade dentro das autoridades, aperfeiçoou a sua secretaria, colocou secretários éticos, cidadãos e cidadãs sérios e responsáveis".

Ele também destaca conquistas materiais incontestes que desafiavam o discurso oposicionista: "Uma das coisas que a direita fazia uma campanha desgraçada contra era que o PT nunca ia asfaltar um palmo de estrada, porque ele só queria saber de seringueiro. E o PT asfaltou de Assis Brasil a Rio Branco. E asfaltou!". Este relato da base confirma que, apesar de todas as contradições, o ciclo petista representou um momento ímpar de modernização social e infraestrutural, e de tentativa de autonomia da máquina pública.

A pergunta que se impõe, portanto, é: se a "Florestania" apenas falhou em desmontar tais estruturas oligárquicas - perpetua economias de enclave - qual o vínculo entre governabilidade/desenvolvimento e desempenho eleitoral? Esta contradição fundamental expõe o dilema irresoluto do projeto petista: gestão e eficiência, de caráter burguês, não garantem por si eleição. Não sem uma comunicação e educação de massas, como veremos abaixo.

Júlio Barbosa aponta o descuido com a formação de novas lideranças como um dos principais equívocos. "Fora do governo, nós produzimos mais quadros políticos. Dentro do governo, faltou essa estratégia. Isso não quer dizer que dentro do governo não tenha como formar quadros políticos. Só acho que no Acre, a estratégia do partido não contribuiu para a

formação de novos quadros" (BARBOSA, 2025, Entrevista). Ele defende que a saída para reverter esse quadro está no investimento na juventude, através de "comunicação e educação", alerta para os perigos da desinformação nas redes sociais e a falta de conexão dos jovens com a história local. "As pessoas que não conhecem a sua própria história nunca vão conseguir se transformar num líder, porque ele não sabe nem quem ele é" (BARBOSA, 2025, Entrevista), diz o ex-prefeito sobre a desconexão entre a juventude e as lutas fundadoras do partido.

Como modelo de "cidadania sustentável", o governo da floresta operava contradições fundiárias profundas. O Dossiê Acre (2012) denuncia que, paralelamente à criação de RESEX, o governo petista facilitava a "legalização da grilagem" através de concessões florestais que efetivamente privatizavam a floresta. Essa ambiguidade representava a apropriação seletiva do legado de Chico Mendes: seu assassinato em 1988 gerara comoção internacional como "marco simbólico para a era do desenvolvimento sustentável", mas sua imagem foi depois instrumentalizada para "legitimar a espoliação através do esverdeamento da economia".

O documento é incisivo: o tiro que matou Mendes foi também "o tiro de largada para uma nova geração de grandes projetos na Amazônia", onde ONGs e financiamentos internacionais transformaram a luta seringueira em commodity política. Essa crítica ecoa o alerta de Schaefer (2022) sobre a cooptação das reivindicações originais: as RESEX, concebidas como territórios de autonomia comunitária, foram adaptadas ao paradigma da "economia verde" sob pressão de bancos como BID e BNDES. Portanto, esvaziava seu potencial emancipatório.

Internamente, a defesa ambiental mostrou-se lastro eleitoral frágil. Francisco Nepomuceno (2025, Entrevista) é categórico: "Aqui no Acre, Meio Ambiente não dá voto, tira voto". Ele atribui essa rejeição a uma visão de mundo enraizada na sociedade local: "Se tu chegar lá, o trabalhador rural, o agricultor clássico, e um fazendeiro, não tem nenhuma diferença: ambos olham para a floresta e dizem o seguinte: 'Isso aqui é um atraso, tem que estar no chão'". Essa mentalidade fez com que o PT, identificado com a defesa da floresta, fosse associado ao atraso. Explica paradoxos como a projeção nacional de Marina Silva contrastar com sua inviabilidade eleitoral no estado de origem: "a Marina [Silva] foi candidata em São Paulo? Porque aqui no Acre, ela não se elegeria nunca" (NEPOMUCENO, 2025, Entrevista).

Raimundão (2025, Entrevista) dá outra face da crítica: alerta que o problema pode ter sido sobre a comunicação falha durante os governos:

"Não saber, não saber divulgar, trabalhar, ter um sistema de comunicação com a população de tudo quanto produzia, de quanto ia produzir. Esse para mim foi um dos defeitos que o partido cometeu: ele estava trabalhando e fazendo as coisas, mas não tinha a habilidade que hoje a direita tem de fazer propaganda".

Esta autocrítica aponta para um déficit de capacitação eleitoral: a esquerda governou, realizou obras, mas não conseguiu narrar suas próprias conquistas de forma eficaz e permanente, deixou um vácuo que foi habilmente preenchido pela direita e suas habilidade na comunicação.

A trajetória política do Acre revela assim uma dialética perversa: o vigor das horizontalidades insurgentes - gestado nas CEBs e empates - forjou hegemonia transitória, mas a opção pelas coalizões governativas impediu o partido de simultaneamente manter suas bases orgânicas e desmontar as estruturas oligárquicas. O duplo fracasso manifestou-se no esvaziamento da combatividade sindical e na incapacidade de desarticular os aparatos midiáticos hegemônicos. Desmobilizou-se a insurgência popular sem desmontar as redes reacionárias.

O reacionarismo latente da ditadura empresarial-militar, longe de ser neutralizado, encontrou terreno fértil para recomposição. Paradoxalmente, a própria lógica governista fortaleceu tais estruturas através de subsídios volumosos canalizados ao agronegócio e ao sistema financeiro, reeditou mecanismos de espoliação sob nova roupagem institucional. Conforme assinala Keck (2010), se a gênese petista floresceu pela coesão de sua forte base, sua expansão institucional cristalizou o histórico "descompasso organizativo" inerente dos partidos.

A ampliação das prefeituras petistas - salto de uma (1992) para dez (2004) - encarnou não apenas a consolidação programática, mas igualmente o início de sua erosão qualitativa. Ao incorporar "setores hegemônicos da economia" (Assirati in Pomar e Fontes, 2023) e eleger a governabilidade a valor supremo, o partido operou o que Regalado (in Pomar e Fontes, 2023) denomina "desmobilização popular como preço da opção governista". Este movimento sincronizou-se com a inflexão nacional pós-2013, quando a "desaceleração econômica" (Oliveira & Costa in Pomar e Fontes, 2023) e o "franco retrocesso social" pós-golpe de 2016 expuseram as fragilidades de um projeto que, nas palavras de Maricato (in Pomar e Fontes, 2023), "acomodou-se ao espaço institucional".

Contudo, a notória “formação ideológica” forjada no calor da luta, frequentemente celebrada, também revelava suas limitações estruturais quando confrontada com os desafios da gestão institucional e da disputa hegemônica de longo prazo. A própria análise de Mourão (1988) sobre o trabalho educativo das CEBs já sinalizava um desafio futuro: a dificuldade de as lideranças populares vincularem as lutas imediatistas a um projeto político de longo prazo. O autor observa, a partir de experiências concretas, que “os moradores parecem não ter vinculado esse processo educativo [...] aos processos políticos” eleitorais, logrando em um divórcio entre a mobilização comunitária e a consequente expressão eleitoral. Essa lacuna formativa - a incapacidade de realizar uma ponte orgânica e duradoura entre o movimento popular e a luta partidária - constituiria uma das fragilidades mais perenes da esquerda acreana, explicou, em parte, a facilidade com que o projeto petista, uma vez no poder, se distanciou de suas bases fundadoras e foi capturado pelas velhas lógicas oligárquicas, que souberam se recompor com mais astúcia e paciência histórica.

Acrescente-se a esse processo uma dinâmica perversa de cooptação oligárquica: ao abrir espaço para velhas estruturas de poder regional - a exemplo da família Cameli, aliada momentânea em conluios partidários e alianças circunstanciais -, o PT inadvertidamente reativou mecanismos de sobrevivência elitista. Tais grupos, após nutrir-se dos recursos da máquina estatal, transmutaram-se em oposição agressiva tão logo a debilidade governativa se manifestou, de modo que converteu alianças táticas em trincheiras reacionárias.

Este refluxo confirma a análise de França (2006) sobre os limites da governabilidade petista: mesmo ao inovar pode incorporar demandas de minorias e promover participação popular, as gestões do PT não romperam estruturalmente com os mecanismos de espoliação histórica. A “modernização conservadora” reeditou-se porque, como sintetiza o autor, a Frente Popular operou uma “transição pelo alto” - racionaliza o Estado sem desmontar as redes oligárquicas. O equilíbrio fiscal e outros elementos de “boa gestão” foram insuficientes para superar o caráter fundiário do estado, dos grandes proprietários e suas antigas redes de influência. Quando a base social se desmobilizou pela baixa formação das lideranças, as estruturas reacionárias - nutridas por décadas de sucessões políticas dos poderes - assumiram o controle pelo voto, comprova-se que eficiência gerencial sem transformação das relações de poder apenas atualiza a dominação.

No mesmo debate em torno do decréscimo eleitoral do partido, há uma reflexão de Nilson Mourão (2025, Entrevista). O militante atribui a derrota a um conjunto de outros fatores, reconhece que, “apesar de todo o sucesso das nossas administrações, [que] é

conhecida pelo povo, o povo entendeu que já tinha dado muitas oportunidades para nós". Essa avaliação sugere um cansaço do eleitorado após duas décadas de governo, um fenômeno que o militante histórico aceita como parte do "jogo democrático". No entanto, ele também identifica uma falha interna crucial: a necessidade de ter "[investido] mais na formação política da população" (MOURÃO, 2025, Entrevista). Esta autocrítica aponta para o esvaziamento do trabalho de base e o distanciamento da capacitação política popular, elementos centrais na origem do partido, como fatores que minaram sua capacidade de sustentação a longo prazo frente ao avanço de um projeto conservador rearticulado.

Júlia Feitoza (2025, Entrevista) oferece uma análise multifatorial para o declínio, partindo de uma metáfora conjugal: "é como se fosse um casamento, um amor desgastado. As coisas vão ficando meio acomodadas". Nesse acomodamento, o partido teria falhado em perceber a mudança geracional e de sonhos do eleitorado. "As pessoas que votaram em você há dez anos atrás já não são mais as mesmas, são outras pessoas. E o sonho daquelas novas pessoas é outro."

Ela ressalta ainda a falha na formação de novos quadros, um problema endógeno: "se todos os nossos grandes quadros foram para o governo, ficou um espaço vazio no Movimento Social. E aí essa fragilidade fez com que a gente praticamente parasse de fazer a formação política. Porque você não constrói uma liderança apertando um botão." Esse vazio interno coincidiu com fatores externos poderosos: a mudança no perfil religioso, com a ascensão de igrejas evangélicas que "determinam o voto"; a influência da mídia e de novos desejos de consumo nas comunidades; e um projeto conservador internacional bem articulado, do qual Bolsonaro seria parte. "Como você pode dizer que um estado como o Acre, que teve cinco governos do PT, vinte anos, depois você tem um estado que dá 77% dos votos para o Bolsonaro?", questiona, evidenciando a magnitude do revés que ainda desafia explicações sociológicas plenamente satisfatórias.

Amaral (2011) elabora também sobre o governo acreano: o partido sofreu um processo de "funcionalização pública": se em 1990 apenas 22,1% dos delegados petistas ocupavam cargos estatais, em 2006 esse índice saltou para 53,1%. A base social deslocou-se de operários e sindicalistas para técnicos e burocratas. De modo que se enfraqueceu os vínculos orgânicos com movimentos sociais - o que podemos entender como "dores do crescimento". No Acre, isso se expressou na priorização de obras de infraestrutura (como estradas) em detrimento da reforma agrária, além de alianças com setores madeireiros. O PT

tornou-se, nas palavras de Amaral, um partido da “classe média assalariada”, distante da sua gênese dos trabalhadores e camponeses florestais.

O desfecho foi uma reconversão paradoxal: o mesmo território que forjou a epopeia dos povos da floresta assistiu ao retorno triunfal das oligarquias sob novos dispositivos de dominação. Tal processo atesta que no Acre - tal como no Brasil - a modernização conservadora jamais foi superada, senão metodicamente reeditada através de novas gramáticas de poder.

Para além dos legados materiais e administrativos, talvez a herança mais duradoura do ciclo petista no Acre tenha sido de ordem subjetiva. Como sintetiza Marcos Inácio Fernandes (2025, Entrevista), o principal legado foi "aquela coisa [...] subjetiva de ter resgatado a ACREANIDADE, o amor pelo Acre". Esta percepção ecoa a famosa frase dos autonomistas, para quem o Acre era "a expressão jurídica de amor ao Brasil". O PT, em sua trajetória singular, conseguiu forjar uma "expressão política de amor ao Acre", um sentimento de pertencimento e valorização da identidade local que por décadas se pautou pela subalternização ao estrangeiro, ao outro.

Para Júlio Barbosa, o maior legado dos governos do PT no Acre foi subjetivo e material: "trazer felicidade e qualidade de vida para a população do Acre". Ele avalia que, apesar das mudanças de governo, "isso não quebrou o paradigma da visão que a população tem de que o Acre hoje é um estado muito melhor do que era há 20 e poucos anos atrás". Em sua visão, o PT conseguiu "criar qualidade de vida e felicidade para o servidor público", dinamizar o comércio e a indústria local, e melhorar radicalmente a infraestrutura e a comunicação do estado, legados que criaram uma nova expectativa na população acreana sobre o papel do Estado (BARBOSA, 2025, Entrevista).

Apesar do colapso eleitoral retumbante e das contradições internas apontadas ao longo desta investigação, o ciclo petista no Acre deixou um rastro indelével que transcende o concreto das pontes e o asfalto das estradas. Marcos Inácio Fernandes identifica um "legado subjetivo" fundamental e talvez o mais duradouro: o resgate da "Acreanidade", uma reconstrução da autoestima coletiva que reverteu a histórica psicologia de isolamento, atraso e abandono que marcava a identidade do estado. Se antes o Acre era visto, interna e externamente, como o "fim da linha", o lugar do esquecimento ou a "expressão jurídica de amor ao Brasil" que custava caro à União, o projeto político da Frente Popular conseguiu, ao menos temporariamente, posicioná-lo no imaginário global como vanguarda de um novo modelo de luta e valorização cultural.

Júlio Barbosa complementa essa visão ao afirmar que o maior legado foi "trazer felicidade e qualidade de vida", estabelecendo um novo patamar de exigência para a gestão pública e para os serviços do Estado que mesmo os governos conservadores atuais não conseguem ignorar ou desmontar totalmente sem custo político. Contudo, a lição mais dura e pedagógica que emerge das falas cruzadas de Osmarino, Carioca e Marcão é que a hegemonia administrativa e a eficiência gerencial não garantem a hegemonia política e cultural permanente. A falha na reprodução social da militância, o abandono da pedagogia política de base em favor do *marketing* eleitoral e a confiança excessiva na conciliação pelo alto com as elites locais cobraram seu preço histórico. O PT "amou o Acre", como poetiza Marcão, mas não superou as rugosidades e os poderes que historicamente degradam o povo e o território do Acre.

4. CONCLUSÕES (OU “PARA NÃO CONCLUIR...”)

A pergunta geradora dessa dissertação elaborava “por qual motivo, após 20 anos de hegemonia, o PT decaiu eleitoralmente?”. Esse trajeto analítico proposto decorreu em torno de uma experiência generalizada: o Partido desmobilizou-se nacionalmente, o que tornaria o Acre especial? Em meados de 2024, inclusive o partido teve um retorno das vereanças petistas ao redor do país²¹. A verdade é que desconsiderar a trama golpista e o conservadorismo latente é uma crítica autofágica ao PT. Ao assentar essas ideias, duas perguntas importantes puderam ser feitas: como as diversas mãos que organizam o partido leem essa reverberação localmente e se existe um projeto para desmobilização do reacionarismo.

A viabilidade analítica deste trabalho consolidou-se à medida que essas indagações foram organizadas, permitindo o cruzamento entre a memória oral e a estrutura política nacional. Um reflexo crucial, notado pelos entrevistados e corroborado pela literatura especializada, é que o arranjo federativo inaugurado pela Constituição de 1988, ao promover uma descentralização via municipalização de recursos e competências, acabou por abrir inadvertidamente margem para o recrudescimento do poderio político das oligarquias locais. Longe de democratizar o poder, a transferência de fundos fundo-a-fundo e a autonomia municipal forneceram às elites regionais - historicamente adaptáveis - os meios materiais para renovar suas redes de poder e perpetuar seu domínio, agora sob a chancela democrática (ARRETCHE, 2000; LEAL, 1997).

Essa percepção da continuidade oligárquica é sintetizada com precisão cirúrgica por Francisco Nepomuceno, que desenha a geografia política do "mandonismo" brasileiro e sua apropriação partidária:

"Antigamente, eu fazia essa leitura: eu pegava o PMDB como exemplo, o PMDB tem um dono. Aqui no Acre, [o dono era] o Flaviano Melo. Aqui em Rondônia, o Raupp. Lá no Maranhão, era o Sarney, mas ele deixou para a Roseana e ele foi para o Amapá, para ele. E aí, o Eduardo Cunha, o Sérgio Cabral mandava lá no Rio de Janeiro. O Roberto Requião, por exemplo, depois ele pegou para o Temer, mandava lá no Paraná. Então você tinha essa cara da oligarquia e da hierarquização da política brasileira." (NEPOMUCENO, 2025, Entrevista).

A análise de Nepomuceno revela a "capilaridade oligárquica" que o Partido dos Trabalhadores encontrou ao chegar ao poder central. O ponto nevrálgico da crítica, contudo, reside no fato de que essas personalidades - Flaviano Melo, Valdir Raupp, a família Sarney -,

²¹ Nas Eleições Municipais de 2024, o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou 3.118 cadeiras de vereança em todo o Brasil. Número significativamente maior em relação à eleição anterior: em 2020, o partido havia eleito 2.668 vereadores. Em outras palavras, o PT elegeu 550 vereadores a mais em 2024, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 20% em sua representação nas câmaras municipais do país. Dados do TSE.

quando não atuavam como representantes diretos do executivo, estavam funcionalmente inseridos dentro da governabilidade petista. A crítica aqui elaborada não se resume a um ataque ao pragmatismo tático ou a uma defesa ingênua do "obreirismo", isto é, da fé purista em um governo estritamente da classe trabalhadora. A crítica reside, fundamentalmente, na ausência de uma estratégia de desmobilização desses poderes estruturais. O PT optou por governar com essas estruturas, ocupando os espaços da administração pública sem desarticular as bases materiais que sustentam esses "donos" do poder regional.

Dentro desse argumento, é possível afirmar que o PT aderiu, ou ao menos comprou a princípio, os ideais da "modernização conservadora" (DELGADO, 2012; SINGER, 2012). Esse conceito, clássico na sociologia brasileira para descrever mudanças técnicas que preservam as hierarquias sociais, explica a opção preferencial do governo pela aliança com o agronegócio e o sistema financeiro em detrimento de uma reforma agrária ou urbana profunda. Os exemplos dessa adesão são múltiplos em escala nacional: o fortalecimento recorde do agronegócio via Plano Safra, a concentração bancária e outros fortaleceram a "hegemonia às avessas" descrita por Francisco de Oliveira (2010). No contexto amazônico e acreano, essa lógica replicou-se na "privatização das matrizes de subsistência": a conversão da floresta e dos rios em ativos de mercado (créditos de carbono, manejo empresarial), que, sob a roupagem da "economia verde", muitas vezes restringiu a autonomia das comunidades tradicionais, repetindo localmente a exclusão que se prometera combater. Nesse contexto, a "hegemonia às avessas" é a permissão de governar (às vezes temporariamente) fazendo alusão aos poderes antigos.

Guiada pelas balizas da geografia narrativa e pelas vozes dissonantes de seus agentes históricos, permite-nos concluir que a experiência do Partido dos Trabalhadores no Acre não pode ser reduzida a uma narrativa linear de ascensão e queda, tampouco a uma simples "traição" de seus ideais originários. Trata-se, antes, da expressão trágica e pedagógica dos limites do "neodesenvolvimentismo" em uma fronteira de expansão do capital. A hipótese inicial de que a "anomalia" petista acreana nasceu de uma fusão inédita entre as horizontalidades da floresta (o tempo lento da seringa, a solidariedade das CEBs e a autonomia dos empates) e a política institucional confirma-se. No entanto, a gestão do Estado impôs a lógica das verticalidades (SANTOS, 2005).

Ao tentar conciliar a "Florestania" com a governabilidade, o PT acabou por aderir os "tempos rápidos" da integração econômica que as oligarquias desejavam. As estradas que integraram o Acre e a própria "Acreanidade" que devolveu a autoestima ao povo e criou uma

identidade coesa foram, paradoxalmente, as mesmas infraestruturas materiais e simbólicas utilizadas pelas oligarquias pecuaristas para se reorganizarem. A modernização promovida pelo governo popular, ao não alterar a estrutura fundiária, serviu de base técnica para o agronegócio que, em 2018, retomou o poder sem intermediários.

O conceito de "rugosidade" de Milton Santos revela-se aqui implacável: as formas herdadas do passado (o latifúndio, a mentalidade predatória) não foram dissolvidas pela "economia verde"; elas persistiram no espaço, adaptaram-se aos poros da nova administração e, no momento de crise nacional, reemergiram com força total. A metáfora da "mangueira carregada" de Carioca e a crítica visceral de Osmarino Amâncio denunciam o preço dessa adaptação: a institucionalização excessiva gerou o esvaziamento da militância orgânica e a burocratização da esperança. O partido trocou a pedagogia dos empates pela eficiência da gestão, esquecendo que a técnica nunca é neutra: ela carrega a intencionalidade de quem domina o território.

Conclui-se, portanto, que o legado do PT no Acre é duplo e contraditório. Deixou um estado modernizado, com indicadores sociais superiores à média regional e uma identidade cultural fortalecida. Mas deixou também um território mais permeável aos circuitos globais do agronegócio e uma base social desmobilizada pela tutela estatal. O futuro da esquerda na Amazônia e a resposta para como superar os entraves nacionais não reside na tentativa de gerir melhor o "tempo rápido" do capital ou reeditar pactos de conciliação com o atraso.

TABELA 3: DADOS DO IBGE (2025), elaborada pelo autor.

Período / Contexto Político	Governo Predominante	Rebanho Bovino (Cabeças)	Área Plantada de Soja (Hectares)
2013-2014	Fim do Ciclo PT (Tião Viana)	~2,78 milhões	Experimental
2018	Eleição de Gladson Cameli (PP)	~3,35 milhões	< 1.000 ha

2019-2020	Início Gestão Cameli (Pós-Golpe)	~3,60 milhões	1.660 ha (2019)
2021-2022	Consolidação Conservadora	~4,40 milhões	6.570 ha (2022)
2023-2024	Hegemonia do Agronegócio	4,97 milhões (+82% em 10 anos)	> 11.395 ha (Projetado)

A análise material da base produtiva acreana no período pós-2018 desvela que a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores não foi um evento isolado, mas o sintoma político da instauração triunfante de um novo Circuito Espacial Produtivo. Conforme evidencia a Tabela 3, a “guinada conservadora” possui um lastro geográfico evidente: a explosão do rebanho bovino, que cresceu 82% em uma década, atingindo a marca de quase 5 milhões de cabeças. Esta ocupação, tanto bovina quanto da soja, operou sobre a infraestrutura legada dos espaços que a “florestania” buscava preservar.

É na introdução da sojicultura que a “verticalidade” do capital global se manifesta com maior nitidez. A expansão da oleaginosa ao longo da BR-317, saindo de uma irrelevância estatística para mais de 11 mil hectares em 2023, ressignifica o território. A chegada da soja mecanizada ao município de Xapuri, um dos pilares da resistência seringueira, opera uma segunda queda do legado de Chico Mendes: desta vez, não pela violência dos jagunços, mas pela eficiência asséptica da tecnologia agrícola e da integração submissa aos mercados internacionais.

O governo de Gladson Cameli não apenas facilitou esse processo; ele o converteu em projeto teleológico de Estado. Ao proclamar que a “salvação econômica” viria do agronegócio e ao desmantelar os entraves ambientais via projeto Amacro (Amazonas, Acre e Rondônia)/ZDS Abunã, a nova administração ofereceu à classe média e às elites locais uma promessa de entreguismo e celeridade econômica ainda incompatível com o fragilizado o projeto petista após o golpe da Dilma. A soja e o boi, portanto, não são apenas mercadorias;

são os vetores materiais da hegemonia política conservadora que reconfigurou o Acre e que permaneceram latentes, adormecidas, durante a gestão popular.

A "refiguração" dessa história sugere que a superação do reacionarismo exige a coragem de radicalizar novamente as horizontalidades. O caminho para o futuro passa por abandonar a ilusão de que é possível humanizar o capitalismo predatório via "modernização conservadora" - entendendo que esse não é um movimento deliberado. O projeto político capaz de enfrentar a barbárie deve voltar às resistências que, como os varadouros na mata, persistem invisíveis sob o moedor de progresso. Como nos lembra Porto-Gonçalves, a Amazônia não deve ser apenas o passado ou um almoxarifado de recursos; ela também pode professar um outro vir-a-ser, um novo modo de existir. A tarefa, então, não é apenas eleitoral, mas civilizatória: reconstruir o partido não como gestor do Estado, mas como instrumento de uma nova "geograficidade", onde a floresta e seus povos não sejam obstáculos ao desenvolvimento, mas instrutores de uma nova forma de habitar o mundo. Sem enfrentar a materialidade dos circuitos produtivos que ordenam o território, qualquer "governo da floresta" corre o risco de ser, inadvertidamente, aquele que rega sua própria destruição.

BIBLIOGRAFIA:

AB'SABER, Aziz Nacib. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul por ocasião dos períodos glaciais quaternários. **Paleoclimas**, São Paulo, n. 3, p. 1-19, 1977.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil: The Making of a Forest Peasant Economy**. 1992. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – University of Cambridge, Cambridge, 1992.

ALONSO, Sérgio Fernandes. **A espacialidade do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000019053/Description>. Acesso em: 7 dez. 2024.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, jun. 2011.

ARAÚJO, José de Souza. **A tensão entre a territorialidade ribeirinha do Médio Juruá e o modelo de reserva extrativista**. 2007. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/18319>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARROYO, Priscila. **Multinacionais são financiadoras ocultas da frente parlamentar da agropecuária**. De Olho nos Ruralistas, 21 maio 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, out. 1997.

BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre**: de território a estado – um olhar social. 2006. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BOTELHO, Maria Auxiliadora. O reformismo agrário do governo FHC. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Amazônia**: desmatamento em agosto de 2024 foi o menor em seis anos. Brasília: Presidência da República, 13 set. 2024. Atualizado em 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/noticias/2024/09/amazonia-desmatamento-em-agosto-de-2024-foi-o-menor-em-seis-anos>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CALANDRO, Thiago Luiz; PEZZATO, João Pedro. Memória e lugar nas representações espaciais: implicações no ensino de Geografia por meio das contribuições de Paul Ricœur. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 05-30, jan./dez. 2023. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre**: uma história em construção. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura, 1985.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A fundação do Acre: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história.** 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmem: era uma vez um seringal.** Rio Branco: Edufac, 2022.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.

CHAVES, Airton da Costa. **A reinvenção e representação do seringueiro na cidade de Rio Branco-Acre (1977-1996).** 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CIDREIRA, Jefferson Henrique. Varadouro: (I)ma(r)gens de resistência em anos de Ditadura militar na cidade de Rio Branco-AC. **Monções UFMS/CPCX**, Coxim, v. 3, n. 3, p. 135-150, abr./set. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2019.** Goiânia: CPT, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pentecostes é tempo de ação de graças, afirma Dom Sergio Castriani.** Brasília, 2019.

CORÁ, Elsio José; SILVA, Marcio Tascheto da; BONAMIGO, Bruna. **Pensar o espaço habitado a partir de Paul Ricoeur.** [S. l.: s. n.], 2021.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2001.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes a trajetória de uma liderança. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 175-186, jan./jun. 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio a uma modernização marginal (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G.; GRISA, C. Governança Territorial, Dinâmica Institucional e Protagonismo Social Territorial: Revisitando um Percorso Metodológico seguido pelo Oppa/CPDA no marco dos Estudos Territoriais. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 48-66, dez. 2015.

DINIZ, Marcelo Bentes; BARBOSA, Jorge Luiz (org.). **Governança territorial na Amazônia: possibilidades e desafios em uma agenda democrática**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

DIOCESE DE CRUZEIRO DO SUL. **Bispos: Dom Henrique Rùth**. Cruzeiro do Sul, [20--?]. Disponível em: <https://diocesecruzeirodosul.org.br>. Acesso em: nov. 2025.

DIOCESE DE RIO BRANCO. **História da Diocese**. Rio Branco, [20--?]. Disponível em: <http://www.diocesederiobranco.org.br>. Acesso em: nov. 2025.

DOSSIÊ ACRE. **O Acre que os mercadores da natureza escondem**. Regional Acre. Documento especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. Acesso em: 6 ago. 2025.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do Manso ao Guardião da Floresta: Estudo do processo de transformação do sistema seringal, a partir do estudo de caso da Reserva Extrativista Chico Mendes**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FERNANDES, Marcos Inácio. **O PT no Acre: a construção de uma terceira via**. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O “obreirismo” no PCB. PCB – Partido Comunista Brasileiro, 2 fev. 2021. Seção Opinião.

FONTES, Paulo; POMAR, Valter (org.). **História do petismo**: volume I [livro eletrônico]. São Paulo: ELAHP, 2023. (História do petismo; v. 1).

FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. Acre: entre o velho e novo. **InterLegere**, n. 5, p. 129-141, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GARCIA DE LA VEGA, Alfonso. **Pensamiento narrativo y construcción de conceptos sobre paisaje**. Taller de narrativa en Geografía. Signos Geográficos, [S. l.], 2023. Publicado em: 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/signos>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 16-18 set. 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando**: nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Brasília: Ibama, 2003. 591 p. (Série Educação Ambiental).

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci. ed. en español. México, D.F.: Ediciones Era / Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

GRENZER, Matthias. **Chico Mendes como vereador xapuriense (1977-1982)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

GUATTARI, Félix. Uma entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. **Revista Jacobin**, [S.l.: s.n.], 1982.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras; Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2019.

HEIMBECKER, Vlória Pinheiro Cantanhede. **Narrativas de paisagem, argumentos de projeto: centralidade da Amazônia em textos e na prática da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, de 1934 a 1989**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

HISTÓRIA DO PARTIDO. **Rede PT**. Disponível em: https://redept.org/centro-de-documentacao/historia_do_partido. Acesso em: 7 dez. 2024.

IASI, Mauro. A mediação particular e genérica da consciência de classe: o Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento. In: IASI, Mauro (org.). **Crise e reinvenção dos espaços da política**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8055517/mod_resource/content/1/Crise_e_reinvencao_dos_espacos_da_politi.pdf. Acesso em: 7 dez. 2024.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KECK, Margaret E. **PT - A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEGADO político e moral de Chico Mendes. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59762838>. Acesso em: 7 dez. 2024.

LEGADO político e moral de Chico Mendes. **Ecologia Social**. Disponível em: <https://ecologiasocial.com/2005/12/legado-politico-e-moral-de-chico-mendes/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

LEGADO político e moral de Chico Mendes. **MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/2005/12/15/legado-politico-e-moral-de-chico-mendes/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

LERRER, Débora Franco. Agronegócio e resistência “sociopática” a mudanças: contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão dos obstáculos à democracia no Brasil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 59, p. 89-112, mai./ago. 2024.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”: a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Tradução de Fabio Mascaro Querido. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 155-166, 2002.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A ditadura militar na Amazônia Legal: denúncias do exílio. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 91-103, abr. 2014.

MATHIS, Armin. **Serra Pelada**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, dez. 1995.

MELLO, Fernando Collor de. Lançamento do Programa «Pólos Florestais» na Amazônia Oriental. In: **Discurso Presidencial**, 1., 1991. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2012. p. 1-25. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1991/15.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Núcleo Colonial do Amapá - Rio Branco, maio de 1963. Acervo histórico do Museu Universitário da Universidade Federal do Acre. In: **MEMORIAL DA DEMOCRACIA** – Um Museu Virtual. Fundação Perseu Abramo; Instituto Lula. [S.l.], 2015-2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br>. Acesso em: 22 out. 2025.

MICHELS, Paulo Henrique Dal Pont. **A trajetória de vida e luta de Chico Mendes**: uma luta pela preservação da Floresta Amazônica e um habitar ecológico. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 27 nov. 2024.

MILLANEZ, Bruno et al. **A estratégia corporativa da Vale S.A.**: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. Juiz de Fora: Poemas, 2018.

MORAES, Bruno Campos; MIRANDA, Elis de Araújo; SILVA, Marcelo Werner da. **Ruínas e rugosidades**: revisão teórica no âmbito da geografia miltoniana. [S.l.: s.n.]. Acesso em: 6 ago. 2025.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A Política Educativa das Comunidades Eclesiais de Base no Estado do Acre**: popular e transformadora ou clerical e conservadora? 1988. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO CERRADO MINEIRO? **Revista NERA**. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1473>. Acesso em: 7 dez. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, jul. 2017.

PACHECO, Leonardo Marques; GOMES, Carlos Valério Aguiar. The trajectory of Amazonia forest extractivists social movement: shifting political struggles, strategies, demands and achievements. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 26, e0048, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc2022048r1vu2023L4OA>. Acesso em: 5 maio 2025.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca da liberdade. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1991.

PEREIRA, Marcel Augusto Brito Neves. **Marketing e sucesso eleitoral de deputados estaduais no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, Joaquín. **Igreja, Povo de Deus, na Prelazia do Acre e Purus**: aspectos históricos e teológico-pastorais (1879-1971). 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2017.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, n. 2, p. 359-371, maio/ago. 2022.

POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA. Raimundo Santos, Luiz Flávio Carvalho Costa (orgs.); Ilse Scherer-Warren et al. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PORTO, J. R. S. Relações de poder e organização social no território: o que incide no curso de uma iniciativa de desenvolvimento territorial? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 127-144, jan.-jun. 2013.

QUEM FOI CHICO MENDES E QUAL SEU LEGADO PARA A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA? **Revista Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2020/12/quem-foi-chico-mendes-e-qual-o-seu-legado-para-protecao-da-amazonia.html>. Acesso em: 7 dez. 2024.

REFORMA AGRÁRIA DESMATA A AMAZÔNIA. São Paulo, 21 dez. 1997. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discurso/s/1991/15.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2020.

REVISTA BALBÚRDIA. **Chico Mendes: O Filho da Floresta**. Revista BALBÚRDIA, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://sites.usp.br/revistabalburdia/chico-mendes-o-filho-da-floresta/>. Acesso em: 22 out. 2025.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção**. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento**. 2010. 404 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. A revanche do território. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1997. Caderno Mais!, p. 5-13.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 15-20.

SANTOS, Milton. O Tempo nas Cidades. In: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O TEMPO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. **Coleção Documentos**, série Estudos sobre o Tempo. São Paulo, n. 2, fev. 2001.

SCHAEFER, Matheus Karl Schmidt. **Do sindicalismo ao ecossocialismo: as lutas dos seringueiros amazônicos como enfrentamento ao modo de sociabilidade capitalista**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Adnilson de Almeida. **Territorialidades e Identidade do Coletivo Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are”** (Reencontro) dos “Marcadores Territoriais”. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. **A geografia regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SILVA, Eumano. **SNI rastreou Marina Silva e Chico Mendes em partido clandestino**. Metrôpoles, 29 jul. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/sni-rastreou-marina-silva-e-chico-mendes-em-partido-clandestino/>. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Francisco Bento da; BERNARDO, Jadson da Silva. Ecos do golpe de 1964 no Acre: Ditadura, intolerância e perseguições políticas. **Tempo Amazônico**, v. 8, p. 62-81, 2021.

SILVA, Mauro César Rocha da. A emergência da problemática ambiental no estado do Acre e a relação do campesinato acreano com a natureza. **Integrated Horizons: Dialogues Across Disciplines**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/sevened2025.026-004>.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPÍNOLA, Jackeline Nóbrega; CARNEIRO FILHO, Arnaldo. **Criação de gado em Reservas Extrativistas: ameaça ou necessidade? O caso da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**, Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 51, p. 224-246, ago. 2019. DOI: 10.5380/dma.v51i0.62902.

WEISS, Zezé (org.). **Vozes da Floresta: biografia coletiva de Chico Mendes**. Xapuri: Fundação Chico Mendes, 2008.

WOLF, Eric R. **Guerras Camponesas do Século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANEXO A

Instrumento de pesquisa

Perfil: (respostas podem ser breves, mas se o entrevistado decidir prolongar será bem vindo. é apenas o perfil essencial)

- Nome, cor, gênero, local de nascimento e formação escolar
- Onde nasceram seus pais? Quantos membros da família, o que os pais faziam.
- Onde vive hoje? Como? Tem alguma relação com as Resex?
- Qual sua formação política e onde atua (atuou)
- Qual sua relação orgânica com o PT?
- (Quanto tempo militou lá, exerceu cargos? o que motivou sua saída?)

TRÊS EIXOS DO PT:

- Na sua avaliação, o que fez do PT acreano diferente da matriz sindical do Sudeste? Como a luta dos seringueiros e a metodologia das CEBs moldaram a identidade do partido aqui?
- O "Decálogo da Participação Partidária" das CEBs pedia um partido popular, com mudanças socialistas. Na prática, como esse repertório dos movimentos sociais (assembléias, empates, formação de base) foi incorporado à cultura interna do PT nos seus primeiros anos?
- Havia um setor hegemônico no partido naquela época? Como se davam os debates internos entre as correntes (como a Articulação, o PRC) e os independentes?
- A eleição de Jorge Viana em 1998 é um marco. Que alianças políticas, tanto internas ao partido quanto com setores da sociedade, foram fundamentais para viabilizar essa vitória?
- O partido, que antes combatia a oligarquia e o latifúndio, passou a gerir o estado. Como você avalia a relação dos governos petistas com setores tradicionais? Houve uma conciliação pragmática?
- Na sua análise, quais foram os principais fatores que levaram ao esgotamento da hegemonia petista no Acre após 16 anos no poder estadual?
- Observou-se, ao longo dos governos, uma dificuldade em formar novas lideranças oriundas das bases?
- O impeachment de Dilma Rousseff (2016) e a eleição de Gladson Cameli (2018) marcam uma virada. Como fatores nacionais (crise econômica, Lava Jato, polarização) interagiram com as dinâmicas locais para explicar a vitória da direita no estado?
- O senhor(a) acredita que o PT, no poder, utilizou, reinterpretou ou se distanciou do legado de Chico Mendes e da luta pelas RESEX?
- Olhando para trás, qual é o maior legado dos governos do PT no Acre? E qual foi seu maior equívoco ou oportunidade perdida?
- Diante do atual cenário de hegemonia conservadora, que novas formas de luta e organização política você vislumbra para retomar um projeto popular e de esquerda no Acre?
- Por fim, qual a sua mensagem para as novas gerações de militantes que estudam essa trajetória do PT, com seus acertos e erros?

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Para fins de direito, autorizo o uso da minha imagem e/ou voz pelo(a) Jean Felipe Dourado Pirola, associada ao projeto intitulado AQUIRI, DOS POVOS DA FLORESTA: NOVAS LEITURAS SOBRE O LEGADO DE CHICO MENDES PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES. As imagens e/ou voz poderão ser utilizadas de forma parcial ou total em diferentes meios de publicação e divulgação, tais como em eventos científicos diversos, apresentações audiovisuais, publicações em sites, redes sociais e divulgações comerciais ou não, em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens e áudios resultante da pesquisa, e na Internet e em outras mídias futuras, desde que não se descaracterize seu vínculo com o projeto de pesquisa/extensão.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos associados a minha imagem e/ou voz.

Nome: _____

Telefone1: () _____

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura